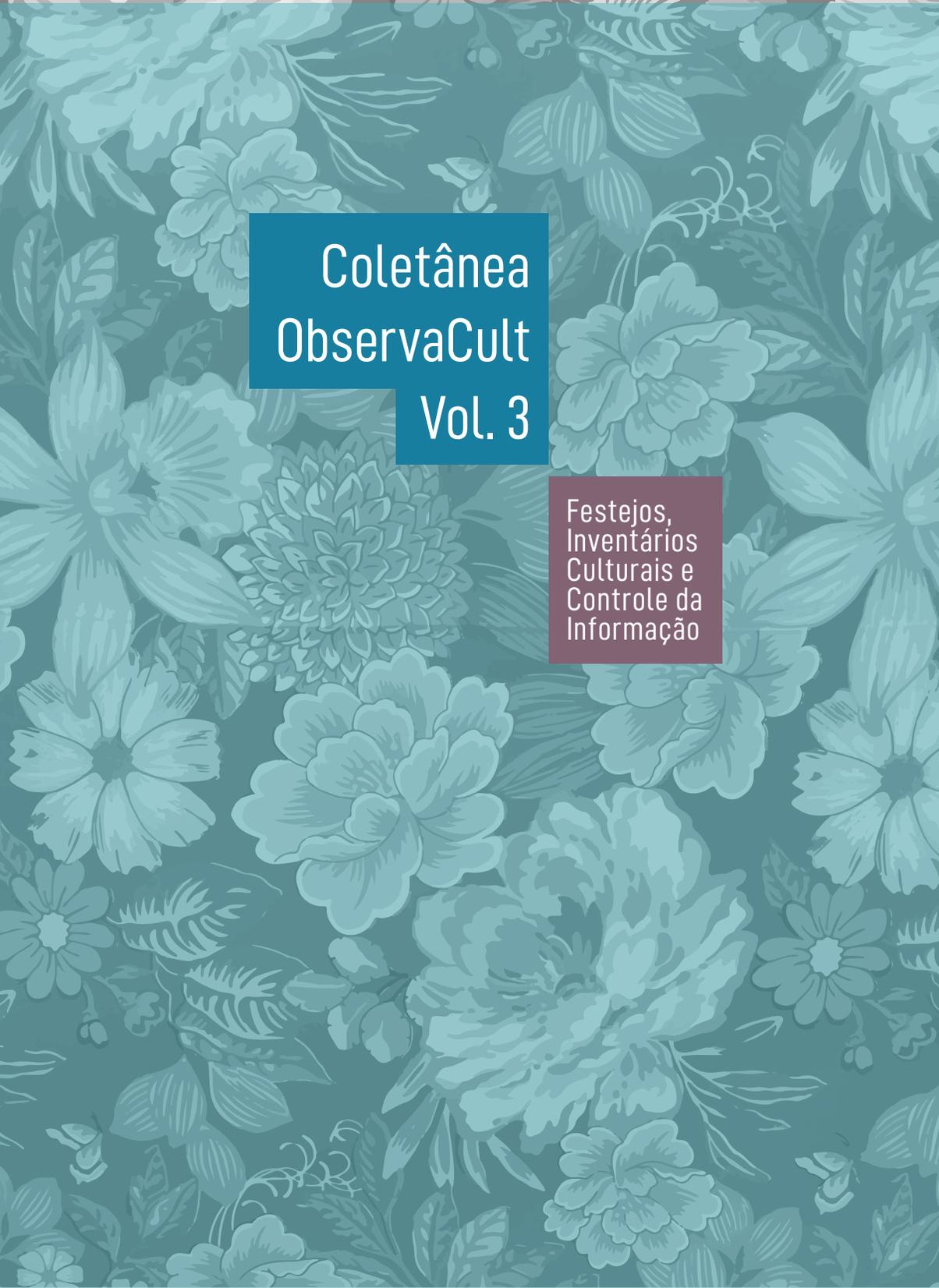


Ninno Amorim  
Lucas Neiva Peregrino  
organizadores

Coletânea  
ObservaCult  
Vol. 3

Festejos,  
Inventários  
Culturais e  
Controle da  
Informação

 Editora  
UFPB

The background of the entire page is a dense, repeating pattern of teal-colored flowers and leaves. The flowers vary in size and style, including large peonies, smaller daisies, and various leafy sprigs. The overall color palette is monochromatic, using different shades of teal and green.

Coletânea  
ObservaCult  
Vol. 3

Festejos,  
Inventários  
Culturais e  
Controle da  
Informação



**Reitor**  
**Vice-Reitora**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Valdiney Veloso Gouveia  
Liana Filgueira Albuquerque



**Direção**  
**Gestão de Editoração**  
**Gestão de Sistemas**

**EDITORA UFPB**

Natanael Antônio dos Santos  
Sâmella Arruda Araújo  
Ana Gabriella Carvalho

**Conselho Editorial**

Cristiano das Neves Almeida | Ciências Exatas e da Natureza  
José Humberto Vilar da Silva | Ciências Agrárias  
Julio Afonso Sá de Pinho Neto | Ciência Sociais e Aplicadas  
Márcio André Veras Machado | Ciência Sociais e Aplicadas  
Maria de Fátima Alcântara Barros | Ciências da Saúde  
Maria Patrícia Lopes Goldfarb | Ciências Humanas  
Elaine Cristina Cintra | Linguística e das Letras  
Regina Celi Mendes Pereira da Silva | Linguística e das Letras  
Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes | Ciências Biológicas  
Raphael Abrahão | Engenharias

**Editora filiada à:**



Ninno Amorim  
Lucas Neiva Peregrino  
organizadores

## **COLETÂNEA OBSERVACULT**

### **VOL. 3**

Festejos  
Inventários Culturais  
Controle da Informação

Editora UFPB  
João Pessoa  
2021

Direitos autorais 2021 – Editora UFPB.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB.**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo e a revisão de texto/normalização desta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

<b>Projeto Gráfico</b>	Editora UFPB
<b>Editoração Eletrônica e Design de Capa</b>	Mônica Câmara
<b>Ilustração da Capa</b>	Mônica Câmara (baseada em fotografia de sua autoria, 2017)
<b>Revisão Gráfica</b>	Alice Brito

**Catálogo na fonte:**

**Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

---

C694 Coletânea ObservaCult: festejos, inventários culturais e controle da informação / Ninno Amorim, Lucas Neiva Peregrino (organizadores). - João Pessoa: Editora UFPB, 2021. vol. 3

E-book.

Modo de acesso: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>

ISBN: 978-65-5942-147-3

1. Políticas culturais. 2. Patrimônio cultural. 3. Diversidade cultural. 4. Direitos culturais. I. Amorim, Ninno. II. Peregrino, Lucas Neiva. III. Título.

UFPB/BC

CDU 32:008

---

Livro aprovado para publicação através do Edital N° 01/2020/Editora Universitária/UFPB – Programa de Publicação de E-books.

**EDITORA UFPB** Cidade Universitária, Campus I  
Prédio da Editora Universitária, s/n  
João Pessoa – PB  
CEP 58.051-970  
<http://www.editora.ufpb.br>  
E-mail: [editora@ufpb.br](mailto:editora@ufpb.br)  
Fone: (83) 3216.7147

# SUMÁRIO

**Apresentação**.....7

**PARTE 1 – PATRIMÔNIO E DIVERSIDADE CULTURAL** ..... 13

**1 OS COCOS NO CEARÁ:** música e festa em duas comunidades litorâneas ..... 14

*Ninno Amorim*

**2 PRODUZINDO REDES:** o ObservaCult/UFPB e o Instituto Federal da Paraíba em parceria.....35

*George Glauber Félix Severo*

*Jessyca Barbosa Marins*

*Keitiana de Souza Silva*

*Lucas Neiva Peregrino*

**3 INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE-PB:** relatos iniciais de uma experiência em andamento.....54

*Lucas Neiva Peregrino*

*Andreza Ferreira L. Paiva*

*Jacilba Freire Marinho*

*Jessyca Barbosa Marins*

**4 FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NO INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE/PB:** campo, entrevistas, transcrições e preenchimento de fichas..... 74

*Laís Alves Luna*

*Maria Clara Miranda F. da Silva*

*Pamella Bezerra Guedes*

*Raynara da Costa Silva*

*Thayani Macegossa Rodrigues*

**PARTE 2 – DIREITOS CULTURAIS E LIBERDADE  
DE EXPRESSÃO ..... 90**

**5 “DESINFORMAÇÃO”: transparência  
e responsabilização civil contra as lógicas  
do monopólio capitalista da comunicação ..... 91**

*Renata Ribeiro Rolim*

**6 O “COMBATE À DESINFORMAÇÃO” NA DESAGREGAÇÃO  
DO REGIME POLÍTICO ATUAL: monopólio capitalista,  
educação e “jornalismo profissional” ..... 111**

*Renata Ribeiro Rolim*

**SOBRE AS AUTORAS E AUTORES ..... 129**



## Apresentação

O Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult) é um grupo de pesquisa e extensão que compõe o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC/UFPB). As atividades do ObservaCult se caracterizam pela multidisciplinaridade das pessoas que o integram e pela relação simultânea entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão realizadas. O grupo atua a partir de quatro linhas de pesquisa: 1) Políticas Públicas e Gestão Cultural; 2) Patrimônio, Diversidade e Territórios; 3) Políticas Culturais, Educação e Comunicação; e 4) Direitos e Cidadania Culturais.

A Coletânea ObservaCult surgiu para suprir a necessidade de publicação dos trabalhos realizados a partir dos referenciais teórico-metodológicos praticados nas ações de pesquisa e extensão. Vale salientar que o ObservaCult compõe uma rede nacional de grupos de pesquisa e extensão que atuam no campo das políticas culturais. A Coletânea ObservaCult é também um espaço para a publicação de trabalhos de pessoas dessa rede.

A oportunidade de publicação do volume 3 da Coletânea ObservaCult nos foi dada a partir do Edital nº 01/2020/ EDITORA UNIVERSITÁRIA/UFPB, que promoveu a publicação deste e-book.

Os autores e autoras presentes nesta coletânea são integrantes do ObservaCult. Mas também há autoras que não integram o ObservaCult e que são vinculadas ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Um dos organizadores do livro é vice-líder do grupo e coordena a linha de pesquisa Patrimônio, Diversidade e Territórios. A autora dos dois últimos capítulos coordena a linha de pesquisa

Direitos e Cidadania Culturais. Um dos autores do segundo capítulo é professor do IFPB e atua na linha de Políticas Culturais, Educação e Comunicação. Há também a presença de estudantes de graduação como autoras de capítulos, em comum acordo com a orientação do ObservaCult em promover uma qualificação profissional para todos os níveis de formação.

Os princípios da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, que o ObservaCult se propõe a trabalhar, estão presentes neste livro. Nas discussões e na produção de conhecimento que os seus participantes vêm produzindo sempre se busca essa ligação com as diversas temáticas e os diversos setores da sociedade. Como falar em Patrimônio, Diversidade e Territórios sem falar do papel da educação formal e informal na construção dessas categorias? E como falar em Políticas culturais, Educação e Comunicação sem tratar dos Direitos e da Cidadania Culturais?

O debate sobre as relações entre Patrimônio, comunicação e direitos culturais está presente nesta coletânea e ainda perpassa diversos outros conceitos das linhas de pesquisa do ObservaCult tais como políticas culturais, educação, diversidade, território entre outros.

A ideia de patrimônio apresentada pelos autores traz uma síntese das amplas discussões, desde referências que tratam de folclore e cultura popular, tanto os mais recentes instrumentos de preservação e salvaguarda, quanto os inventários culturais e a educação patrimonial. A dinâmica cultural ganha espaço nas discussões, através dos embates entre Edison Carneiro (1982), Mário de Andrade (2002) e Marshal Sahlins (2003), por exemplo. Para além da discussão da antropologia do patrimônio, percebemos a importância desse conceito para a construção de um projeto de extensão que utiliza a metodologia dos inventários participativos como ferramenta de construção das políticas culturais de um município (IPHAN, 2016).

O entendimento das políticas culturais como produzidas pelo Estado, mas também pela própria comunidade, norteia as ações dos pesquisadores do ObservaCult. O texto da Constituição Cidadã de 1988, e todos os avanços logrados com os governos democráticos de Lula e Dilma, aponta para o mesmo norte de consolidação dos direitos culturais. O Sistema Nacional de Cultural é um exemplo na área das políticas culturais. Por outro lado, vimos também nessa mesma época os desenvolvimentos no setor da comunicação ao mesmo tempo em que ocorreram diversos retrocessos nas dimensões dos direitos culturais e no campo da liberdade de expressão.

O Golpe de 2016, que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder, reflete o crescimento de uma onda conservadora que persegue os diversos setores, principalmente a área dos direitos culturais. As técnicas utilizadas pelos representantes do conservadorismo são sustentadas pela propagação da contrainformação e das noções de medo e distopia características de governos profascistas.

Este volume da Coletânea ObservaCult tem como título *Festejos, Inventários Culturais e Controle da Informação*. O eixo central que une os artigos é a articulação entre as práticas de registro da informação (e suas estratégias de reprodução ao longo do tempo) e seus diversos sistemas de controle exercidos pelo Estado. Para melhor experiência de leitura, organizamos o livro em duas partes: 1) Patrimônio e Diversidade Cultural e 2) Direitos Culturais e Liberdade de Expressão.

A primeira parte começa com o capítulo intitulado **Os cocos no Ceará: música e festa em duas comunidades litorâneas**, de Ninno Amorim. Neste texto, o autor apresenta a dinâmica da organização da brincadeira do coco em duas comunidades do litoral cearense.

Os dados são oriundos de uma dissertação de mestrado em sociologia, acrescidos de outras vivências do autor no campo

da cultura popular. O capítulo apresenta as especificidades da brincadeira do coco no litoral cearense, com ênfase na escolha dos instrumentos, na indumentária, nos estilos da dança, nas maneiras de tocar e cantar os cocos.

Na sequência, a coletânea apresenta três capítulos produzidos pela equipe de coordenação e de bolsistas do Inventário Cultural de Conde (ICC), que encerram a parte 1.

O segundo capítulo, intitulado **PRODUZINDO REDES: o ObservaCult/UFPB e o Instituto Federal da Paraíba em parceria**, de Jessyca Barbosa Marins, George Glauber Félix Severo, Keitiana de Souza Silva e Lucas Neiva Peregrino, apresenta a parceria institucional que vem produzindo o mapeamento dos agentes e das expressões culturais de um município do litoral sul da Paraíba. Fruto de um projeto de extensão financiado pela Prefeitura Municipal de Conde, o inventário é liderado pela supervisão do Campus Avançado Cabedelo Centro, do Instituto Federal da Paraíba, e conta com a participação e coordenação de pesquisadores do ObservaCult/UFPB.

O trabalho mostra como essa rede institucional vem se constituindo como um projeto do IFPB. A rede rizoma traz a ideia de "extensão cidadã" evidenciando ações de diálogo entre as instituições de ensino e a comunidade local. Na centralidade dessa parceria estão as atividades de educação patrimonial e de pesquisas vivenciadas pelas extensionistas e bolsistas do projeto. Neste sentido, os parceiros apontam as diferenças na metodologia do inventário empregada em Conde e as metodologias desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O terceiro capítulo, intitulado **INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE – PB: relatos iniciais de uma experiência em andamento**, segundo da sequência do inventário, de Lucas Neiva Peregrino, Andreza Ferreira Lima Paiva, Jacilba Freire Marinho e Jessyca Barbosa

Marins, relata com mais detalhes a experiência citada rapidamente no capítulo anterior. Em andamento desde 2019, o Inventário Cultural de Conde foi construído com base nas metodologias dos inventários participativos do IPHAN, mas contou com diversas adaptações para atender às especificidades do território e da equipe de pesquisa. Os autores localizam o município descrevendo de forma breve o território e sua história para apresentar detalhes do plano de trabalho e dos desafios da pesquisa. A diversidade encontrada no local reflete o tamanho do empreendimento do projeto, que vem apresentando discussões e avanços na aplicação das políticas culturais no município.

O quarto capítulo, intitulado **FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NO INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE/PB: campo, entrevistas, transcrições e preenchimento de fichas**, último da sequência do inventário, escrito por Thayani Macegossa Rodrigues, Laís Alves Luna, Maria Clara Miranda Ferreira da Silva, Pamella Bezerra Guedes e Raynara da Costa Silva, traz o relato destas estudantes bolsistas do projeto de mapeamento da diversidade cultural de Conde. As cinco bolsistas, quatro da graduação em Ciências Sociais e uma do técnico em Serviços Jurídicos integrado ao ensino médio, relatam os desafios da pesquisa de campo e da análise dos dados. Ao experimentar a teoria na prática, as pesquisadoras em formação apontam as suas experiências em fazer as entrevistas, em transcrever e analisar os dados através do preenchimento das fichas dos inventários participativos.

O quinto capítulo abre a segunda parte do livro com um debate instigante sobre o atual tema das “fake news”. Renata Rolim apresenta o contexto histórico e as implicações dessa nova maneira de se relacionar com a informação.

Desde as eleições presidenciais de 2018, o combate às chamadas “fake news” passou a ser um dos temas mais debatidos no país. Esse fenômeno, contudo, vem sendo discutido pelo menos

desde 2014, com a paulatina ascensão das forças de extrema direita em todo mundo. A União Europeia elaborou em 2018 sua estratégia de "combate à desinformação", mas ela passou a ser uma das referências mais importante em muitos países, entre eles o Brasil. Renata Ribeiro Rolim analisa os princípios que informam a estratégia europeia nos dois últimos capítulos que compõem este livro: **"DESINFORMAÇÃO": transparência e responsabilização civil contra as lógicas do monopólio capitalista da comunicação e O "COMBATE À DESINFORMAÇÃO" NA DESAGREGAÇÃO DO REGIME POLÍTICO ATUAL: monopólio capitalista, educação e "jornalismo profissional"**. Esses artigos têm como objetivo influir no debate atual ao chamar atenção para as consequências das medidas propostas pela UE – o reforço dos monopólios capitalistas da comunicação e o ataque à liberdade de expressão e à privacidade – na superação da atual desagregação do regime político.

**Os organizadores**

João Pessoa, 2020.

The background of the entire page is a dense, repeating floral pattern in shades of brown and tan. The pattern includes various types of flowers, such as large peonies, smaller daisies, and a prominent dahlia in the center. The leaves and stems are also intricately detailed, creating a rich, textured appearance.

**PARTE 1**  
**PATRIMÔNIO**  
**E DIVERSIDADE CULTURAL**

# CAPÍTULO 1

## OS COCOS NO CEARÁ: música e festa em duas comunidades litorâneas

*Ninno Amorim*

### 1 A brincadeira dos cocos no litoral cearense

Os cocos praticados no litoral cearense, apesar da diversidade entre os grupos, se organizam em círculo, usam a “umbigada” para convidar outra pessoa à dança e o coro que responde ao refrão ‘puxado’ pelo mestre. Nesse formato, a brincadeira acontece em torno dos instrumentistas – tocadores e cantadores – que ficam num local, enquanto as demais pessoas se posicionam ao seu lado. No centro da roda, um brincante, ou um par de brincantes – dependendo do lugar onde acontece –, realiza a sua *performance*.

Essa forma de organização da brincadeira é recorrente nos grupos de coco no Ceará, com a exceção dos coquistas de Balbino. Em Balbino os brincantes se organizam em duas filas, uma de frente para a outra, com os tocadores posicionados em uma das extremidades do corredor formado. Todos dançam ao mesmo tempo, cada qual com o seu par. Nesse formato, há uma estreita relação entre o canto, a resposta do coro (*respondimento*) e a dança. Quando o mestre inicia cantando o refrão, todos os dançadores silenciam a voz e batem palmas. A seguir o refrão é repetido pelo coro, acompanhado pelas palmas, com os dançadores ainda parados. A dança inicia no exato momento em que o mestre começa a “embolar”, ou seja, a cantar os versos rimados (estrofes), que podem ser decorados, improvisados ou uma mistura de

ambos. E assim, sucessivamente, a brincadeira se estende até que o mestre faça um *paradeiro*<sup>1</sup>.

Os estudiosos dos cocos dividem-os, basicamente, em dois tipos: os cantados, muito parecido com o repente feito com viola, e os dançados (AYALA & AYALA, 2000). Os primeiros são praticados por dois emboladores, geralmente com um pandeiro cada, que se desafiam nos versos improvisados em praça pública, objetivando angariar algum dinheiro com seu desempenho. Os segundos só podem ser praticados por uma coletividade, dadas as especificidades de dançar, bater palmas e cantar o coro, que são exigidas nesta modalidade de coco.

No Ceará predominam os cocos dançados. Nessas duas formas de cocos a estrutura das letras cantadas é formada por um refrão fixo, que é repetido pelos brincantes, e uma parte composta por versos livres (as estrofes), que depende da criatividade e memória do coquista<sup>2</sup>. Essa estrutura guarda semelhanças com outras brincadeiras encontradas por todo o país (AYALA & AYALA, 2000; RODRIGUES DE CARVALHO, 1967), daí uma das conclusões a que chega Mário de Andrade quando diz que “o coco anda dando nome pra muita coisa distinta” (ANDRADE, 2002a).

---

1 *Paradeiro* é uma parada convencionada entre o mestre e os demais tocadores, usada para descansar, mudar o andamento ou mesmo para tomar uma aguardente. O tocador do caixão dá a última nota (com ênfase) exatamente na última sílaba do verso.

2 Chamado de *embolador*, mas apenas no Ceará. Pois *embolador* nos outros Estados é aquele que embola o coco em desafio com outro *embolador*, usando pandeiros ou ganzás. O termo mais usado fora do Ceará para designar o cantor de cocos dançados é *tirador* ou *atirador* de coco (AYALA & AYALA, 2000).

## 2 Trabalho, festa e tradição: o dia para catar cocos e a noite para cantar cocos

A designação coco, no sentido de manifestação cultural, é algo que não se sabe quando passou a ser utilizada. De fato, este texto não intenta encontrar as origens dos cocos num passado longínquo. Procura, antes, compreender como aquelas manifestações – praticadas nas senzalas, nos quilombos ou mesmo nas aldeias – foram, de algum modo, incorporadas pelos grupos sociais que habitam atualmente o litoral do Estado do Ceará. E nesse processo histórico, este texto discute, também, as associações daquelas experiências com outras práticas vivenciadas por essas pessoas nos tempos atuais.

Os brincantes de coco têm suas próprias explicações sobre as origens da brincadeira. Alguns pescadores disseram-me que os primeiros cantadores de coco ficavam “inventando versos em cima da hora”, durante a jornada diária de trabalho. Esses trabalhadores passavam o dia colhendo coco nos imensos coqueirais existentes em quase todo o litoral do nordeste brasileiro: o dia para “catar coco” e a noite para “cantar coco”.

Quando era noite, se reuniam para dançar os *batuques*. As pessoas que tinham ouvido as canções improvisadas lá no local de trabalho – canções estas que geralmente remetiam a alguma pilhéria com os patrões ou com os próprios pares – pediam aos improvisadores que cantassem “aquela lá [que foi cantada durante a colheita] do coco”. Por aglutinação, a frase foi diminuindo e se transformando de “canta aquela lá do coco” em “canta o coco”. Ouvi essa história de um mestre de coco no distrito de Forte Velho, município de Santa Rita, no litoral norte paraibano. A mesma história me foi confirmada, com algumas variações, por outras pessoas nos litorais paraibano e pernambucano.

No Ceará, em Iguape, tomei conhecimento de outras versões: uma brincante de coco contou-me que os "antigos", em época de escassez na pesca, enchiam os caçuás<sup>3</sup> de frutas, dentre estas o coco, e se dirigiam a pé pelo litoral de Iguape até Mucuripe, em Fortaleza (cerca de 50 km).

Com o fim de poupar a sola dos pés, devido ao tratamento dado pelo calor na areia quente da praia, eles saíam de madrugada. Mas isso não era suficiente para evitar o encontro com o sol em grande parte do caminho. À noite, ao regressar da longa jornada, aquelas pessoas tocavam seus instrumentos (caixão e ganzás). Enquanto uns improvisavam versos sobre a lida no mar e suas aventuras amorosas, outros entravam na roda e imitavam (no mais das vezes zombando!) o saltitar de seus colegas na areia quente. Segundo minha interlocutora, é justamente desse saltitar que surgiram os primeiros passos de dança nos cocos.

No Crato, região do Cariri, sul do Estado, uma senhora que canta coco num raro grupo formado só de mulheres<sup>4</sup>, descreve que a dança é oriunda dos mutirões que se faziam na região, com o fim de construir as casas uns dos outros. Ela diz que os passos vêm de uma imitação graciosa do ato de amassar o barro com os pés na feitura dos pisos daquelas casas.

Existem outras histórias sobre "as origens do coco", todas elas se aproximam no enredo, mantendo as suas especificidades locais. Sem dúvidas, o nome dado à brincadeira está relacionado à existência do vegetal coco, que a precede. Eu diria ainda, existem tantos tipos de cocos (folgado) quantas espécies de cocos (vegetal) existirem,

---

3 Trata-se de um cesto feito de cipós, que vai pendurado nos lombos dos animais. Pode ser feito também de madeira, neste caso, o caçuá é reaproveitado como "caixão" nas rodas de coco. Abordo isso mais adiante.

4 Trata-se do Coco das Mulheres da Batateira, bairro da periferia do Crato.

a variedade é enorme. E os critérios usados pelos estudiosos na classificação dos cocos são muito vagos, se não arbitrários.

Um fato a se observar é que as explicações sobre as "origens" do coco estão sempre relacionadas a uma atividade de trabalho coletivo, que diz respeito aos costumes de cada localidade. Para Mário de Andrade, essa complexa relação entre a brincadeira e uma atividade laboral caracteriza o que ele chama de "canto de trabalho" (ANDRADE, 2002b). No entanto, o próprio Mário de Andrade não considera o coco como uma cantiga de trabalho, uma vez que a brincadeira não se limita a um canto apenas de trabalho e sim engloba uma penca maior de elementos necessários a sua realização, principalmente os cocos dançados, ou de roda, como são mais conhecidos (ANDRADE, 2002a).

Na festa é permitido quase tudo: beber, namorar, caçoar dos outros, dançar, entre outros. Aqui aparece a ideia de festa como "uma fuga provisória dos moldes da vida ordinária", nas palavras de Bakhtin (BAKHTIN, 1993, p. 6). Segundo este autor, "as festividades são uma *forma primordial*, marcante, da civilização humana" (grifos originais) (BAKHTIN, 1993, p. 7). Os encontros para festejar não podem ser compreendidos, nem explicados, como um mero "produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo", tampouco como uma simples demanda biológica exigindo um momento de descanso. De acordo com Bakhtin,

(...) as festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção de mundo. (...) o descanso ou a trégua no trabalho nunca chegaram a ser verdadeiras *festas*. (...) A sua [da festa] sanção deve emanar (...) dos *fins superiores* da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. Sem isso, não pode existir nenhum clima de festa (grifos originais) (BAKHTIN, 1993, p. 7-8).

Portanto, as festas são experimentadas como uma "segunda vida do povo" (BAKHTIN, 1993, p. 8), em que é possível sonhar e vivenciar utopias universais como a liberdade, a igualdade e a abundância. É neste sentido que podemos chamar de "festa" o momento da realização da brincadeira do coco, seja nas localidades onde moram seus brincantes ou em outros lugares.

Outro ponto a observar é que as narrativas sobre o surgimento do coco têm em comum uma noção de tempo específica, que alude a certo tempo longínquo. Nas histórias contadas o coco existe sempre "desde muito tempo". Fala-se de um tempo distante, característico das narrativas míticas existente na construção de toda tradição. Como diz Geertz, citando Bellow, "as histórias são ferramentas, 'instrumento[s] da mente em prol da criação de sentido'" (GEERTZ, 2001, p. 171-2).

Quanto ao surgimento das tradições, existem alguns estudos que podem propor algum esclarecimento. Hobsbawm e Ranger apresentam o conceito de "invenção da tradição" (HOBSBAWN & RANGER, 1997). Segundo estes autores, há dois tipos de "tradição inventada", cujo termo "inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado do tempo" (HOBSBAWN & RANGER, 1997, p. 9). Nesta perspectiva, os cocos pertencem ao segundo tipo de "tradição inventada" proposto pelos autores.

Como afirma Lévi-Strauss "um mito diz respeito, sempre, a acontecimentos passados". Tais acontecimentos "formam também uma estrutura permanente" que, por sua vez, relaciona-se "simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro" (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 241). Olhando por este ângulo, quando os mestres repetem a afirmação de que "o coco é desde muito tempo", estão reforçando a ideia de surgimento num período indeterminado no tempo, que legitima a

tradição. Algo que já existia antes deles nascerem e que, acreditam, vai continuar existindo depois de sua morte.

Neste sentido, algumas questões surgem: essa percepção dos brincantes põe em questão o discurso folclorista da “preservação” de suas tradições? Para os coquistas há riscos de extinção da brincadeira do coco? As tradições são “atualizadas” nas transformações pelas quais passam? Um primeiro ponto é compreender que há uma estrutura de significação nas ações humanas, mas esta estrutura é histórica, portanto, sujeita à dinâmica das relações sociais. De acordo com Sahlins, “a transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução”, pois, continua o autor, “os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados”, em suma, “adquirem novos valores funcionais” (SAHLINS, 2003, p. 174). Seguindo nesta perspectiva, procuro demonstrar como as próprias pessoas reconstróem e ressignificam a brincadeira do coco no atual contexto.

### **3 A música nos cocos**

Para a teoria musical convencional a música divide-se, basicamente, em três partes: harmonia, melodia e ritmo. A harmonia exerce o papel de dar suporte harmônico, dentro de um determinado campo composto, geralmente, por uma sequência de acordes; por meio dessa sequência a melodia caminha no andamento definido pelo ritmo. É dentro desta estrutura que existem instrumentos musicais harmônicos, melódicos e rítmicos. É claro que esta divisão não é estanque, um instrumento harmônico, como o violão, por exemplo, também é um instrumento melódico, na realização de um solo, assim como também é usado para executar o ritmo. Por outro lado, existem os instrumentos que são usados apenas como rítmicos, a maioria dos

instrumentos de percussão, por exemplo, ou melódicos, como a maioria dos instrumentos de sopro.

A música realizada na brincadeira do coco é caracterizada pela forte presença dos instrumentos de percussão e pelas vozes do solista e do coro. É rara a presença de instrumentos harmônicos nos cocos. No ceará não presenciei caso algum de grupos que se utilizam deste tipo de instrumentos. O que demonstra uma relativa uniformidade na composição dos tocadores em todos os grupos existentes pelo Estado. Alguns grupos de coco usam instrumentos harmônicos<sup>5</sup>. Isto passou a ocorrer quando da passagem da condição de "batuque de preto" para uma dança de salão praticada pelos membros da alta sociedade. Aos instrumentos de percussão foram acrescentados os instrumentos harmônicos, no intuito de atender ao gosto musical de uma elite acostumada a um formato mais sistematizado e temperado<sup>6</sup> de música (CARNEIRO, 1982, p. 71-5). Trato especificamente dos instrumentos nos cocos num tópico adiante. Por enquanto o foco caminha para a relação que a música tem nos cocos com as outras formas de expressão musical.

Há uma divisão (sem fundamento?) nas discussões sobre a formação cultural brasileira, que se utiliza da música como elemento principal de reflexão. Sob influência do evolucionismo cultural, criou-se no Brasil uma confusa distinção entre "música erudita" (alguns chamam de "música clássica") e "música popular", a chamada

---

5 Em 1943, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, registrou três cocos acompanhados por viola e violão, em Minas Gerais. Neste mesmo trabalho, publicado pelo Congresso Norte-Americano, durante a II Guerra, foram registrados quatro cocos em Fortaleza, interpretados por João Lourenço e Manuel Lúcio da Costa.

6 "Temperado" significa, em linguagem musical, fundamentalmente, a divisão de uma escala em doze semitons iguais. Este "sistema" foi desenvolvido por muitas pessoas, na música ocidental, desde o Séc. XVII até sua consolidação na obra de J. S. Bach, no Séc. XVIII. Uma oitava significa, por exemplo, ir de um Dó (grave) ao próximo Dó (agudo).

MPB. É necessário informar que aqui não é o lugar apropriado para o aprofundamento desta questão. Certamente, é um assunto que merece um estudo mais sério. Apenas cito porque dentro da música intitulada MPB há uma subdivisão. De um lado, a “música popular brasileira”, que é difundida pelos meios de comunicação de massa, a indústria cultural, e tem seus ilustres representantes consagrados pela história da música no Brasil. De outro, a música que pertence à chamada “cultura popular tradicional” ou “folclórica”, essa produção cultural mais livre, no que respeita aos moldes harmônicos, rítmicos e melódicos da música ensinada em conservatórios. A música presente nos cocos associa-se ao segundo caso, pois tratar dos cocos que estão inseridos na indústria cultural levaria a outros rumos, distantes demais dos objetivos aqui propostos.

José Ramos Tinhorão faz uma distinção que foi e ainda é muito usada. Segundo Tinhorão, no Brasil existe a “música folclórica (de autor desconhecido, transmitida oralmente de geração a geração)” e a “música popular (composta por autores conhecidos e divulgada por meios gráficos, como as partituras, ou através da gravação de discos, fitas, filmes ou videoteipes)” (TINHORÃO, 1980, p. 5). Para este autor, a “música popular” é “uma criação contemporânea do aparecimento das cidades com um certo grau de diversidade social” (TINHORÃO, 1980, p. 5).

Se seguirmos esse raciocínio, os cocos são, para Tinhorão e outros folcloristas, música folclórica. Discuti alhures sobre a definição de *folclore* e suas implicações nos estudos dos cocos (AMORIM, 2010). Entendo que a poesia nos cocos é “transmitido[a] oralmente de geração a geração”, sem dúvidas esta é uma das características dos cocos. Mas como fica a ideia vaga de “autor desconhecido” (TINHORÃO, 1980, p. 5)? A quem interessa esta alcunha? E como ficam os cocos que são gravados em CD’s e distribuídos nacionalmente, como é o caso de muitos grupos? Em que “gaveta” ou estante colocá-los?

Conforme dito, reafirmo que não dá para pensar os cocos reduzindo-os a um de seus elementos, neste caso, a música. Os cocos estão relacionados à vida cotidiana de seus praticantes. Essa característica das letras é um dos elementos que atualizam os cocos. Fenômeno parecido com aquele que ocorre com o folheto de cordel, quando narra um fato que ganhou destaque na imprensa.

Mário de Andrade tem outro olhar sobre a música presente nos cocos. Embora não limite os cocos a sua parte musical, segundo ele, “sob o ponto de vista exclusivamente musical, o coco tem um interesse enorme” (ANDRADE, 2002a, p. 365). E continua, sobre a capacidade de improvisar dos coquistas:

(...) a sutileza e a dificuldade rítmica dos cocos é formidável. Variantes leves (...) que pra quem as pretende dar conscientemente saem duras, medidas, ou não saem, o cantador nordestino enuncia com a máxima facilidade e com uma perfeição inexcédível (ANDRADE, 2002a, p. 366).

Tal fenômeno apresenta, segundo este autor, uma “fonte fecunda de desenvolvimento prá música artística” (ANDRADE, 2002a, p. 366). Mário de Andrade, que era conhecedor da teoria musical formal, reconhece na musicalidade dos cocos uma qualidade estética que não pode ser considerada inferior à chamada “música erudita”.

Os coquistas não conhecem os códigos e a linguagem musical das partituras, mas isso não diminui a riqueza rítmica e melódica de suas composições. Pelo contrário, o fato de desconhecerem as “amarras” da teoria musical, os deixa livres para explorar dissonâncias, para brincar com as noções formais de ritmo e compasso, ora ralentando, ora acelerando, os coquistas fazem verdadeiros malabarismos musicais dentro do tempo que lhes é dado para improvisar. Os cantadores

fazem tudo isso, ao final, como diz Mário de Andrade, "pra dar certo" (ANDRADE, 2002a, p. 367).

Em suma, a definição da música presente nos cocos, e em outras manifestações culturais, como "folclórica", no sentido de uma forma de expressão artística inferior que "sobrevive" nos tempos atuais, demonstra o caráter arbitrário e autoritário dos estudos que assim a concebem (AMORIM, 2010).

## **4 Os instrumentos musicais nos cocos do litoral cearense**

De acordo com a organologia, os instrumentos presentes nos cocos são idiofones (quando o som é produzido pelo próprio corpo do objeto) e membranofones (quando o som é produzido por uma membrana). São conhecidos popularmente como instrumentos de percussão. A formação básica da "orquestra" nos cocos praticados no litoral cearense é composta por ganzás e caixão. Em Balbino, usa-se uma timba no lugar do caixão.

### **4.1 O ganzá**

O ganzá é o instrumento do mestre, do cantador. É um tipo de chocalho, geralmente feito de um tubo de metal ou plástico em formato cilíndrico, preenchido com grãos de cereais, sementes, chumbos ou pequenas contas. O comprimento do tubo pode variar de quinze até mais de cinquenta centímetros. Tanto em Iguape quanto em Balbino, os brincantes fabricam seus ganzás a partir de latas de aerossol que são encaixadas uma na outra. O "recheio" é feito com minúsculas esferas de chumbo ou com grãos de arroz.

O instrumento é executado por agitação. O tocador segura o ganzá horizontalmente com uma ou ambas as mãos e o agita para a frente e para trás. Com pequenos movimentos giratórios, o músico é capaz de controlar a maneira como os grãos circulam dentro do tubo, permitindo a variação de intensidade de acordo com os tempos fortes e fracos do ritmo. São tantas as frequências em evidência no balançar do ganzá que o som produzido soa como um ruído apenas, o "chiado" característico dos ganzás. Nos cocos o ganzá marca o ritmo, informa o andamento para o tocador do caixão (ou timba), com os tempos sinalizados por batidas fortes e os contratempos por batidas suaves, podendo haver variação dessa dinâmica quando ocorre a síncope.

Apesar de parecer simples, o ganzá exige de seu executor conhecimento e domínio apurados dos ritmos, pois quanto mais "limitado" é o instrumento mais exige habilidades do tocador. Ele funciona também como um definidor de hierarquias dentro do grupo. Quem manuseia o ganzá são os mestres ou, no máximo, os seus aprendizes, quando há.

## **4.2 O caixão (cajón?)**

O caixão é uma versão dos caçuás usados em animais, feito de madeira, usado pelos brincantes do Iguape e de outras localidades como instrumento de percussão. Ele é feito de madeira do tipo compensado, depois é pintado na cor marrom, muito próxima à cor das roupas usadas como figurino.

Assim como o ganzá, o caixão somente é tocado por um grupo reduzido de brincantes, pois os graves oriundos do instrumento são responsáveis pela cadência na dança. O caixão é muito parecido

com o *cajón*<sup>7</sup>. O *cajón* é um instrumento de percussão também feito de madeira, mas num estilo bem mais sofisticado do que o caixão dos coquistas cearenses. Os brincantes de coco no litoral cearense aprenderam a chamar o caixão de *carron*, de tanto ouvirem as pessoas perguntando sobre como fariam “para comprar um *cajón* daqueles”. Os mais velhos continuam chamando de caixão.

### 4.3 A timba

Em Balbino, o caixão é substituído pela timba. Seu Zé Rosa, pescador aposentado e experiente dançador de coco de Balbino, me falou que “no tempo de Luiz Coqueiro<sup>8</sup>, a gente usava caixão também”. Não souberam me dizer a quanto tempo se deu a substituição do caixão pela timba. Conheço os cocos de Balbino desde 2003, sempre os vi usando a timba. Chico, o tocador oficial da timba, me falou que a timba é melhor porque o som dela é mais alto e não precisa fazer muita força para tocar.

A timba é um instrumento de madeira, em formato cilíndrico cônico. No caso da timba usada em Balbino, a parte cujo diâmetro é maior recebe uma pele sintética e a outra extremidade da timba está visivelmente deteriorada, rachada e carcomida, dados os usos cotidianos. Chico chama a timba de “tabaca”, uma forma bem particular de dizer atabaque.

---

7 *Cajón* significa caixão, caixa grande, em espanhol.

8 Luiz Coqueiro foi um importante cantor de coco de Balbino. O começo da brincadeira do coco em Balbino é atribuída a sua chegada, quando migrou de Macau-RN (próximo à terra de Chico Antonio) para o município de Cascavel-CE, nos idos dos anos 1930.

#### **4.4 O triângulo e as palmas nos cocos cearenses**

Os grupos de coco no Iguape são os que mais inovam. Em 2004, quando da gravação do CD Coco do Iguape, o diretor musical do disco, o cantor e compositor Pingo de Fortaleza, sugeriu a utilização de um triângulo para somar ao som do caixão e do ganzá. Note-se que este compositor tem uma história de envolvimento com os maracatus da cidade de Fortaleza, em que o uso do triângulo de ferro é indispensável na marcação do ritmo. Depois desse fato, os grupos do Iguape adotaram o triângulo de ferro na sua "orquestra".

Finalmente, para complementar os instrumentos, a brincadeira do coco conta com as palmas dos dançadores. Elas ajudam na marcação do ritmo e na animação dos brincantes. Em Balbino, os dançadores somente batem palmas quando estão parados, repetindo o coro. Logo o mestre inicie o canto da estrofe, cessam-se as palmas e todos caem na dança. Alguns membros da plateia ajudam com palmas nessa hora. As palmas ajudam também a integrar outras pessoas na brincadeira.

### **5 A dança nos cocos**

A dança é o elemento mais visível nos cocos praticados no Ceará. Durante uma apresentação de coco, o público que entra na festa se ocupa em aprender alguns passos básicos. Raras são as pessoas que se arriscam em tocar um instrumento. Na verdade, não é comum os coquistas cederem os seus instrumentos para o público tocar. Dos três elementos principais que compõem os cocos dançados, a dança é o único que permite a entrada de "estranhos", com seus passos desajeitados, muitas vezes engraçados, que não alteram o andamento da brincadeira. Ao contrário da dança, é praticamente

impossível aparecer alguém que queira cantar junto com os mestres, definitivamente, cantar coco não é para qualquer um.

Falar em dança nos cocos implica falar sobre a noção de "convite". Num trabalho anterior (AMORIM, 2008) abordei a questão da importância do "convite" na brincadeira dos cocos. Tratei das duas possibilidades de "convite": a que acontece antes da roda se formar e a que se dá durante a brincadeira dos cocos nas localidades dos seus brincantes ou em centros culturais.

Quando ocorre apresentações em centros culturais, a brincadeira começa bem organizada. Em seguida, com a entrada de outras pessoas na dança, o protocolo perde o sentido e todas as pessoas dançam juntas, independentemente de formar duplas.

O tempo da dança da dupla é livre nos grupos que praticam os cocos em círculo<sup>9</sup>, depende muito da empolgação e disposição física de cada brincante. Os participantes iniciam a dança ao mesmo tempo em que o mestre inicia o "embolado". Há uma sincronia entre os movimentos do corpo, o ritmo do coco e a letra cantada.

Dessa forma, entendo o convite como dádiva, que implica uma "obrigatoriedade" de retribuição (MAUSS, 2003), seja no momento em que o grupo é solicitado para se apresentar em público, seja quando um dançador convida uma pessoa para entrar na roda. Isso nos possibilita compreender como os laços de solidariedade são gerados e mantidos no interior do grupo e na sua relação com o público externo.

Vale salientar que não há passos "corretos" e/ou "errados". Assim como os versos, os passos também são improvisados a partir de um repertório básico, adquirido ao longo da vida. Se fosse para dançar sempre do mesmo jeito, seguindo uma coreografia rígida, a dança certamente teria outro sentido, sua espontaneidade seria transformada

---

9 Coco do Iguape, de Majorlândia, de Caetanos de Beberibe, de Caetanos de Cima, de Trairi, de Almofala entre outros existentes no litoral cearense.

em prática rotineira, sem a possibilidade daquela alegria promovida pelo “gol” da vitória aos quarenta e três minutos do segundo tempo. O improvisado é assim, quando menos se espera, ele surge e altera a dinâmica, desperta emoções ou chacotas, atualiza a brincadeira, transformando-a.

As modificações na forma de dançar o coco acontecem junto a outras transformações ocorridas em toda a sociedade. É possível perceber as várias formas encontradas pelos brincantes para expressar seus sentimentos. De acordo com a idade, a relação de cada pessoa com a dança é diferente. Uns mais tímidos outros mais ousados, e tem também os que conseguem “deslizar” seus passos de coco com a leveza de uma garça.

Durante um trabalho que realizei junto ao grupo de coco de Caetanos de Cima, município de Amontada, observei alguns dos jovens envolvidos na brincadeira executando uns “passos novos”. Dona Tereza, a mais antiga representante da tradição do coco naquela localidade, à época me pediu para que eu repreendesse aqueles jovens, a maioria deles, seus netos, e ensinasse o “passo certo”, que ela havia me ensinado. Tentei persuadi-la argumentando que era “assim mesmo”, que os mais novos precisavam acrescentar algo deles à dança, sob pena de não se interessarem por ela. Dona Tereza acatou os argumentos e ficamos horas conversando sobre o tempo em que uma família de pretos – os Caetano! – chegou naquela região. Foram eles que trouxeram o coco para o assentamento Sabiaguaba e depois seguiram o rumo do sertão.

Observando os “passos novos” daqueles jovens brincantes em Caetanos de Cima, percebi uma semelhança com a famosa “rasteira” praticada em Majorlândia (BARROSO, 1983). Segundo este autor, os coquistas de Majorlândia falam em dois tipos de coco: o coco de roda, mais lento e sossegado, segundo eles, o preferido pelas mulheres; e

o coco sapateado, cujo caráter “violento” seduz o público masculino. A “rasteira” é justamente o passo mais ousado no coco sapateado. Barroso assim descreve a “rasteira”:

O passo é dado, com o dançante agachando-se sobre uma perna, apoiando-se numa mão e, com a outra perna estendida, fazendo um semicírculo completo sobre o próprio corpo. Em seguida, repete o mesmo movimento em sentido contrário e assim sucessivamente (BARROSO, 1983, p. 276).

Ora, este mesmo movimento, aqui denominado “rasteira”, é encontrado na capoeira e no *breakdance*, embora com outros nomes. Portanto, os “passos novos” que chamaram a atenção de Dona Tereza não são tão novos assim. A cultura se altera à medida que se reproduz. Reconhecer essa dinâmica é de suma importância para a compreensão dos processos sociais desencadeados historicamente (SAHLINS, 2003, p. 181).

## **6 A Festa: as vestes e a *performance* dos brincantes**

Aloysio de Alencar Pinto, no registro que fez dos cocos no Ceará, em 1975, para a Funarte, diz que os coquistas “usam roupas comuns”. Mas, quando se trata de uma festa, diz o autor,

(...) vestem o traje típico dos jangadeiros, ou seja, calça e blusão feitos de algodão (sacos de farinha), impermeabilizados pelo processo de tintura obtido pela fervura da roupa numa infusão preparada com pedaços da entrecasca do cajueiro. O chapéu, de palha de carnaúba, é pintado de branco com tinta a óleo, para que fiquem também impermeável e se torne mais

resistente à água do mar. Às vezes, complementam o traje usando tênis branco e um lenço da mesma cor, amarrado ao pescoço (FUNARTE, 1975, p. 3).

Não mudou muito. O tecido atualmente usado para a confecção da roupa dos brincantes é de algodão, na cor branca que é posteriormente tingido no processo semelhante ao citado por Pinto (FUNARTE, 1975), realizado pelos próprios brincantes no meio da mata que circunda a região (AMORIM, 2008).

A roupa de pescador transforma-se em figurino. Mesmo sabendo que não vão precisar da cor exata, necessária à lida no mar, eles reproduzem o mesmo ritual, que ganha um novo uso dentro da atual conjuntura (SAHLINS, 1998; 2003).

O grupo de Balbino não usa sapatos por acreditar que “pescador é tudo descalço mesmo”, como diz um dos integrantes. Tal atitude implica alguns problemas como ferimentos nos pés, provocados por solos bem diferentes da praia em que estão acostumados a dançar. Os demais grupos do litoral usam sapatos.

## **7 Fazendo um *paradeiro***

Como dito, o neologismo *paradeiro* refere-se ao alerta dado pelo mestre cantador aos demais membros do grupo para anunciar que vai fazer uma parada. Faço aqui o *paradeiro* tentando articular os últimos versos da brincadeira com a música e a dança dos cocos.

Espero ter conseguido apresentar a brincadeira dos cocos praticada no litoral cearense com a fidelidade e a clareza que a profissão do antropólogo exige. Vimos que a música nos cocos dançados (ou de roda) possui sua complexidade pela condição central de não poder ser separada dos outros dois elementos principais que compõem a brincadeira: a poesia oral e a dança.

Os brincantes de coco, agentes fundamentais deste relato, experimentam a festa de várias formas. Nunca consegui compreender quando há uma separação nítida entre lazer e trabalho entre eles. Tudo sempre me pareceu muito misturado, dadas as ênfases no desempenho exemplar e disciplinado de cada prática, ao mesmo tempo em que o ar era de muita descontração.

Embora haja, nos grupos de Iguape, alguns momentos que eles denominam de "ensaios", não há, no sentido institucional do termo, uma escola (separada da vida cotidiana) para se ensinar a brincar coco. O aprendizado se dá ao longo da vida, a cada brincadeira realizada, a cada ida ao mar, no meio das conversas corriqueiras e dos arranjos familiares.

Os políticos, quando querem, se utilizam dessas práticas com o fim de 'embelazarem' seus programas de governo. Os centros culturais, com toda sua logística, impõem outra dinâmica à brincadeira. Os mais velhos chegam aos últimos dias de suas vidas. Mesmo assim, a brincadeira continua existindo, se transformando, para corresponder aos sentidos dados pelos seus brincantes e para presentear às pessoas outras que possam participar com um passo desajeitado ou batendo palmas.

A brincadeira dos cocos é um elemento de organização social dessas pessoas. Muitas das letras cantadas traduzem valores éticos, constroem uma moral, orientam condutas. As gerações se confrontam e acabam, por fim, encontrando saídas para os dilemas postos.

## Referências

AMORIM, Ninno. **Os cocos no Ceará**: dança, música e poesia oral em Balbino e Iguape. Fortaleza: Dissertação (Mestrado) PPGS/UFC, 2008.

AMORIM, Ninho. O conceito de cultura popular e suas interfaces com o capitalismo contemporâneo: o estudo dos cocos no Brasil. Belém: **Anais da 27ª RBA**, 2010.

ANDRADE, Mário de. **Os Cocos**. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002a.

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002b.

AYALA, Maria Ignez N. & AYALA, Marcos (Org.). **Cocos**: alegria e devoção. Natal: EDUFRN, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 2. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1993.

BARROSO, Oswald. O coco-de-praia em Majorlândia. In. SERAINE, Florival. **Antologia do Folclore Cearense**. 2. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

CARNEIRO, Edison. **Folguedos Tradicionais**. 2. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, 1982.

FUNARTE. **Documento Sonoro do Folclore Brasileiro** – Vol. III. CD. Brasília: Itaú Cultural, 1975.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

RODRIGUES DE CARVALHO, José. **Cancioneiro do Norte**. 3. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1967.

SAHLINS, Marshall. **Cosmologias do Capitalismo**: o setor transpacífico do "sistema mundial". In. ABA: XVI Reunião Brasileira de Antropologia, 1998.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena História da Música Popular**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

## **Publicações Online**

**Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira**. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/>> Acesso em: 29 de abril de 2020.



## CAPÍTULO 2

### PRODUZINDO REDES: o ObservaCult/UFPB e o Instituto Federal da Paraíba em parceria

*Jessyca Barbosa Marins*

*George Glauber Félix Severo*

*Keitiana de Souza Silva*

*Lucas Neiva Peregrino*

#### 1 Introdução

O debate em torno das políticas culturais vem ganhando espaço com os avanços de governos democráticos e com a ampliação da ideia de participação e gestão democrática dessas políticas. Apesar dos retrocessos desde o Golpe de 2016, as consequências da pandemia fizeram emergir, com mais afinco, o debate e a mobilização que havia se energizado nos governos democráticos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014). Em um dos diversos ramos das políticas culturais, apresentamos, neste artigo, um respiro na área do patrimônio cultural em um município litorâneo do estado da Paraíba – o município de Conde.

*Políticas culturais* é uma expressão que denota diversos sentidos e finalidades, abrangendo desde as atividades comunitárias à própria ação do Estado. Uma escola de samba pode movimentar as ações de um bairro nos diversos setores – da economia criativa, do patrimônio cultural, das artes plásticas, da cultura popular e da dança –, assim como uma política de Estado também pode movimentar esses setores. Contudo, não pensamos aqui em hierarquia, mas concordamos

que quem deve estar à frente do processo criativo da cultura é o povo e não o Estado. Este pode agir, tal como colocou Gilberto Gil no seu discurso de posse como ministro da Cultura do governo Lula, criando condições democráticas de acesso aos bens culturais (LEIA, 2003).

A cultura é aqui compreendida de forma ampla, englobando sua tridimensionalidade (cidadã, simbólica e econômica), em seus diversos setores: teatro, cinema, dança, cultura popular, literatura, economia, cultura afro-brasileira, equipamentos culturais, patrimônio, museus, acervos, entre tantos outros. Contudo, neste trabalho, destacamos o campo do patrimônio e a gestão pública das políticas culturais.

O espaço social do patrimônio já vivenciou diversas mudanças, com reduções e ampliações de suas políticas, conceitos e estratégias. Choay (2001), por exemplo, nos apresenta uma linha do tempo do embrião europeu da ideia de patrimônio. No Brasil, Fonseca (2017) faz um apanhado detalhado da chegada de alguns desses valores europeus de patrimônio e como se adaptaram à realidade brasileira, em termos de autoritarismo e democratização.

No contexto de redemocratização, ainda na década de 1980, o campo do patrimônio ganhou novos delineamentos, influenciado por ideais que estariam presentes na Constituição Federal de 1988 – alguns deles já vinham em discussão desde a década de 1950 –, como os direitos culturais e os direitos humanos. Nesse sentido, para falarmos desses novos delineamentos do campo, precisamos ter em foco a ampliação da noção de patrimônio e a otimização da educação patrimonial. Focaremos na educação patrimonial e na formação de redes institucionais para o desenvolvimento de atividades no município de Conde.

Este trabalho evidencia a importância da construção de redes territoriais, a partir da educação, para avançar em iniciativas de inclusão social e de desenvolvimento socioeconômico e cultural de

comunidades presentes nos contextos urbano e do campo. De modo que a constituição de alianças acadêmicas e sociais possibilitou a reunião de instituições de educação, de setores de políticas públicas municipais e das próprias comunidades e seus arranjos culturais.

Neste artigo, apresentamos o projeto do Inventário Cultural de Conde (ICC), financiado com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Conde e supervisionado pelo Instituto Federal da Paraíba/*Campus* Avançado de Cabedelo Centro (IFPB/CACC) e por sua Fundação de Apoio, a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (Funetec-PB), que contratou, como coordenadores de pesquisa, dois integrantes do Observatório de Políticas Culturais da Universidade Federal da Paraíba (ObservaCult/UFPB). Nesse sentido, pontuamos a rede firmada entre essas instituições perante a prefeitura, demandante e principal financiadora do projeto.

A articulação entre as duas instituições<sup>1</sup> com a Prefeitura de Conde aconteceu em virtude de todo o movimento que o município vem fazendo desde 2018, ofertando a realização de cursos e oficinas a respeito das metodologias dos inventários, os quais as instituições de educação (IFPB e UFPB) acompanharam, tendo participado de alguns destes momentos. Ressaltamos que a parceria entre a Funetec-PB, o IFPB/CACC e o ObservaCult/UFPB oportunizou o desenvolvimento de uma proposta que atendeu às demandas da Gestão Municipal de Cultura, que necessitava de um mapeamento da diversidade cultural local, incentivando a articulação dos agentes culturais, para implementação de um Sistema Municipal de Cultura.

Consideramos que a realização do Inventário Cultural de Conde (ICC) é muito mais do que um projeto político-institucional de uma gestão municipal que enxerga nas políticas culturais a

---

1 Apesar da importância do papel da Funetec-PB, ao longo do artigo evidenciamos a rede efetivada entre o ObservaCult/UFPB e o IFPB/CACC.

valorização do seu povo. Esse trabalho transcende o projeto gestado através de luta pela institucionalização da cultura no município. É o espaço dado às vozes, à arte e aos modos de subjetividades de milhares de pessoas desse município, que historicamente tiveram seus modos de ser, de fazer e de existir marginalizados. Há, portanto, uma obrigação moral com os antepassados condenses, que resulta de uma dívida histórica do nosso país com os nossos ancestrais indígenas e afrodescendentes.

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar a aliança entre o IFPB/CACC e o ObservaCult e como o estabelecimento de uma rede de parcerias com relações acadêmicas e sociais vem avançando no debate em torno da educação patrimonial e das metodologias dos inventários com a execução do ICC.

## **2 O Campus avançado de Cabedelo Centro**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), enquanto instituições que ofertam educação profissional e tecnológica, apresentam, como uma de suas finalidades, o compromisso de atuar com vistas ao fortalecimento dos diferentes segmentos da sociedade em demandas dos setores produtivos, sociais ou culturais, a partir do estabelecimento das relações acadêmicas e sociais entre pessoas da escola e da comunidade (BRASIL, 2008).

Eliezer Pacheco (2010), ao propor uma série de entendimentos próprios aos IFs, evidencia que a estrutura *multicampi* e a capilaridade dos IFs tornam os territórios que circundam as unidades mais suscetíveis a mediações e intervenções, de modo que os atores que implementam essa política são convidados a agir na identificação de problemas reais, para propor iniciativas educativas contextualizadas que apresentem soluções locais para a inclusão social e para o

desenvolvimento sustentável das regiões. Portanto, é nesse sentido que os IFs devem se articular a outras políticas para intervir nas comunidades em iniciativas de ensino-pesquisa-extensão, a partir de uma relação dialógica que promova o encontro de saberes com as forças comunicantes desses territórios.

O Campus Avançado Cabedelo Conde (CACC)<sup>2</sup>, desde 2015, vem desenvolvendo ações de extensão (projetos, programas, cursos, eventos e prestação de serviços), pesquisa e ensino em uma diversidade de oferta de cursos técnicos em diferentes eixos tecnológicos. São eles: Curso Técnico Integrado e Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Jurídicos; Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Transações Imobiliárias; Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo; Curso Técnico Subsequente em Transporte Aquaviário; e Curso Técnico Subsequente em Pesca (na Unidade Remota de Lucena).

A presença das ações do CACC nos territórios litorâneos paraibanos e a sua postura educacional possibilitaram atender à demanda apresentada pela Assessoria de Cultura do Município de Conde, que buscava por instituições socialmente referenciadas que desenvolvessem atividades de ensino, pesquisa e extensão, pontualmente em cultura.

Algumas características peculiares a esse *campus*, na Rede Federal da Paraíba, contribuíram para a sua elegibilidade na iniciativa aqui discutida, a saber: i) é uma unidade acreditada pela Marinha do Brasil para ofertar cursos do ensino profissional marítimo para comunidades pesqueiras e ribeirinhas; ii) tem vinculada a sua estrutura a unidade remota na cidade de Lucena (Litoral Norte/PB), para

---

2 Oriundo do Núcleo de Pesca, posteriormente, denominado de Centro de Formação de Pesca e Cultura Marinha, através de edital do MEC, foi constituído como Centro de Referência em Pesca e Navegação até ser, administrativamente, renomeado *Campus* Avançado Cabedelo Centro.

atividades de ensino, pesquisa e extensão através do ensino profissional marítimo; iii) postula ser um *campus* itinerante e territorial, referência em culturas populares, prioritariamente, de comunidades tradicionais e direitos humanos em todo o litoral paraibano, com ofertas de cursos nas cidades litorâneas de Pitimbu, Conde, Cabedelo, Lucena, Rio Tinto e Baía da Traição; e iv) é uma unidade que tem seus fundamentos teóricos-filosóficos na educação popular.

Dentre os objetivos do CACC, pontuamos o compromisso na formação de pessoas de referência em comunidades tradicionais e o reconhecimento de saberes e competências de agentes culturais em toda a Zona da Mata Paraibana. Por acreditar na educação e na cultura como meios efetivos de transformação social e de equidade, a instituição apresenta cursos e iniciativas de extensão e pesquisa na busca por uma educação que eduque para as garantias dos direitos humanos, prioritariamente, os direitos culturais.

Assim, na perspectiva de se colocar como uma instituição que pretende contribuir ao desenvolvimento local e regional funcionando como um "centro irradiador de boas práticas" (PACHECO, 2010, p. 2), e que dá importância para o aspecto da emancipação humana ao propor uma concepção de formação (profissional e tecnológica) cidadã que se fundamenta "na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana" (PACHECO, 2010, p. 3), o *campus* vem atuando junto ao ICC a partir do Núcleo de Resgate Cultural dos Ancestrais Paraibanos. Núcleo esse que objetiva desenvolver ações de memória, de formação e de mapeamentos junto aos povos indígenas identificados no território paraibano (Tabajara, Potiguara e Cariri), por meio de iniciativas de extensão associadas à pesquisa e ao ensino. O referido núcleo integra ainda a política de redes de coletivos extensionistas intitulada Rede Rizoma: Tecnologia em Extensão.

A Rede Rizoma do IFPB atende às finalidades e aos objetivos dos IFs e vem consolidando, desde 2015, uma práxis extensionista calcada na ideia de extensão cidadã em que o estabelecimento de posturas dialógicas entre a escola e a comunidade fazem com que as pessoas beneficiárias se tornem parceiras das ações (SOUSA; MEDEIROS, 2016).

A Rede Rizoma compõe-se do conjunto de núcleos horizontais e autogestionáveis criados no âmbito do IFPB, tendo como articuladores docentes, técnico-administrativos ou estudantes. São espaços escolares abertos, horizontais, conectáveis e descentralizados, reversíveis e versáteis às demandas sociais e produtivas, que articulam, no território, saberes científicos, tecnológicos e populares para o desenvolvimento, a adaptação e a transferência de tecnologias sustentáveis, cidadãs, empreendedoras e solidárias (IFPB, 2017).

Nesse sentido, é possível articular os segmentos acadêmicos, a sociedade civil organizada ou não, os setores produtivos e representantes institucionais visando ao desenvolvimento de ações extensionistas demandadas no âmbito territorial do IFPB. É o que tem ocorrido na experiência do ICC. O CACC foi demandado pelo setor responsável por conduzir a política pública de cultura da cidade de Conde, passando a atuar por meio do Núcleo de Resgate Cultural dos Ancestrais Paraibanos e de seus parceiros sociais como a Funetec-PB e o ObservaCult.

Os extensionistas do referido núcleo do CACC estão envolvidos na supervisão geral do projeto; na formação e no acompanhamento dos estudantes bolsistas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Serviços Jurídicos que estão atuando, por meio de projetos de extensão<sup>3</sup> vinculados ao ICC; na organização das oficinas de formação comunitária de agentes culturais e professores da rede municipal; e na participação ativa na pesquisa de campo.

---

3 Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura: PROBEXC PROJETO – Edital PROEXC nº 1/2019; Programa de Apoio ao Fortalecimento dos Núcleos de Extensão – Edital PROEXC nº 26/2019.

É importante ressaltar que, tal como objetiva o projeto político-pedagógico dos IFs e da Rede Rizoma do IFPB, as ações extensionistas vinculadas ao ICC fortaleceram ainda a perspectiva de redes de trabalho com a participação ativa de estudantes, de docentes, de técnico-administrativos, de parceiros sociais e da comunidade que, nesse processo do ICC, se firmou não necessariamente como beneficiária, mas também como parceira protagonista desse processo que é social, cultural, ambiental e político.

### **3 O Observatório de Políticas Culturais da UFPB**

Espaços de diálogo, grupos de pesquisa e observatórios de estudos nasceram das discussões<sup>4</sup> implementadas a partir do governo Lula e desencadeadas com a institucionalização de uma Sistema Nacional de Cultura (SNC)<sup>5</sup>. O ObservaCult/UFPB nasceu em 2014 advindo desse movimento.

O ObservaCult é um grupo de estudo, ensino, pesquisa e extensão integrado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (Nuplar).<sup>6</sup> O grupo possui uma natureza multidisciplinar e interinstitucional, agregando estudantes, técnico-administrativos e professores da UFPB, mas também pesquisadores, gestores culturais, estudantes e colaboradores externos, inclusive professores de outras instituições de ensino, como o IFPB e a Universidade Federal da Bahia.

---

4 Conferir o Observatório da Diversidade Cultural (2010), o Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais (2014), o ObservaCult (2014) e outros.

5 O SNC foi instituído, em 2012, pela Emenda Constitucional nº 71, que acrescentou o art. 216-A à Constituição Federal.

6 Vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC/UFPB).

A estrutura do grupo é organizada em quatro linhas de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Cultural; Patrimônio, Diversidade e Territórios; Políticas culturais, Educação e Comunicação; e Direitos e Cidadania Culturais. Apesar dessa estruturação em linhas, o grupo prima pelo debate transdisciplinar e constante diálogo entre os diversos coordenadores e os pesquisadores.

As atividades do ObservaCult consistem no grupo de estudos, nas ações de formação, em pesquisas e avaliações de políticas públicas, na produção e disseminação de indicadores e informações culturais e em ações de extensão e assessoria técnica. Essa última é uma atividade que tem gerado a produção e a ampliação da rede do grupo em outras instituições e projetos, como é o caso do ICC.

## **4 Políticas públicas de cultura e o patrimônio cultural**

Nos últimos 20 anos, o Estado brasileiro tem pensando políticas de salvaguarda dos seus bens imateriais que são mutáveis, dinâmicos e, por isso, não devem ser pensando por políticas públicas burocráticas e engessadas, pois eles devem ser preservados no meio das vivências das comunidades tradicionais, dos grupos periféricos, das expressões artísticas marginalizadas.

As estratégias para efetivação das políticas culturais desenvolvidas pelo governo brasileiro (de 2002 até 2016), nos últimos dois anos, sofreram ataques em diversas frentes: Ministério da Cultura extinto, artistas de oposição ao governo perseguidos, direitos das comunidades tradicionais em risco, sucateamento das instituições de ensino etc<sup>7</sup>.

---

7 E, mais recentemente, a omissão ao setor cultural diante da pandemia, como, por exemplo, a falta de ações emergenciais para atender aos trabalhadores da cultura. A Lei Aldir Blanc foi um respiro diante de boicotes ao setor.

Vivenciamos em nosso país uma verdadeira guerra contra a cultura. Cada vez mais políticas públicas como algo burocrático. Por isso, cabe às escolas, aos educadores e aos militantes dos direitos humanos tornarem a legislação de preservação do patrimônio cultural eficaz através da educação patrimonial. Dessa forma, tornando-o acessível às múltiplas referências culturais da sociedade; norteando a prática educativa por meio do respeito às tradições culturais, partindo do pressuposto de que a educação patrimonial é educação em direitos humanos e assegura o autoconhecimento, a autoestima dos povos, a autovalorização das comunidades, dos grupos sociais e da nação, em prol da diversidade, da valorização das culturas ancestrais e da superação das desigualdades sociais.

Um governo, seja ele federal, estadual ou municipal, que entende as políticas de cultura como base de educação, reconhecimento identitário e cidadania é uma referência política que é preciso registrar. Tratando-se de um governo municipal, esse fato ainda é muito mais relevante diante das dificuldades econômicas vivenciadas pelos municípios pequenos no Brasil.

O município de Conde, na zona sul costeira da Paraíba, é caracterizado pela diversidade de grupos étnicos, indígenas e quilombolas, de populações denominadas tradicionais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais. Ainda que a luta pelos direitos territoriais dessas comunidades seja uma luta histórica e diária dentro do município. Por isso a importância de inventariar os seus bens culturais em prol da valorização da sua diversidade cultural.

O inventário representa o bem comum do povo de Conde, independentemente de suas divergências. Ademais, além de representar uma narrativa de equidade diante das dívidas históricas, representa também um instrumento estratégico de políticas públicas, sem privilegiar ou preterir fontes ou manifestação cultural, qualquer

que seja. Postulamos justamente que esse instrumento representa, democraticamente, os modos de existência presentes no referido território. Para isso, discentes e servidores do IFPB/CACC aderiram à construção do projeto de forma voluntária, construindo as oficinas, os seminários e os cursos que podem fundamentar os postulados do projeto apresentado.

Os integrantes do ObservaCult que compõem a equipe do ICC vêm atuando na coordenação e na execução da pesquisa iniciada em outubro de 2019. A coordenação é feita em constante diálogo com as extensionistas e a supervisora que fazem parte do IFPB, abordando questões técnicas do andamento da pesquisa e da metodologia<sup>8</sup> específica. O ObservaCult também propôs a contratação de duas estudantes de Ciências Sociais da UFPB, diversificando ainda mais a equipe e estendendo as redes entre as duas instituições de ensino.

Com essa ação, levamos em conta dois fatores: a diversidade e a formação de parcerias interinstitucionais entre as diferentes instituições e setores da sociedade, visto que estas contribuem para uma maior eficácia da educação patrimonial e dos direitos humanos.

## **5 Inventário como atividade de educação patrimonial e instrumento de base para políticas públicas**

Se a educação patrimonial é um desafio de grande importância e urgência em nosso país, os inventários culturais ocupam um relevante papel neste processo. Estes atuam como recurso pedagógico no campo

---

8 Mais recentemente fizemos adaptações da metodologia ao contexto da pandemia, englobando as articulações e os conhecimentos de outros membros do ObservaCult, para criar um cadastro que atendesse às necessidades da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020). Esse cadastro vem sendo usado pela Prefeitura Municipal de Conde para desenvolver seu Plano de Ação Cultural, exigido pela referida lei.

da educação patrimonial, pois aproximam os participantes do seu próprio universo cultural cotidiano, enquanto destacam seu potencial de criatividade, resistência e reinvenção na expressão de seus processos e experiências, desenvolvendo a promoção da memória e da identidade nas comunidades.

O formato de educação patrimonial que nos embasa nesse processo parte de uma perspectiva freireana, prevalecendo o diálogo entre os agentes facilitadores do patrimônio e seus detentores, tendo em vista que a intenção desta ação não reside em ensinar o que é patrimônio mas, sim, estabelecer estratégias para uma atribuição de valor participativa, desenvolvendo caminhos que – no processo de ensino-aprendizagem – provoquem e sensibilizem os detentores para o potencial cultural local. Desse modo, para além das políticas de salvaguarda ou proteção do patrimônio cultural, a educação patrimonial se faz necessária diante de seu caráter transformador, pela forma como mobiliza os detentores a identificar seus patrimônios e a valorizar sua história. Diante disso, torna-se necessária a multiplicação de iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Sendo imprescindível que cada uma dessas ações educativas assegure a participação social no processo. Assim,

a perspectiva da educação que aqui se apresenta é a que entende que educadores são mediadores para a apropriação do conhecimento e para a sua construção coletiva, que reconhece as comunidades como produtoras/detentoras de saberes locais, e que os bens culturais estão inseridos em um contexto de significados locais associado às memórias dos lugares. Essa perspectiva é diferente daquela que entende a educação como reprodutora de informações e as comunidades como meras consumidoras e público-alvo das ações educativas. (IPHAN, 2014, p. 27).

Os inventários ganham visibilidade após a Constituição de 1988 e, com ela, a ampliação do conceito de patrimônio que direciona a atenção para a identificação e a valorização dos bens culturais de natureza imaterial, bem como as medidas para salvaguarda<sup>9</sup> desses bens. Os inventários são, então, uma metodologia que tem por finalidade registrar o maior número de informações sobre determinada referência cultural, constituindo-se como instrumento de investigação e identificação das referências culturais de um povo.

O fator mobilizador de todo esse cenário é a implementação do Decreto nº 3.551/2000, que institui o registro como instrumento de preservação oficial dos bens de natureza imaterial ou intangível. Desde então, o registro e os inventários são mecanismos que auxiliam no reconhecimento e na elaboração de políticas públicas voltadas para os bens culturais. Nessa conjuntura foi criado, em 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, com apoio e acompanhamento da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, com o intuito de fomentar a produção dos inventários, considerada de grande valia para a efetivação das políticas de salvaguarda.

Como foi mencionado, os inventários ganham visibilidade e reconhecimento de sua importância nas políticas de salvaguarda, direcionando seu olhar para a diversidade cultural e dando espaço para o protagonismo dos seus atores/detentores. Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar a relevância da perspectiva antropológica, restituindo àqueles a autoridade para falar da sua cultura e dos seus patrimônios, bem como do reconhecimento disciplinar da importância

---

9 A Convenção Mundial do Patrimônio Imaterial, da Unesco traz, no seu artigo 2, parágrafo 3, exemplos de ação de salvaguarda: "a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal" (UNESCO, 2003, p. 5).

da participação e do contato prolongado nas pesquisas de campo e das relações privilegiadas que elas proporcionam, por dar importância à participação, ao contato e às relações que se estabelecem com o encontro com o outro, com a alteridade.

Pensando no contexto dos inventários, o empoderamento e a participação dos detentores, unidos a uma outra forma de fazer produção de um inventário, que surgiu após o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (IPHAN, 2000): o Inventário Participativo, legitimando “participação” popular como elemento fundamental neste processo.

Lançado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no ano de 2016, o Manual de Aplicação dos Inventários Participativos é uma ferramenta de livre acesso e com leitura de fácil compreensão, destinada ao público em geral, sem necessitar de autorização do órgão, como é o caso da aplicação do INRC.

Os inventários participativos têm por objetivo principal a mobilização e a sensibilização social para a importância do seu patrimônio. É importante ressaltar que esses inventários apresentam como caráter primordial a educação patrimonial, objetivando construir conhecimento mediante o diálogo com as pessoas que convivem, produzem e significam esses patrimônios. Sendo assim, os inventários participativos

Não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial do patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado

na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado. (IPHAN, 2016, p. 7).

Desse modo, os inventários participativos não teriam por finalidade substituir o INRC mas, sim, de auxiliar nas políticas de salvaguarda, no sentido de alcançar uma maior participação popular mediante a produção de conhecimento sobre determinado bem cultural, sob a ótica e a atuação da própria comunidade ou coletividade que faça uso deste instrumento.

É importante destacar que esses formatos de inventários elencados anteriormente, INRC e inventários participativos, são modelos elaborados e adotados pelo Iphan. O inventário que estamos desenvolvendo no município de Conde se apoia nessas metodologias, porém não se enquadra em nenhum desses formatos, no entanto, tomou as fichas do Manual dos Inventários Participativos como norte. Podemos considerar, desse modo, que o trabalho que vem sendo executado é um inventário cultural com participação popular, com o objetivo principal de mapear e identificar a diversidade cultural local para que, diante disso, possam ser implementadas políticas públicas que atendam à necessidade do setor cultural do município.

Nesse sentido, o ICC atua em duas dimensões: no âmbito da educação patrimonial e no das políticas públicas culturais. O mapeamento da diversidade cultural do município vem auxiliando na identificação dos agentes culturais e buscando compreender suas realidades para poder pensar em políticas e ações que visem ao fomento e ao reconhecimento dessa diversidade.

A dimensão educativa desse processo consiste na mobilização social promovida a partir da sensibilização dos detentores

culturais. Cada ida ao campo, cada oficina realizada cumpre o papel de provocar, nesses indivíduos, a importância de se olhar para dentro da comunidade, perceber a riqueza desses elementos que compõem a sua história, bem como que todas essas referências culturais se constituem como o maior bem que um povo pode ter. Suas memórias são o seu maior patrimônio.

Destacamos a parceria com a rede municipal de ensino, buscando uma maior aderência da população e compreendendo que o empoderamento dos indivíduos é uma das finalidades da educação patrimonial, pois é necessária também a inserção nas instituições de ensino (educação formal), tendo em vista que cultura e educação andam lado a lado no processo de conscientização e apropriação das identidades culturais e da preservação e valorização dos seus patrimônios locais.

O ICC é a etapa inicial de um projeto político da gestão municipal de mobilizar os próprios agentes culturais para que estes sejam os protagonistas, tendo dimensão da potencialidade de sua participação na construção das políticas culturais. São os detentores que vivenciam essa realidade cotidianamente, que conhecem e que sabem quais são as dificuldades enfrentadas na execução de suas atividades culturais. Assim, a equipe do ICC busca conhecer essas dificuldades para instrumentalizar, de forma mais prática, as políticas culturais para atender à realidade do município.

Desse modo, os inventários cumprem um importante papel nessas ações de valorização do patrimônio cultural, compreendidos como uma ferramenta que contribui para a sensibilização e a valorização dos patrimônios. Com o objetivo de despertar para a importância desses bens mediante um processo educativo, em que os detentores participem diretamente da produção do conhecimento sobre a cultura local, fortalecendo o sentimento de pertencimento e possibilitando

que esses atores se sintam não apenas como parte integrante, mas sim como essenciais no processo.

## 6 Considerações finais

O presente artigo apresentou a rede institucional que vem se formando no itinerário do projeto ICC registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB, por meio do CACC, fomentado e idealizado pela Assessoria de Cultura da Prefeitura Municipal de Conde e executado pela Funetec-PB, com a contratação de pesquisadores do ObservaCult/IFPB e de bolsistas do instituto federal.

A rede que existe entre os projetos dos diversos *campi* do IFPB, com o ICC, alcança a UFPB e o ObservaCult, que vem desenvolvendo ações de assessoria na implementação de políticas culturais na região. Os pesquisadores do ObservaCult, apesar de externos ao IFPB, vêm trabalhando juntos aos extensionistas da instituição.

As experiências vivenciadas por toda a equipe do inventário, prioritariamente dos discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Serviços Jurídicos, têm sido uma praxe para a educação em direitos humanos, principalmente no que se refere à educação patrimonial, que fundamenta os conceitos de *direitos culturais* e de *comunidades tradicionais*.

Nesse sentido, as metodologias dos inventários se constituem como ferramenta efetiva para articulação dos agentes culturais na preservação e na salvaguarda dos patrimônios culturais locais. O ICC vem mesclando as diversas metodologias criadas pelo Iphan a fim de atender às especificidades locais e às limitações próprias de um município pequeno, que vem priorizando as ações na área de cultura – sucateada por gestões anteriores. A formação de público, a articulação dos agentes culturais, a capacitação desses agentes e a valorização dos

artistas locais são eixos da atual gestão municipal que tem possibilitado a execução do ICC e, assim, do mapeamento cultural.

Essas redes e parcerias entre o meio acadêmico e a gestão pública, que integram instituições com objetivos e ações que confluem, ampliam o potencial de seus projetos e a inclusão da diversidade (dos participantes, dos beneficiados e dos executores). A ampliação do potencial e da diversidade são, sem dúvida, as principais consequências da parceria que vem gerando frutos como os exemplos presentes nesta coletânea.

## Referências

BRASIL. Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 23 de jul. 2020.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória de política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

IFPB. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Nota técnica nº 003 – PROEXC/IFPB, de 11 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os Núcleos de Extensão e Rede Rizoma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. **Site do IFPB**, João Pessoa, PB, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/principais-normas-e-legislacoes/nota-tecnica-no-03-2017-proexc/nota-tecnica-no-003-2017-nucleos-de-extensao-nerr-2.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

IPHAN. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Texto de Sônia Rapim Florêncio *et al.* 2. ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

IPHAN. **Educação patrimonial:** inventários participativos: manual de aplicação. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio *et al.* Brasília: Iphan, 2016.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.

LEIA a íntegra do discurso de posse de Gilberto Gil. **Folha de S.Paulo**, Poder, 2 jan. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em três dimensões:** as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: MinC, 2010.

PACHECO, E. **Os institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. (org.). **Rede Rizoma:** movimento de extensão no IFPB. João Pessoa: IFPB, 2016.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 17 de outubro de 2003. Documento originalmente publicado pela Unesco sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2020.



## CAPÍTULO 3

### INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE-PB: relatos iniciais de uma experiência em andamento

*Lucas Neiva Peregrino*

*Andreza Ferreira Lima Paiva*

*Jacilba Freire Marinho*

*Jessyca Barbosa Marins*

#### 1 Introdução

Compreender a identidade e a memória de um determinado grupo social perpassa por identificar suas referências culturais. Denominamos referências culturais "os sentidos e valores de importância diferenciada atribuídos aos diversos domínios e práticas da vida social (festas, saberes, modos de fazer, lugares e formas de expressão, entre outros)" (IPHAN, 2014). Nesse contexto, os inventários têm se constituído como uma ferramenta de sistematização de dados e de produção de conhecimento sobre bens culturais indispensável na elaboração e implementação de políticas de cultura que resultem na preservação e valorização dos bens culturais.

Apresentamos, neste trabalho, alguns relatos da experiência do Inventário Cultural de Conde (ICC), projeto financiado e gerido pela Prefeitura Municipal de Conde-PB e realizado em parceria com o Instituto Federal da Paraíba/*Campus* Avançado de Cabedelo Centro (IFPB/CACC) e pela Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da

Paraíba (Funetec-PB), fundação de apoio ao IFPB. Um dos objetivos centrais da construção desse inventário é a produção de conhecimento para subsidiar a gestão municipal na implementação de políticas públicas de cultura<sup>1</sup>.

O processo de inventariar se associa ao sentido de "relacionar, contabilizar, descrever, enumerar minuciosamente, proceder a levantamentos individuados e completos" (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 5). Apesar do sentido etimológico nos trazer a palavra "achar" (MOTTA; REZENDE, 2016), optamos pela ideia de visibilizar, pois o inventário traz a possibilidade de valorizar através da visibilidade (pesquisa e documentação) proposta ao bem cultural.

A utilização dos inventários na produção de conhecimento para subsidiar atividades de implementação e gestão de órgãos patrimoniais tem ganhado cada vez mais respaldo. Entretanto, buscamos a realização de um inventário cultural para mapear a diversidade cultural de um município para além da ideia de patrimônio,<sup>2</sup> pois utilizamos o conceito mais amplo de "bens culturais". Este inclui as referências culturais que são consenso na amplitude do território (coco de roda, ciranda, capoeira etc.) e também práticas e expressões culturais das pequenas comunidades rurais (lendas e mitos, pequenas praças, ruínas de edificações, terreiros etc.), que, muitas vezes, são negligenciadas ou invisibilizadas por outras vias

---

1 Com foco em um Sistema Municipal de Cultura (eixo técnico de pesquisa) e através de atividades formativas por meio da articulação e formação de agentes culturais (eixo de educação patrimonial).

2 Mesmo a ideia de patrimônio imaterial, que foi ampliada com o conceito de cultura e dos saberes cotidianos, relaciona-se a uma seleção mais criteriosa de referências culturais que sejam um consenso ou unanimidade, em uma comunidade. Neste trabalho, a ideia de bem cultural ultrapassa, em certo sentido, esse consenso. Ressaltamos que a seleção está presente, inclusive, através da escolha de eventos produzidos pela prefeitura (que administra o inventário cultural).

de valorização, frequentemente, por valores colonialistas e da ideia de folclorização e turistificação.

Em se tratando do patrimônio cultural, o procedimento de inventariar os bens consiste na produção de um conhecimento que estabelece critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais (TOLENTINO, 2018). A seleção dos bens culturais a serem inventariados passa também pelo entendimento do que se constitui como patrimônio cultural para um determinado povo. Posicionamo-nos a favor do conceito da Carta Magna do Brasil de 1988, art. 216, cuja noção ampla de patrimônio cultural engloba a ideia de bens culturais que destacamos anteriormente: “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos [...]” (BRASIL, [2020]). Trazemos as ideias de identidade, ação e memória dos grupos do município de Conde. O mesmo artigo, no § 1º, aponta os inventários como forma de “acautelamento e preservação” (BRASIL, [2020]).

O conceito da Constituição Federal é norteador da atuação do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na formulação de políticas cujo princípio seja promover, preservar, conservar e salvaguardar o patrimônio. Nesse sentido, levamos em consideração a importância dos inventários tal como sistematizado no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado pelo Decreto nº 3.551/2000 com o objetivo de implementar uma “política específica de inventário, referenciamento e valorização” (BRASIL, 2000).

O PNPI (BRASIL, [2020]) como guia das políticas culturais de patrimônio estabeleceu, por meio dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 200/2016, do Iphan, a linha de “Pesquisa, documentação e informação” e os macroprocessos de “Identificação” e “Reconhecimento” dos

bens imateriais (IPHAN, 2016c), indicando os inventários como uma de suas ferramentas.

Outra norma legitimadora dos inventários é a Portaria nº 160/2016, do Iphan, que dispõe sobre os usos dessa ferramenta no âmbito da instituição. O inventário é caracterizado como um instrumento de pesquisa, de documentação e de produção de conhecimento para subsidiar a tomada de decisões no âmbito do instituto. Pela legitimidade e pela autoridade do Iphan, essas caracterizações fundamentam experiências de inventários culturais em instituições públicas e privadas, inclusive, subsidiando decisões na área das políticas culturais, como é o caso do ICC.

Três principais metodologias de inventário foram desenvolvidas pelo órgão federal do patrimônio: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (IPHAN, 2000), o Inventário Pedagógico do Mais Educação (IPHAN, 2013) e o Inventário Participativo (IPHAN, 2016a). O ICC é uma adaptação das três metodologias ao contexto político e social dos sujeitos – a comunidade detentora das práticas e bens culturais e dos pesquisadores que desenvolveram e estão executando o plano de trabalho – e para atender a demanda da gestão (Prefeitura Municipal de Conde). Algumas ferramentas foram utilizadas no ICC (por exemplo, as fichas dos inventários participativos), mas houve a necessidade de seleção de quais seriam utilizadas, em virtude do tempo e das demandas do órgão.

Outra característica do ICC é relacionada ao grau de participação da comunidade. Optamos por não destacar o termo *Inventário Participativo* no título do projeto, pois a participação do ICC se voltou apenas para indicação dos bens através de conversas coletivas com a comunidade e colaboração nas entrevistas. A pesquisa e o preenchimento das fichas foi feita pela equipe contratada.

No presente trabalho, o relato da experiência é dividido em três partes: uma introdução, aspectos sociais do município, apresentação do plano de trabalho e considerações do processo em andamento. Na introdução, apresentamos o respaldo da metodologia dos inventários. Depois, faremos uma breve apresentação a respeito do município de Conde, apresentaremos, de maneira simples, o plano de atividades com algumas discussões e finalizaremos com as considerações a respeito das dificuldades apresentadas no processo de inventariação (pandemia, equipe reduzida, recursos limitados, entre outros).

## 2 Aspectos históricos do município de Conde

No município de Conde, através da sua gestão local, estabeleceu-se como premissa, para elaboração de sua política de cultura, realizar um mapeamento da sua diversidade cultural em seu território. Para esse fim, no ano de 2019, em parceria com o IFPB/CACC e a Funetec-PB, iniciou-se o projeto ICC.

O município de Conde está localizado no litoral sul da Paraíba, a 13 km de João Pessoa, capital do estado. Com suas origens vindas de uma aldeia constituída por indígenas tabajara<sup>3</sup>, habitantes do litoral sul do estado, recebeu o nome de *Jacoca*, originário da palavra *t'cheakoka* (idioma nativo), cujo significado é atribuído, de forma lendária, a um abraço (HERCKMANS *apud*. CAVALCANTI, 1996).

Com a invasão portuguesa, surge o aldeamento Jacoca, administrado por missionários franciscanos, logo após sua chegada em 1589. Os portugueses que dominavam o território eram católicos e

---

3 Segundo Mura *et al.* (2015), os índios aldeados na Jacoca são identificados na historiografia como Tabajara. Justamente eles foram responsáveis por ajudar “os portugueses nas lutas contra os Potiguara quando da conquista da capitania [da Paraíba]” (MURA *et al.*, 2015, p. 18).

tinham preocupação com a atividade missionária a fim de estender o seu domínio sobre as populações nativas, garantindo a sua colaboração e desarticulando a hostilidade indígena em relação aos invasores, conforme relata o frei Willeke:

Os religiosos das aldeias fundaram igrejas em todas elas [...] Esta aldeia [...] a principal de todas, dada sua vantajosa posição, desde que diversas aldeias tinham sido mudadas para servirem de defesa dos engenhos e fazendas, sendo que em Jacoca os índios tinham um centro da vida religiosa e os franciscanos uma casa de recolhimento e repouso. (WILLEKE, 1957 *apud* CAVALCANTI, 1996, p. 40).

O início da conquista da Paraíba pelos holandeses se dá em 1634. Em 1636, com a região já sob domínio holandês, e ainda habitada pelos tabajara, o governador holandês ordena a transferência deste povo para a capital, devido a ataques de grupos indígenas inimigos que estavam, possivelmente, a serviço dos portugueses (CAVALCANTI, 1996, p. 32).

Com o passar dos anos, esses antigos habitantes retornaram às suas terras de origem, as quais encontraram arruinadas. Foi, então, fundada ali, entre Jacoca e Pindaúna, uma nova aldeia, que recebeu o nome de Mauriceia (CAVALCANTI, 1996, p. 32), em homenagem ao governador-geral holandês, conde Maurício de Nassau, durante a ocupação holandesa. Essa nova aldeia era ponto estratégico na defesa da passagem que ligava Recife, Olinda e João Pessoa que, na época, se chamava Filipeia de Nossa Senhora das Neves.

Em 1768, com a retomada do governo português, é então criada a Freguesia do Conde, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que evolui rapidamente à vila e sede da comarca. Segundo o historiador Horácio

de Almeida, "Conde não deve o seu nome ao Conde Maurício de Nassau, como alguns supõem. Deriva da *fruta do conde*, também denominada pinha ou ata, que o Conde Diogo Luís de Oliveira, governador geral, importou para o Brasil, em 1626" (1978 *apud* CAVALCANTI, 1996, p. 41).

A partir de 1831, o país passa a ser governado por uma regência, que divide a província da Paraíba em três comarcas, passando a Vila do Conde a integrar a comarca da capital, junto com Alhandra, Pilar, Montemor e Baía da Traição. Após sua anexação à capital, a Vila do Conde tem sua situação econômica agravada, entrando em declínio. Apenas por volta de 1900, com o desenvolvimento crescente da *Parahyba*, o Conde começa a reagir economicamente, graças ao aumento da produção na sua área rural, atendendo, assim, a um aumento da necessidade de alimento.

O desmembramento da capital, João Pessoa, ocorre em 1963, através da Lei Estadual nº 3.107, formada por um único distrito, porém com muitos povoados rurais já existentes. A partir daí, importantes transformações começaram a ocorrer no espaço territorial do Conde.

Na paisagem diversificada do litoral sul da Paraíba, ao qual o município de Conde está incorporado, podemos destacar um mundo riquíssimo de recursos naturais – bem como de cultura. Sua beleza natural, representada por áreas de mangue e terrenos ricos em calcários e outras rochas que mais parecem crateras lunares.

A complexidade de Conde se deve também a sua diversidade cultural: treze assentamentos rurais, duas aldeias indígenas (Aldeia Gramame e Aldeia Vitória) e três quilombos (Mituauçu, Ipiranga e Gurugi). Essa paisagem cultural e natural atrai diversos turistas e migrantes, o que contribui para o aumento da diversidade e dos seus potenciais econômicos.

### 3 Apresentação do plano de trabalho

Exporemos os principais detalhes do plano de trabalho e da equipe que vem desenvolvendo o plano, como forma de melhor relatar a experiência do ICC. A diversidade de membros que compõem a equipe e o curto prazo do empreendimento são elementos importantes para levarmos em conta alguns desafios enfrentados.

A equipe de trabalho inicial contou com dois pesquisadores contratados (ambos antropólogos vinculados ao ObservaCult/UFPB), duas professoras do IFPB (com formação em filosofia e em turismo), uma servidora do IFPB (formada em turismo), uma servidora da prefeitura (com formação em educação artística) e um fotógrafo (formado em jornalismo). Esta parte da equipe ficou nomeada como Equipe de Coordenação, pois estaria mais à frente das atividades administrativas e de pesquisa. A outra parte da equipe era composta por oito estudantes do IFPB (todos do ensino médio, do Curso Técnico em Serviços Jurídicos), dos quais quatro eram bolsistas e quatro voluntários. Após três meses de trabalho, a equipe de bolsistas foi alterada, permanecendo nas atividades de campo, apenas quatro bolsistas (dois do IFPB e dois estudantes da graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – um deles vinculado ao ObservaCult)<sup>4</sup>.

O Plano de Trabalho desenvolvido teve por base as três metodologias do inventário do Iphan (2000, 2013, 2016a) e foi dividido para execução em quatro etapas: Etapa 1 – Preparação e planejamento

---

4 No início da terceira etapa, um dos bolsistas precisou se afastar das atividades, o que gerou a contratação de uma nova bolsista, também estudante de Ciências Sociais da UFPB. No final da terceira etapa, houve mais uma mudança de bolsistas: as duas estudantes da UFPB foram substituídas por alunas da mesma instituição, com o mesmo grau de formação e de curso – também vinculadas ao ObservaCult/UFPB.

(30 dias); Etapa 2 – Levantamento preliminar (60 dias); Etapa 3 – Pesquisa e documentação (90 dias); e Etapa 4 – Edição e catalogação (90 dias). Ressaltamos que o tempo para o desenvolvimento da pesquisa e análise de dados é, até o momento, o maior desafio – levando também em conta os problemas da paralisação do campo, em virtude da pandemia causada pelo novo coronavírus. Falaremos brevemente sobre cada uma das etapas e discutiremos alguns detalhes do andamento da pesquisa.

### **3.1 Preparação e planejamento (out.)**

Essa etapa teve o objetivo de organizar administrativamente a equipe: aquisição de materiais de pesquisa (gravadores e *hard disk*), seleção dos bolsistas e do fotógrafo. As primeiras reuniões seriam realizadas para o planejamento das etapas posteriores, sempre de acordo com o calendário da Prefeitura Municipal de Conde. Além disso, iniciamos as articulações com o Iphan, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (Iphaep) e a Secretaria de Cultura do Estado (Secult/PB).

Nas reuniões, foram apresentadas, aos bolsistas e aos outros pesquisadores (não familiarizados com as metodologias), as técnicas de pesquisa apropriadas para os inventários, além de algumas indicações de lugares, pessoas, grupos e referências culturais que seriam inventariadas e catalogadas nas fichas dos inventários participativos (IPHAN, 2016). Essa parte da etapa (de formação da equipe) foi estendida até a parte da etapa posterior.

### **3.2 Levantamento preliminar (nov./dez.)<sup>5</sup>**

Delimitamos o território e as informações e as pesquisas feitas a respeito desse território e dividimos as tarefas para as etapas posteriores.

Depende desse levantamento o próprio planejamento do trabalho de campo em seus aspectos práticos (quando realizá-lo, quantos entrevistadores mobilizar, onde hospedar a equipe, de que forma e até que ponto os moradores da região poderão ser incorporados ao trabalho, etc.). (IPHAN, 2000, p. 37).

O planejamento da pesquisa foi feito a partir da divisão de duas coordenções de pesquisa, cada uma com duas das quatro regiões do município de Conde<sup>6</sup> (figura 1). O número de localidades variou de região de região para região, tanto em número como em complexidade<sup>7</sup>.

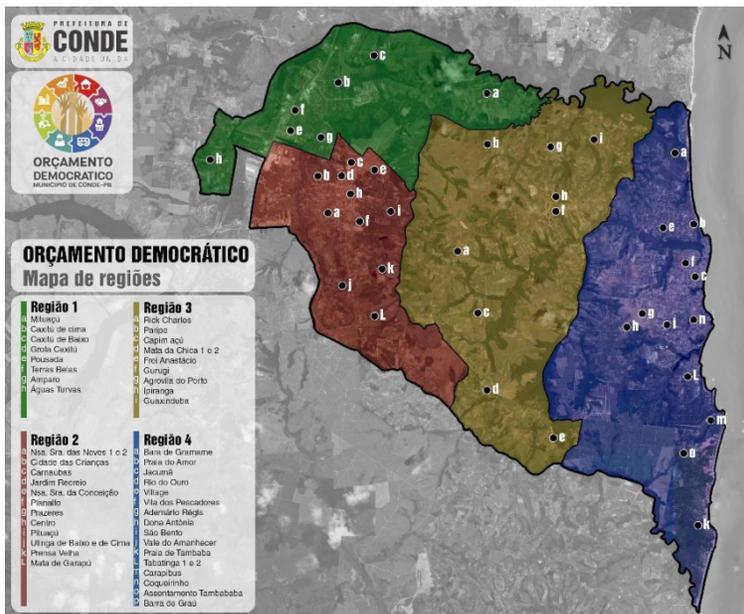
---

5 Fase que está presente também na metodologia do INRC (IPHAN, 2000).

6 Essas regiões foram organizadas no mapa elaborado pelo Orçamento Democrático Municipal, órgão ligado ao Gabinete da Prefeita, da gestão atual. Optamos por essa divisão em virtude da praticidade. As regiões são numeradas contando o território de oeste a leste. Cada um dos antropólogos contratados ficariam responsáveis por coordenar as pesquisas de duas regiões, que possuem cerca de cinquenta localidades (assentamentos, loteamentos, sítios, comunidade quilombola, terra indígena etc.).

7 Para se ter uma ideia superficial, o município possui uma população estimada de 24 mil habitantes (IBGE, 2019), distribuídas em 172.744 km<sup>2</sup> de extensão. No território, existem duas terras indígenas (Tabajara), três quilombos (Mituaçu, Guruji e Ipiranga) e treze assentamentos de reforma agrária.

Figura 1 – Mapa das regiões



Fonte: Prefeitura Municipal de Conde.

Nessa etapa, foi de fundamental importância a formação dos estagiários para que o desenvolvimento da pesquisa ocorresse de acordo com as metodologias empregadas nos manuais. Durante novembro e dezembro, tivemos dezenas de reuniões para formação e prática dos bolsistas, mas que não deram o resultado pretendido, tanto por parte da organização da formação como pela experiência dos estudantes. Ainda na etapa de levantamento, iniciamos as pesquisas em acervos documentais do estado e as primeiras entrevistas com interlocutores da comunidade.

### 3.3 Pesquisa e documentação (jan./fev./mar.)

Nessa etapa, resolvemos fundir a nomenclatura de duas etapas trazidas pelo INRC em apenas uma, contudo, sem concentrar as atividades das duas. Iniciamos a pesquisa de campo, com observações, entrevistas, conversas e contato direto com as comunidades. O trabalho foi coordenado pelos antropólogos (que também participaram do campo) com os pesquisadores e bolsistas.

O Manual de Aplicações do Inventário Participativo elaborado pelo Iphan (2016) é composto por algumas fichas, quais sejam: i) ficha do projeto; ii) ficha do território; iii) fichas das categorias (lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes); iv) fichas das fontes pesquisadas; v) ficha do relatório de imagem; e vi) ficha do roteiro de entrevista. As fichas principais são as da categoria, pois descrevem cada bem cultural inventariado. A ficha do território engloba o município e as fichas das localidades (subdivisão que fizemos). Apesar de utilizarmos as outras fichas (fontes pesquisadas, relatório de imagem, roteiro de entrevista), demos prioridade para essas três.

Em relação às fichas, é importante ressaltar que elas não devem ser encaradas como o único caminho possível para a concretização do inventário. Mas que devem ser percebidas como uma espécie de *roteiro de pesquisa*, sujeito a mudanças e adaptações. Com as fichas entendidas dessa forma, optamos por não utilizar a categoria de *objetos* e, por outro lado, adicionar a categoria de *pessoas de referência*. O objetivo para essas mudanças foi otimizar (objetivar) a pesquisa – com relação aos objetos<sup>8</sup> – e contribuir para a construção dessa nova categoria para os inventários (MARINS, 2018).

---

8 Não negamos a importância dos objetos para as comunidades e a construção de identidades, contudo, por causa do tempo da pesquisa, resolvemos deixar os objetos importantes descritos nas outras fichas.

A indicação da categoria *pessoas de referência* foi uma das atividades desafiadoras impostas aos coordenadores, para desenvolver uma nova ficha que atendesse a categoria. Portanto, preenchamos cinco fichas para as categorias: i) lugares e edificações; ii) pessoas de referência; iii) celebrações, festas e eventos; iv) formas de expressão; e v) saberes, ofícios e técnicas<sup>9</sup>.

A metodologia dos inventários é uma ferramenta que não se limita aos manuais de aplicação e possui influência das metodologias das ciências sociais, principalmente da antropologia, que estabelece a aproximação das ações participativas (pesquisa-ação), da observação participante, das entrevistas e da etnografia. Por isso, o trabalho realizado nessa pesquisa não se limitou aos manuais de aplicação do Iphan (2000, 2013, 2016), mas a técnicas de pesquisa pertinentes ao campo das ciências sociais.

Nesse sentido, executamos o preenchimento das fichas e as entrevistas buscando a harmonia com as distribuições das atividades do plano estratégico de pesquisa, isto é, o mapa calendário, indicando: i) quem, ii) vai fazer o quê, iii) quando e iv) onde. Colocamos todas essas organizações em uma plataforma digital para acompanhamento de toda a equipe.

As duas equipes de trabalho deveriam realizar as pesquisas nas regiões em dois momentos. Primeiro momento: entrevista, observação, descrição. Segundo momento: produção de relatório e preenchimento de fichas. Mas, na prática, o preenchimento de fichas vem acontecendo com maior dedicação na quarta etapa.

---

9 Percebe-se que as categorias que utilizamos possuem nomenclaturas diferentes dos manuais do Iphan. Isso ocorreu para atender à demanda da amplitude dos bens culturais que estamos inventariando. Por exemplo, eventos realizados pela prefeitura e equipamentos culturais locais.

Em virtude da distância entre a residência dos pesquisadores e o território pesquisado, utilizamos o tempo para ir a campo coletar dados. Assim, a sistematização com o preenchimento de fichas tem acontecido pelo tempo que estamos em escritório (*home office*), principalmente, em virtude do confinamento causado pela Covid-19.

Durante essa etapa, seria crucial que as duas equipes de trabalho mantivessem a comunicação remota e presencial pelas reuniões, o que não ocorreu como o esperado. No momento, estamos nos esforçando para preencher as brechas causadas pela falta de comunicação e transparência das atividades.

### **3.4 Edição e catalogação (abr./maio/jun.)**

A nomeação dessa etapa esclarece que o seu objetivo é a organização e análise dos dados (entrevistas, fotografias, relatórios, diários de campo, observações etc.), além do preenchimento das fichas (catalogação). Teríamos que organizar esses dados para construção do produto final: um dossiê a respeito dos aspectos sociais do município. Seria uma escrita direta e uma apresentação dos dados para que a prefeitura pudesse fazer uso otimizado das informações para construção das políticas culturais municipais.

Além da parte de análise de dados, reservamos um período para pesquisa de campo, que continuaria até o início da última etapa, no sétimo mês (abril). Após esse mês, todas as atividades seriam desempenhadas para interpretação, catalogação e edição dos dados, com o objetivo de produzir o texto do dossiê. Dessa forma, a última etapa seria desenvolvida, em grande medida, pelos pesquisadores e pela supervisora em escritório, pois se constituiria como trabalho de produção de texto. Com o já relatado problema do confinamento, perdemos um mês de pesquisa.

Com as atividades em escritório, o número de reuniões e cobranças por parte da instituição municipal aumentou. Chegamos a fazer de duas a três reuniões em uma semana, cada uma com mais de três horas de duração, para esclarecermos pontos obscuros na metodologia e propor novas atividades.

As principais atividades geradas por essas demandas foram a construção de um cadastro *on-line* para os agentes culturais e os trabalhadores da cultura, a produção de textos a respeito da metodologia e dos bens culturais que foram publicados no *site* da prefeitura, além da administração de uma página em redes sociais para que a comunidade pudesse acompanhar parte do trabalho feito.

## 4 Considerações finais

Em vista dos relatos e das questões levantadas, passamos a aprofundar alguns pontos que avaliamos como importantes. Apesar de não ser ainda um trabalho conclusivo, pretendemos deixar registrado toda a rica vivência no desenvolvimento desta atividade.

A primeira etapa foi realizada em pleno calendário escolar, o que dificultou o trabalho de alguns pesquisadores que também são docentes e dos próprios alunos (bolsistas e voluntários). A pesquisa de campo foi comprometida em virtude da agenda dos colaboradores, que nem sempre se disponibilizaram a receber os pesquisadores – o que é completamente normal diante da realidade de cada um.

Ainda na primeira etapa, houve a execução de forma mais dinâmica com reuniões leves e encaminhamentos práticos. Na segunda etapa, algumas complicações se apresentaram. O tamanho da equipe, a formação dos bolsistas e a densidade das reuniões foram aspectos sentidos por alguns membros da equipe que possuíam outras demandas (docência, família, negócios etc.).

Com o início da terceira etapa, foi evidenciado que o tempo que tínhamos para a pesquisa não seria suficiente, pois à medida que entrevistávamos pessoas, outras eram indicadas (bola de neve) e mais bens culturais "surgiam". Além disso, ao final dessa etapa, foram impostas as medidas de distanciamento social por causa da pandemia do novo coronavírus, o que dificultou ainda mais as atividades de pesquisa. Na quarta e última etapa, a equipe vem mantendo as atividades em casa, fazendo análise de dados e produzindo textos diversos sobre alguns resultados prévios da pesquisa, para que a comunidade possa perceber e acompanhar os trabalhos<sup>10</sup>.

A inventariação pode ser realizada de diversas maneiras a depender

dos bens que devem ser identificados, dos dados a serem registrados e comparados e dos *sujeitos envolvidos nos procedimentos* de inventariação, como também de quais pesquisas vão orientar a *delimitação dos territórios*, dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e assim por diante (grifos nossos) (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 5).

Esses recortes destacados no texto de Motta e Rezende (2016) apontam dois aspectos do projeto aqui descrito: os sujeitos que fizeram o procedimento e o recorte territorial da pesquisa. A pesquisa vem sendo realizada por profissionais de áreas diversas (filosofia, turismo e antropologia). Os cinco pesquisadores e os quatro bolsistas foram divididos em três equipes. Um pesquisador e uma bolsista ficariam responsáveis pelas regiões 1 e 2; uma pesquisadora e uma bolsista seriam responsáveis pela região 3; e três pesquisadoras e dois bolsistas

---

10 Esses textos estão sendo publicados na página oficial da prefeitura e no Instagram do projeto.

do IFPB seriam responsáveis pela região 4. A diversidade das formações contribuiu para discussões técnicas e algumas vezes conflitantes sobre teoria e metodologia.

O aspecto da delimitação do território é um dos fatores mais desafiantes da pesquisa. O recorte se deu pela geopolítica, isto é, todo o território do município de Conde, com seus 172.744 km<sup>2</sup> de extensão. Sabemos que a aproximação dos inventários com as técnicas de pesquisa antropológica tem demandado uma formação específica dos pesquisadores.

Outro fator desencadeou problemas na pesquisa. Apesar das diversas contribuições que o inventário cultural é capaz de realizar para o município, o fato do trabalho de pesquisa ser constantemente associado a uma gestão municipal específica gerou dificuldades de alianças no campo. O contato da comunidade com os pesquisadores foi sempre perpassado pelo lugar de origem da pesquisa, frequentemente remetido a uma gestão municipal de uma cidade pequena, onde coronelismos e intrigas políticas ganham dimensões mais próximas dos cidadãos – o que resultou em conflitos e alianças com potenciais colaboradores. Contudo, essa dificuldade de construir alianças faz parte das pesquisas: “Ora, a lógica da pesquisa etnográfica o leva a fazer escolhas, a travar alianças que o aproximarão de alguns e o desligarão de outros” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 119).

Algumas pessoas se negavam a conversar com a equipe ou conversavam apenas sem gravação e sem o consentimento de imagem e áudio. Outras vezes, alguns colaboradores falavam o que fariam a fiscais políticos, elogiando a gestão municipal e disponibilizando-se em tempo integral para “o que fosse preciso”.

Por todo o exposto, destacamos que o ICC se constitui como uma pesquisa de mapeamento da diversidade cultural que mescla as metodologias desenvolvidas pelo Iphan. O trabalho é realizado

por pesquisadores e estudantes de instituições federais que vêm encontrando dificuldades, mas abrindo espaço para contribuições no estudo para o desenvolvimento de políticas culturais. As principais dificuldades se devem ao tempo e ao recorte territorial, à diversidade de formações na equipe e às constantes alianças e conflitos no encontro com a comunidade. Como principal contribuição, é um banco de dados quantitativo e qualitativo dos bens culturais do município, para que a gestão do Poder Executivo local possa direcionar as políticas culturais de forma mais objetiva e participativa.

## Referências

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2000.

CANEDO, D. **“Cultura é o quê?”** – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. Trabalho apresentado no V Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CAVALCANTI, M. H. P. **Uma história do Conde**. João Pessoa: Editora UFPB, 1996.

FONSECA, M. C. L. F. **O patrimônio em processo:** trajetórias da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

IBGE. **Monografias municipais:** Nordeste/Paraíba: Conde. [S. l.]: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://conde.pb.gov.br/portal/a-cidade/aspectos-gerais>>. Acesso em: 20 jun.2020.

IPHAN. **Educação patrimonial:** inventários participativos: manual de aplicação. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio *et al.* Brasília: Iphan, 2016a.

IPHAN. **Educação patrimonial:** manual de aplicação: Programa Mais Educação. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial no Brasil:** instrumentos de produção de conhecimento, reconhecimento e salvaguarda. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/06/anexo-2-ata-10-cnpmf-dpi-iphan.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

IPHAN. Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do Iphan. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 39, 12 maio 2016b. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489)>. Acesso em: 19 jun. 2020.

IPHAN. Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 2016c.

MARINS, J. B. **“É um processo”:** Educação Patrimonial e a mobilização social dos Inventários Participativos. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), UFPB, João Pessoa, 2018.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. *In*: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016. p. 1-39. v. 1. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MURA, Fabio; PALITOT, Estevão Martins; MARQUES, Amanda Christine Nascimento. **Relatório Tabajara**: um estudo sobre a ocupação indígena no litoral sul da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

TOLENTINO, A. B. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/12/32>>. Acesso em: 20 de jun. 2020.



## CAPÍTULO 4

# FORMAÇÃO DE PERQUISADORES NO INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE-PB: campo, entrevistas, transcrições e preenchimento de fichas

*Thayani Macegossa Rodrigues*

*Laís Alves Luna*

*Maria Clara Miranda Ferreira da Silva*

*Pamella Bezerra Guedes*

*Raynara da Costa Silva*

### 1 Introdução

A polifonia do conceito de patrimônio cultural nos permite circular em diversas instâncias: econômica, histórica e memorial, antropológica, identitária etc. Uma das formas como pensamos esse conceito é posicionando-o na aproximação da noção de cultura: tradições materiais e imateriais, cultos, expressões populares, objetos, atores. Hoje, a ideia de patrimônio e suas práticas educativas permitem a sensibilização para que os detentores possam efetivar o sentimento de pertencimento e, assim, de enriquecimento cultural do seu lugar.

Nesse sentido, localizamos a educação patrimonial como uma prática realizada através dos inventários. Estes possuem, como uma de suas finalidades, o levantamento e o mapeamento de informações das comunidades, como um instrumento efetivo de produção de conhecimento (IPHAN, 2016b). A experiência coletiva e individual dos membros da comunidade é uma parte importante na

construção dos inventários, trazendo um sentimento de participação no desenvolvimento das políticas públicas.

Os inventários, como instrumentos de pesquisa, possuem diretrizes e técnicas específicas, desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),<sup>1</sup> como fichas de identificação e fases de pesquisa. A coleta e a organização dos dados a respeito de bens culturais, com o intuito de construir conhecimento, geralmente, são feitos em diálogo com as comunidades.

Variadas partes integram a cultura de uma comunidade, entre elas, algumas que podem ser consideradas patrimônio cultural. Utiliza-se a ideia de bem cultural para se referir a uma unidade desse patrimônio ou da cultura. Por exemplo, a capoeira é um bem cultural, assim como uma igreja, um terreiro, um ofício de pescador etc. Os bens culturais são as festas, os ritos, as expressões culturais, as lendas, que são passados por gerações e/ou importantes para a união das pessoas de uma comunidade.

O Inventário Cultural de Conde (ICC)<sup>2</sup> é um projeto que tem como objetivo evidenciar a diversidade cultural local, mapeando as atividades culturais e auxiliando na construção de um banco de dados cultural do município. O inventário conta com a participação dos próprios membros da comunidade, pessoas de referência e agentes culturais de cada localidade.

O tempo total de construção do inventário foi previsto para nove meses e foi dividido em quatro etapas, sendo elas: preparação e

---

1 Destacamos três dessas metodologias: Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2000), Inventário Pedagógico do Mais Educação (IPHAN, 2013) e Inventário Participativo (IPHAN, 2016a).

2 Projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Conde em parceria com o IFPB e a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (Funetec-PB), fundação de apoio ao IFPB, que está em execução desde outubro de 2019, com previsão de conclusão em agosto de 2020.

planejamento; levantamento preliminar; pesquisa e documentação; e edição e catalogação. Para a realização de todo esse processo, contamos com dois coordenadores (antropólogos), uma supervisora (professora de filosofia), duas pesquisadoras voluntárias (turismólogas) e quatro bolsistas, dois estudantes<sup>3</sup> do Instituto Federal da Paraíba/Campus Avançado de Cabedelo Centro (IFPB/CACC) e dois estudantes<sup>4</sup> da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No caso dos bolsistas da UFPB, houve uma rotatividade de cinco estagiários nas etapas devido a interferências pessoais dos integrantes, sendo assim, cada um ficou responsável por etapas diferentes do projeto.

Inicialmente, foi realizada uma leitura inicial do município, quando foram identificadas 46 comunidades que já eram divididas em quatro regiões por órgãos da própria prefeitura. Após a delimitação dos locais e a divisão das regiões para as duas equipes, foram realizadas visitas de campo para um reconhecimento das comunidades e das expressões culturais que aconteciam nesses locais.

Nas ciências sociais, os objetos de pesquisa são construídos de acordo com as relações estabelecidas com o campo – os pesquisadores com os entrevistados e a experiência do contato com o outro são permeados por aprendizados e construção de redes. Nesse sentido, três momentos acontecem durante a realização do inventário: entrevista, produção dos relatórios e preenchimento de fichas.

Nos manuais de aplicações dos inventários culturais, elaborados pelo Iphan (2000, 2013, 2016a), são oferecidos modelos de fichas para a aplicação da documentação. As fichas são divididas por suas finalidades (arquivamento/organização e identificação dos bens culturais), porém, no ICC, as fichas de identificação foram prioritárias. Essas fi-

---

3 Do Curso Técnico Integrado e Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Jurídicos.

4 Do bacharelado em Ciências Sociais.

chas dividem os bens culturais em cinco categorias (adotadas pelo Iphan e indicadas na Constituição Federal de 1988, em seu art. 216): a) formas de expressão, b) lugares, c) celebrações, d) saberes e e) objetos. O ICC não adota a categoria de objeto, mas acrescenta uma nova categoria: pessoas de referência. Partindo de pesquisas recentes, existem pessoas de referência e de importância cultural e patrimonial para as comunidades (MARINS, 2018).

Desse modo, os próprios residentes das comunidades identificaram os agentes culturais, os locais e o que cabia em cada categoria. Assim, a comunidade protagoniza o processo do inventário.

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, mas não se apegando completamente às questões e dando liberdade para que o entrevistado falasse e, assim, indicasse também novos objetos de estudo, cumprindo o papel antropológico da pesquisa. As fichas são construídas a partir das gravações das entrevistas, devidamente autorizadas e documentadas, tendo como objetivo a categorização e classificação das informações coletadas.

Diante do início da pandemia do coronavírus, e da política de distanciamento social adotada pelos governos como estratégia de conter a propagação do vírus, as reuniões presenciais e as novas entrevistas se tornaram inviáveis por questão de saúde pública de todos os envolvidos, mas as atividades continuaram de maneira remota e *on-line*. As transcrições de entrevistas e o preenchimento de fichas foram as principais atividades realizadas diante dessa situação.

Neste trabalho, apresentamos as dificuldades e os aprendizados como bolsistas do projeto. Refletimos sobre os aprendizados acadêmicos de manuais de pesquisa e a prática da pesquisa social (entrevistas e transcrições) e a dos manuais do inventário, mais especificamente, o preenchimento das fichas desenvolvidas nessas metodologias.

## **2 O campo e seus percalços**

A entrevista é uma importante ferramenta para a compreensão da relação entre o bem cultural e o entrevistado. É através da conversa que se avalia a importância dos bens culturais para a comunidade. “O propósito das entrevistas é obter respostas sobre o tema, problema ou tópico de interesses nos termos, na linguagem e na perspectiva do entrevistado” (COLLADO; LUCIO; SAMPIERI, 2006, p. 427).

Foi importante fazer questionamentos sobre como era o bem cultural na época em que a pessoa (detentora de um saber, por exemplo) começou sua relação com o bem (conhecimento das plantas medicinais, por exemplo), quais foram as transformações desse bem durante os anos, o período em que a pessoa começou a frequentar ou utilizar o bem cultural (um terreiro, por exemplo).

Existem alguns passos que podem ser úteis na construção de uma boa entrevista, de acordo com as vivências em campo, na transcrição e no preenchimento de fichas, seguindo as sugestões de Mariana Pantoja (2008).

O primeiro passo para realizar uma entrevista é pesquisar e descobrir as pessoas que tenham mais vivências ou conheçam a referência cultural pesquisada, para que se possa obter o máximo das informações.

O segundo passo é conseguir uma forma de se comunicar com essa pessoa e, a partir disso, esperar a sua disponibilidade para a entrevista, em que pode haver choque de horários, indisponibilidade de local, dificuldade de acesso ao local da entrevista. Todas essas dificuldades precisam ser contornadas pelo pesquisador de duas formas: estar preparado com leituras de outras pesquisas (o que fazemos nos nossos cursos) e na prática da pesquisa (fazendo e aprendendo). Estar preparado, no caso do inventário, se dá através

da familiaridade com as técnicas de entrevistas semiestruturadas, estudo do roteiro (das fichas) para nortear as perguntas que devem ser feitas, mas ainda deixando que o entrevistado possa se expressar – muitas vezes fugindo do roteiro. Algumas vezes, o entrevistado se sente confortável para falar sobre as situações que lhe ocorreram, mas, em outras, a comunicação pode se tornar um empecilho e o pesquisador precisa saber as perguntas certas a serem feitas para que consiga extrair informações – por isso, a importância do roteiro de perguntas.

O terceiro passo é saber conduzir a entrevista – o entrevistado precisa se sentir confortável. Respeitar os limites e manter um tom de compreensão independente da informação coletada.

O quarto e último passo é adquirir o máximo de conteúdo. Até mesmo informações que podem ser consideradas inúteis para aquela localidade podem ser interessantes para o estudo de outra comunidade e, se as informações necessárias não são coletadas corretamente, refletem em uma ficha mal preenchida.

Para estar preparado para uma entrevista, é preciso conhecer sobre o projeto proposto, estar presente em campo e nas reuniões (caso seja uma pesquisa em equipe, como foi no inventário), ser comprometido e disponibilizar o seu tempo para isso. Ter um diário de campo; anotar as datas, o local e quem está sendo entrevistado; ter algum dispositivo fotográfico e usar gravadores para garantir o armazenamento das informações.

Para que o uso das informações dadas pelo entrevistado seja permitido, é necessário que existam esclarecimentos sobre a pesquisa e seus objetivos e, assim, a autorização do entrevistado. Esta pode ser feita através da anuência com uma pergunta direta no início da gravação da entrevista e/ou a assinatura de um termo de autorização

de uso,<sup>5</sup> podendo, assim, prosseguir com a gravação da entrevista por áudio ou vídeo. O pesquisador precisa estar preparado para eventuais problemas como, por exemplo, quando o entrevistado aceita realizar a entrevista, mas não quer a gravação do áudio.

Em nossas formações (técnica e graduação), é importante desenvolvermos a capacidade comunicativa, principalmente, na área da antropologia, mas, mesmo tendo os conhecimentos necessários, questões emocionais foram um dos grandes entraves no andamento das entrevistas.<sup>6</sup> A dificuldade de se comunicar e conseguir desenvolver a conversa, de deixar de lado a timidez, por exemplo, foram fatores que precisamos enfrentar durante o processo de pesquisa. Durante a construção dos diários de campo, acompanhando as entrevistas já realizadas com os pesquisadores do projeto, algumas dúvidas foram sanadas dando mais confiança para a realização de uma entrevista sem supervisão.

O contato dos entrevistados foram obtidos de diversas maneiras. As referências culturais já eram conhecidas ou foram indicadas no decorrer da pesquisa e do oferecimento de oficinas<sup>7</sup> pelo projeto. A partir disso, o contato com as pessoas indicadas (como referências culturais ou que poderiam contribuir com a descrição do bem cultural) foi feito e se iniciou o agendamento das entrevistas. Marcadas,

---

5 No ICC, a entrevista era autorizada por áudio e a utilização de imagens foi feita através da assinatura de um termo de concessão de uso, pois envolvia órgãos que têm o objetivo de produzir publicações a respeito da pesquisa.

6 Os coordenadores de pesquisa do ICC ofereceram a oportunidade para que os estudantes conduzissem algumas entrevistas sem supervisão, como forma de aprimorar a formação dos bolsistas.

7 Até o momento, foram realizadas duas oficinas sobre Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural para os professores da rede municipal e para a comunidade local interessada na temática.

desmarcadas, remarcadas, canceladas; algumas ricas em conteúdo, outras rápidas e inesperadas.

O objetivo era fazer tratar sobre a temática para a qual a pessoa foi indicada. Um mestre de capoeira falaria sobre o bem cultural *capoeira* e descreveria sua inserção nessa forma de expressão e a trajetória do bem cultural no município. Após feitas as entrevistas, foi iniciado o processo de transcrições e preenchimento das fichas.

### **3 Dificuldades nas transcrições**

Neste tópico, apresentaremos o relato de experiências com algumas considerações sobre o processo de interpretação de dados coletados em entrevistas.

Uma das atividades como bolsistas foi a de transcrever as entrevistas feitas por outros bolsistas ou pesquisadores. Essa atividade se mostrou, lamentavelmente, limitada, pois as restrições impostas pelo distanciamento social, em função da pandemia, impossibilitou a ida a campo por parte dos bolsistas. O fenômeno, bastante incomum e inesperado, gerou, neste atual período, uma crise mundial de saúde pública, colocando pessoas em confinamento domiciliar por tempo indeterminado.

Ir a campo seria um risco à saúde dos pesquisadores e dos moradores da comunidade. O projeto passou a ser, portanto, restrito a atividades remotas. Sendo assim, todas as tarefas de parte da equipe só poderiam ser realizadas através de dispositivos virtuais. Uma delas: a tarefa de realizar transcrições das entrevistas gravadas antes do período de distanciamento social.

Depois, houve a necessidade de proceder ao preenchimento das fichas, que cumprem o papel de classificação e categorização dos dados coletados. Todas as instruções foram passadas em reu-

nião com os coordenadores, por dispositivos de comunicação em videochamada.

Um dos maiores entraves de transcrever as entrevistas foi a falta de experiência com esse recurso<sup>8</sup>. Por outro lado, transcrições já feitas pelos pesquisadores serviram como exemplo para a execução da tarefa. Seguimos o padrão de transcrição por meio da escuta das entrevistas.

Manzini ([S. d.]) salienta que, diferentemente do trabalho em campo, a transcrição implica distanciamento do momento vivido. Se a entrevista tem como foco uma ação no presente, a de buscar informações e respostas, a transcrição é uma maneira de refazer esse percurso já traçado, mas com outro direcionamento, o de atentar para o que foi dito e descobrir se a entrevista foi satisfatória e se os objetivos foram concretizados. Portanto, exige um processo de repetição e de atenção a cada verbalização.

Esse trabalho se mostrou mais cansativo do que o esperado. As entrevistas duraram em média de 50 minutos a 1 hora e 20 minutos, e o trabalho de transcrever cada uma se estendeu por cerca de dois dias. Precisamos levar em consideração a importância da fidelidade na sequência dos diálogos, atentar para os momentos mais relevantes das conversas, além da manutenção do máximo de clareza possível sobre o que estava sendo dito.

No processo de transcrição, seguimos a fluidez da oralidade do pesquisado, de acordo com a norma coloquial, o que se torna importante no reconhecimento da sua identidade. Em alguns casos mantivemos palavras de uso cotidiano, como "tava" em vez de "estava" ou "cê" em vez de "você". Em outros momentos, buscamos fazer correções na linguagem falada.

---

8 Todas as bolsistas envolvidas na tarefa eram principiantes em transcrição e pesquisa de campo.

Um dos aspectos positivos desse exercício foi a oportunidade de perceber e refletir sobre detalhes nas expressões dos entrevistados, tais como a mudança de tom de voz ao recitar uma poesia, a concessão de confiança crescente no decorrer da entrevista, a empolgação do entrevistado ao receber alguém disposto a ouvir e valorizar sua história, suas vivências e seus conhecimentos. Essa transformação proporcionada pelo efeito do encontro causou grande satisfação pessoal.

Como salienta Queiroz (1983), a transcrição traz como vantagem a oportunidade de uma primeira reflexão sobre sua experiência. Ao escutar a gravação, o entrevistador consegue captar a experiência sem a acuidade dos envoltimentos emocionais que o contexto vivo (entrevista) acarreta e pode retomar a experiência para aprofundar suas observações. Dessa forma, ao efetuar a transcrição, o pesquisador tem, então, a invejável posição de ser, ao mesmo tempo, interior e exterior à experiência (QUEIROZ, 1983, p. 84).

Além do cansaço físico e mental, em algumas transcrições, tivemos a dificuldade de compreensão de certas palavras e termos, muitas vezes pela maneira de falar do entrevistado ou por nosso desconhecimento sobre determinadas expressões. Portanto, classificamos algumas frases e palavras como inaudíveis ou incompreensíveis.

Esse é um dos problemas recorrentes no trabalho de transcrição, que algo de maior relevância ou não, por vezes, deixa de ser colocado – ainda mais quando o fator do “não estar lá” (caso de alguns dos bolsistas) foi um entrave para a execução da tarefa. Porém é possível que o entrevistador, por ter entrado em contato direto com o entrevistado, possa sanar estas pequenas falhas.

Outra dificuldade que se apresentou no decorrer do trabalho foi o fato de que, como alguns de nós não esteve presente no momento

das entrevistas, não foi possível ter acesso aos dados não verbais, importantes para o processo de interpretação, como condições do ambiente, olhares, expressões faciais e corporais. Estar em campo seria essencial para fazer o trabalho de observação. Essa impossibilidade se demonstrou como fator de insuficiência na realização do trabalho como um todo.

Destacamos que o objetivo principal das transcrições era o preenchimento das fichas. Porém percebemos que o processo seria otimizado com o preenchimento destas diretamente dos áudios das entrevistas, sem a necessidade de transcrição de texto completo, mas apenas as informações suficientes para as fichas.

A partir disso, pudemos compreender a importância do registro e, assim, avaliar os principais aspectos das referências culturais e das propostas para melhorar as condições de existência e sustentabilidade das expressões culturais vividas pela comunidade, além de fazer um levantamento das demandas da comunidade e quais bens consideramos mais importantes para, a partir disso, colocar em prática políticas públicas eficazes.

## **4 Preenchimento das fichas do inventário cultural**

No processo de pesquisa do ICC foram transcritas entrevistas e foi realizado um processo de preenchimento de fichas a partir das diversas formas de expressões culturais do município.

Os dados, relatos e entrevistas estão relacionadas a grupos indígenas, da capoeira local, de celebrações religiosas, dentre outras práticas. Esses dados se apresentam como conhecimentos importantes para a compreensão da comunidade de Conde. Vale ressaltar que parte dos registros feitos estão sendo apresentados à comunidade, em *sites* e redes sociais, de maneira que o povo possa ter acesso para consulta.

Dessa forma, as expressões culturais podem ficar documentadas e fazer parte da história do município.

Ouvir os áudios, que expõem as diversas formas de expressão, tem sido bastante esclarecedor, uma vez que se constituem como primeiros contatos com algumas dessas expressões culturais. Destacamos o contato com indígenas. Ouvir relatos desses povos é fundamental para a experiência de compreender e enxergar o outro. Mesmo que alguns bolsistas não tenham ido a campo – o que, inevitavelmente, limitou a experiência – para tentar entender a situação de precariedade indígena. O mesmo tem acontecido com os outros elementos, grupos de pessoas e práticas culturais.

Todavia, apesar dos conhecimentos adquiridos, algumas dificuldades surgiram no processo de transcrição e de preenchimento das fichas, como já relatado – falta de experiência foi o principal. Em razão da pandemia de Covid-19, tivemos apenas uma reunião com os pesquisadores, que não foi suficiente como uma formação de capacitação para o preenchimento.

As fichas, contidas nos manuais dos inventários, "reúnem sinteticamente as informações encontradas sobre todos os bens e localidades" (IPHAN, 2000, p. 44). Assim, é possível compreender que as fichas são feitas com o intuito de objetivar as informações, reunindo as ideias mais importantes retiradas de cada entrevista, documento ou fonte. Elas se dividem em fichas de campo (arquivamento/organização) e fichas de identificação dos bens culturais. Estas estão direcionadas a celebrações, lugares, pessoas de referência, ofícios e saberes, formas de expressão; enquanto as fichas de campo se relacionam com os registros audiovisuais e de contatos. A experiência que tivemos no ICC se deu pelo preenchimento dessas fichas de identificação dos bens culturais.

O contexto é outro fator que dificultou o processo de preenchimento das fichas. Viver em meio a uma pandemia, cujas medidas de proteção à saúde envolvem não poder sair de casa, enquanto a doença é altamente contagiosa e tem atingido números de mortalidade absurdos, certamente, não facilitou. Houve casos de contágio entre familiares. Além disso, o questionamento dos dados científicos, a transformação da doença em posições ideológicas, o descaso com a quarentena por algumas pessoas do nosso convívio, o cenário de crise política, tudo isso colabora para um mal-estar psicológico que não só nos atinge particularmente, mas é coletivo.

## **5 Considerações finais**

Entrar em um projeto durante a formação tem sido uma experiência de crescimento e amadurecimento no curso. A vivência de campo, a execução das técnicas de transcrição e preenchimento de fichas nos fazem refletir sobre os métodos empregados nas ciências sociais e permite uma formação mais qualificada.

Aprender a usar um olhar de observação foi importante durante a construção da experiência em campo, para saber os momentos propícios que possibilitam a realização de uma entrevista mesmo que não tenha sido combinada previamente. Durante uma procissão, por exemplo, foram feitas entrevistas de acordo com a situação, centenas de pessoas entoando cânticos religiosos e pagando suas promessas sob o sol da tarde. Não era o momento ideal sugerido nas teorias, mas, ainda assim, as informações obtidas foram importantes.

Tratando-se do preenchimento, este se mostrou um trabalho de maior fluidez, sendo um processo de categorização das informações transcritas. A ficha possui um objetivo mais direto e possibilita a organização dos dados de acordo com suas especificidades. Nela,

é possível atribuir forma a um corpo que, antes, era composto por informações soltas. Organizar os conhecimentos, os lugares, os significados, as pessoas e suas características, as expressões, os objetos, as técnicas, as fotografias nos possibilitou maior proximidade com o campo. Ver as imagens, escutar as vozes e compor os dados atribuídos a cada participante permitiu uma constituição sólida do que foi proposto.

Enfrentando essas limitações no decorrer do processo, o olhar observador começa a ser mais presente na vida. Observar como os coordenadores agem durante as entrevistas, como eles lidam com as situações, dão uma base para que saibamos como lidar com as mesmas situações. Aprender a interagir com os moradores das comunidades, utilizar os meios de gravação e reprodução, além de permitir que a criatividade e a comunicação seja mais fluida.

Preencher as fichas sem a presença no campo trouxe dificuldade para compreender alguns termos utilizados pelos entrevistados, como nomes de objetos ou locais específicos, que eram conhecidos pelos grupos locais ou por praticantes da expressão cultural. Em outros momentos, o que era dito era ininteligível pela forma rápida ou característica do entrevistado de falar, sendo muito comum que falassem através de vícios de linguagem.

Nem todas as informações estavam presentes nos áudios, mas seria possível obter a resposta a partir da observação se houvesse o acesso ao campo e, por isso, algumas categorias – os tópicos dentro das fichas, como história, descrição, roupas e acessórios, produtos etc. – acabaram por ficar em branco. Além disso, alguns fatos importantes ditos nem sempre tinham uma categoria própria e era necessário fazer adaptações dentro de tais categorias para encaixar as informações.

Portanto, o trabalho de preenchimento das fichas não obteve, talvez, um resultado tão satisfatório quanto teria em uma situação de

normalidade, sem pandemia, e com a presença no campo, mas houve um esforço para que, apesar dessas dificuldades, o melhor, dentro das possibilidades, fosse realizado. A situação de trabalho e ensino a distância certamente colabora para a exclusão digital, embora ainda estejamos em uma posição de privilégio se comparada com pessoas sem acesso algum.

Por fim, o inventário cultural é um projeto que tem como objetivo dar visibilidade à diversidade cultural do município de Conde através do mapeamento de atividades, formas de expressões, lugares, pessoas e técnicas desenvolvidas pelos membros da comunidade.

## Referências

COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B.; SAMPIERI, R. H. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw, 2006.

IPHAN. **Educação patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio *et al.* Brasília: Iphan, 2016a.

IPHAN. **Educação patrimonial**: manual de aplicação: Programa Mais Educação. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.

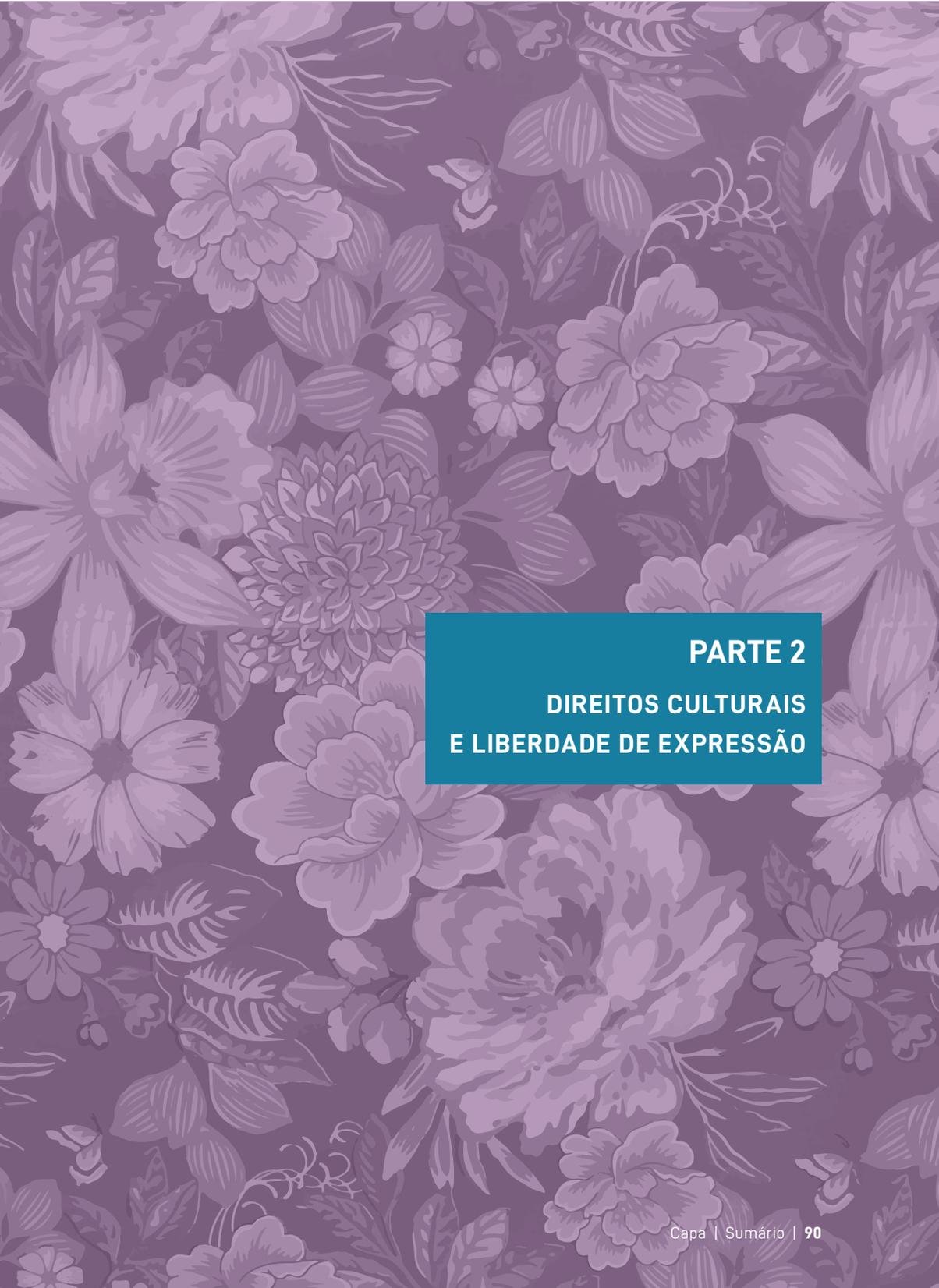
IPHAN. Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do Iphan. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 39, 12 maio 2016b. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489)>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MARINS, J. B. **“É um processo”**: Educação Patrimonial e a mobilização social dos Inventários Participativos. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), UFPB, João Pessoa, 2018.

MANZINI, J. E. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. [S. l.: s. n., s. d.]. Disponível em: <[http://www.oneesp.ufscar.br/texto\\_orientacao\\_transcricao\\_entrevista](http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

PANTOJA, M. C. **Os Milton**: cem anos de história nos seringais. 2. ed. Rio Branco (AC), EDUFAC, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: Cerve/FFLCH/USP, 1983.

The background of the entire page is a dense, repeating floral pattern in shades of purple and lavender. The pattern includes various types of flowers, such as large peonies, smaller daisies, and clusters of small blossoms, all interspersed with detailed leaves and stems. The overall aesthetic is elegant and textured.

**PARTE 2**  
**DIREITOS CULTURAIS**  
**E LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

## CAPÍTULO 5

# "DESINFORMAÇÃO": transparência e responsabilização civil contra as lógicas do monopólio capitalista da comunicação

*Renata Ribeiro Rolim*

### 1 Introdução

Em 2018, na Câmara dos Deputados, tramitaram quatorze projetos de lei sobre o "combate à desinformação"<sup>1</sup>. A maior parte desses projetos, segundo o parecer do Conselho de Comunicação Social (2018), criava diversos tipos penais e as mais diversas formas de censura. Nenhuma dessas iniciativas teve êxito.

Em junho de 2020, em plena pandemia do coronavírus, o Senado Federal aprovou em sessão remota, sem que houvesse qualquer debate público, o projeto de lei nº. 2.630. A Câmara dos Deputados convocou um ciclo de debates virtuais para discutir esse projeto antes da votação. Ativistas e organizações sociais, muitas articuladas na Coalizão Direitos na Rede, procuram minimizar os estragos de um texto legal que se pautava no punitivismo e na violação de direitos de privacidade, com base nas experiências de outros países que regulamentaram as práticas de "desinformação".

Uma das principais influências nesse debate é o documento "Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia" (UE,

---

1 Prefere-se o termo "desinformação" à "fake news" porque esta última sequer poderia, de acordo com a prática jornalista, ser considerado notícia.

2018a). Trata-se de um texto conciso que apresenta, de forma bastante didática, conceitos, princípios, objetivos e medidas para o "combate à desinformação". Diante das inúmeras e variadas questões que esse tema envolve, tomaremos esse documento como nosso parâmetro de estudo e o analisaremos em dois artigos que compõem este livro. Neste primeiro artigo, discutiremos o conceito e a concepção do "combate à desinformação", bem como duas medidas propostas como respostas a esse fenômeno: a transparência e a responsabilização das plataformas digitais. No próximo artigo, enfocaremos nas repercussões mais diretamente políticas da "desinformação".

Mas antes de tratarmos dos princípios que norteiam as ideias desse documento, discutiremos o papel que a comunicação social exerce na socialidade capitalista e como ela se organiza para atender às necessidades que lhes são postas.

## **2 Comunicação social na socialidade capitalista**

Desde que parte das funções da comunicação social foi apropriada pela indústria capitalista – e pouco tempo depois transformada em monopólio – seu funcionamento é organizado a partir da articulação de dois métodos ou lógicas basilares. A primeira é a lógica do capital. Esse método se caracteriza pela busca de lucros cada vez mais elevados, pela elaboração de perfis de consumidores mais específicos<sup>2</sup> para os quais são endereçados os anúncios publicitários e por uma

---

2 O desenvolvimento da capacidade e da individualidade humanas é uma consequência inevitável do processo de trabalho. Na socialidade capitalista, os indivíduos são obrigados a adquirir cada vez mais conhecimentos, habilidades e sensibilidades para reproduzirem suas vidas em uma divisão do trabalho cada vez mais especializada. Ainda que a propriedade privada imponha uma série de restrições e contradições à complexificação dos indivíduos não é capaz de anulá-la (LUKÁCS, 1986). A procura da publicidade por alvos específicos na massa do

linha editorial que busca se apresentar como imparcial. A segunda é a lógica do Estado. Esse método se define, de um lado, pela atividade permanente de consolidação de acordos interclassistas nos mais diversos terrenos de disputa política e, de outro, pela desmobilização de grupos e classe que resistem a subordinar seus interesses aos do capital. Em geral o consenso é construído mediante discurso político que apresenta os assuntos e os temas como se fossem de interesse nacional, comum a todos (HAYE, 1984).

Essas lógicas se desenvolveram em contraposição ao método dos movimentos político-sociais na comunicação social. Na vitória da Revolução Francesa, os órgãos de imprensa tiveram papel fundamental. Eles ajudaram a construir e consolidar a unidade política da burguesia revolucionária, bem como a persuadir e mobilizar os demais setores da sociedade não alinhados ao Antigo Regime. Nesses órgãos, os artigos de opinião prevaleciam em detrimento das informações coletadas. No calor da intensa luta de classes, a imprensa era o lugar das denúncias, das críticas ácidas, das polêmicas e de duros embates políticos. Demais disso, inexistia separação nítida entre o público e o veículo, pois ambos atuavam de forma estreita e integrada. Em 1789, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão garantiu a liberdade de expressão de maneira abstrata – sem se referir às condições concretas de seu exercício – ao abolir a censura prévia e o monopólio estatal da imprensa. No entanto, depois que a grande burguesia tomou o poder político e se livrou dos seus aliados circunstanciais, a legislação opôs, também de maneira abstrata, a liberdade de expressão aos direitos à honra, à privacidade e à intimidade. A partir de então o controle da palavra pública deixou de ser tarefa do público e passou para as mãos da polícia e do Poder

---

público – crianças, mulheres, pessoas com deficiência etc. – é uma expressão dessa tendência universal da reprodução humana.

Judiciário e, posteriormente, também do monopólio capitalista da comunicação (ROLIM, 2011).

Em "Sobre a questão judaica", Marx (2010) esclarece que a irrestrita liberdade de imprensa é estabelecida nas constituições como consequência do direito humano, da liberdade individual. Contudo, quando a liberdade de imprensa entra em conflito com a vida política do "homem" – do burguês proprietário de mercadorias e de sua moral que mal dissimula a hipocrisia – ela é totalmente suprimida por meio de inúmeras condições que lhe são postas. Pouco importa o tipo de violência ou injustiça que alguém seja alvo – o despejo de sua casa, a expropriação de seu lugar de trabalho, a morte evitável de seus filhos etc. – o livre mercado é quem define os limites da ação dos indivíduos e por isso a crítica deve evitar ferir as hipersensibilidades dos olhos e ouvidos "civilizados".

Em realidade a imprensa combativa cresce em todas as movimentações de caráter revolucionário e tem a sorte política delas. Na independência do Brasil, por exemplo, os pasquins<sup>3</sup> eram uma das frentes de batalha entre os representantes da antiga Metrópole, da oligarquia rural e da incipiente burguesia comercial. Antes mesmo da primeira Constituição brasileira, a liberdade de expressão foi reconhecida por lei em agosto de 1821, nos moldes da Declaração francesa. Mas, como ocorreu do outro lado do Atlântico, a liberdade de expressão foi usada apenas para diminuir a ingerência política e econômica dos portugueses na antiga Colônia. A repressão e as condicionalidades retornaram tão logo esse objetivo foi atingido.

A atividade da comunicação social, portanto, é inerente à educação, ao esclarecimento, à organização e à ação de qualquer grupo político. Por isso faz parte da história das organizações populares, dos

---

3 Pasquins eram jornais clandestinos, de fabricação artesanal, periodicidade precária e onde se dava intensa luta política.

sindicatos e dos partidos ligados aos trabalhadores a luta pelo acesso às tecnologias que produzem e distribuem informação. Nos momentos de crise aguda e de maior vigor da luta de classes, os veículos de comunicação ligados a essas organizações crescem e se multiplicam.

Da mesma maneira, quando e onde a produção do consenso falha, a ponto de colocar em risco o regime político, o caráter de classe dos monopólios capitalistas da comunicação também vem à tona e eles passam a adotar algumas características do método de organização e funcionamento dos movimentos político-sociais<sup>4</sup>.

No entanto, quando esses conflitos arrefecem, tornando-se latentes, a tendência é que os meios ligados às organizações populares e de trabalhadores encolham e passem para a defensiva, enquanto os monopólios capitalistas da comunicação voltam a adotar uma linguagem "apolítica", a se concentrar na busca de lucros e na construção do consenso (ROLIM, 2011).

### **3 A União Europeia na vanguarda do “combate à desinformação”: conceito, causas e princípios**

Desde 2015 a União Europeia (UE) aprofunda as pesquisas sobre a “desinformação” e até o momento produziu diretivas que têm sido referência, dentro e fora de suas fronteiras. Essas discussões enquadraram, de certa forma, os objetivos gerais e os limites em que o debate deve ser mantido – reforçar a influência política dos monopólios de comunicação tradicional e, com a ajuda dos monopólios que atuam na internet e nas redes sociais, controlar o alcance, o fluxo e o conteúdo da palavra pública.

---

4 Nos preparativos para o golpe de 2016 os monopólios da comunicação assumiram seu viés de classe e se tornaram verdadeiros partidos políticos. Exemplo claro disso foram a revista *Veja* e as Organizações Globo.

Assim, ao ter em vista as eleições para o Parlamento Europeu em 2019, no ano anterior esses esforços foram compilados na Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho “Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia” (UE, 2018a). Vamos examinar seus pontos principais a seguir.

Esse documento começa por conceituar a desinformação como a

[...] informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público, e que é suscetível de causar um prejuízo público. O prejuízo público abrange ameaças aos processos políticos democráticos e aos processos de elaboração de políticas, bem como a bens públicos, tais como a proteção da saúde dos cidadãos da UE, o ambiente ou a segurança (UE, 2018a).

Qualquer definição de desinformação dará margem a ampla interpretação pois, para além de casos extremos<sup>5</sup>, para os quais sequer seria necessário um conceito, há uma zona cinzenta onde impera a subjetividade. Um dos pontos centrais da definição acima é a caracterização do que é “prejuízo público”. O que um banqueiro considera dano, por exemplo, é muito diferente de uma família de agricultores que produz para o mercado local ou de um trabalhador da indústria alimentícia. Em uma sociedade de classes isso só pode se concretizar mediante intensa disputa política que, em condições normais, é decidida a favor de quem tem maior poder econômico.

---

5 Podemos citar a “desinformação” sobre a distribuição pelo PT de um “kit gay” nas escolas brasileiras, com “mamadeira de piroca” para os bebês, como um desses casos extremos.

O que o documento traz, portanto, é um conceito abstrato de desinformação que apenas serve para diferenciá-la de outros conceitos abstratos como sátira, paródia, discurso do ódio, incitamento à violência e terrorismo, para os quais a UE tem regulação específica. Assim, se hoje as instituições da democracia burguesa procuram controlar a extrema direita – e eventualmente utilizá-la em seu próprio benefício – a história ensina que nada impede que essas figuras jurídicas abstratas sejam usadas contra as organizações populares e de trabalhadores no momento em que a necessidade se apresentar (FREDERICO, 2010).

Segundo o documento "Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia" (UE, 2018a), as causas que fomentariam a indústria da desinformação nas redes sociais baseiam-se na falta de transparência e rastreabilidade das fontes informacionais que, ao se camuflarem por meio de serviços automatizados (robôs digitais) e perfis simulados (contas falsas), operaram campanhas arquitetadas em larga escala ("fábrica de troles"). Da mesma forma, a distribuição da informação organizada pelos algoritmos privilegia a partilha de conteúdos personalizados que apelam para as emoções dos usuários, em especial a raiva e o medo. Com isso, as redes sociais ajudariam a aumentar a polarização política (o chamado "efeito bolha") e as consequências da "desinformação", que também são reforçadas pelo modelo de publicidade que tende a colocar anúncios em sítios da internet que viralizam.

Observa-se que as "causas" da desinformação é a própria existência dos monopólios capitalistas na área da comunicação. Como destacamos acima, a indústria da comunicação surgiu ancorada na venda de seu público para os anunciantes, o que leva a uma encarniçada disputa entre as empresas pelo conhecimento cada vez mais preciso da audiência. O segredo é uma das peças-chaves da concorrência e por isso mesmo é protegido pelas leis de segredo comercial e de

propriedade industrial. Na internet, a possibilidade de captar extraordinário número de dados (os *big data*) elevou essa lógica de funcionamento dos monopólios a um novo patamar.

Quanto mais os internautas utilizam os sistemas de busca, assistem a vídeos, interagem com a família e amigos, jogam, fazem compras e escutam música em linha (*on line*) essas empresas transformam as escolhas que estão presentes em cada uma dessas ações em informações sobre os gostos e hábitos dos consumidores. Uma pessoa que se comunica com os amigos e a família pelas plataformas digitais diz mais sobre si mesma que aquela que busca determinada informação e esta, por sua vez, oferece mais dados que a pessoa que se conforma em ser receptora de conteúdos (MATTELART; VITALIS, 2015).

Desde os anos 2000 vemos formar um novo tipo de monopólio na comunicação. O Facebook é um dos monopólios mais eficientes na captura de dados pessoais, pois o caráter gratuito e de convivência social de seus serviços induzem a que os usuários não percebam que seus gestos mais singulares e desprevenidos estão sendo monitorados e que suas vidas privadas oferecem grandes oportunidades de lucro. Ao controlar essas informações, que se avolumam e se tornam mais precisas a cada ação dos milhares de internautas em todo mundo, o Facebook se apropria de uma das armas mais importantes na competição econômica. Ao longo de uma década<sup>6</sup>, além do Facebook, Google, Apple e Amazon derrotaram os concorrentes na internet e se transformaram em monopólios.

---

6 O volume dos lucros e dos negócios extraídos dessa "metodologia publicitária" é tão extraordinário que em 2013 o valor da marca Apple ultrapassou a da Coca-Cola, segundo *ranking* anual publicado pela Interbrand, consultoria global de marcas. Desde então essas empresas vem se sobrepondo a outras marcas que no passado lideravam o *ranking*, como Toyota, Mercedes-Benz, Samsung, MacDonald's, Cisco e Disney.

Demais disso, a elaboração de perfis individualizados ultrapassou o *marketing* de massas. O monopólio da comunicação da radiodifusão e a imprensa escrita perderam boa parte dos anúncios publicitários e foram obrigados a dividir sua influência sobre o público, em especial entre os jovens. Contudo, a polarização política não resulta da tecnologia, mas da crise do regime político, impulsionada por uma crise econômica persistente e, ao que tudo indica, sem saída resolutiva pela via do capital. Nesse sentido, as preocupações em “furar a bolha” da “desinformação” fazem parte das tentativas que insistem em controlar a opinião pública sem tocar nas raízes econômicas da crise política<sup>7</sup>.

Se a causa da “desinformação” na internet é a lógica de funcionamento dos monopólios, estaria a UE disposta a enfrentá-los e destruí-los? Depois de conceituar “desinformação” e identificar suas causas, a estratégia europeia de “combate à desinformação” estabelece os objetivos e os princípios que devem orientar essa atividade. São eles: transparência, diversidade, credibilidade e soluções inclusivas. As medidas sugeridas com base nesses princípios, segundo a Comunicação (UE, 2018a, p. 7), complementam o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (UE, 2016), que entrou em vigor em 2018 na UE.

Esse documento considera, com razão, que a captação e a manipulação dos dados pessoais dos usuários pelas plataformas na internet constitui o núcleo do funcionamento dos monopólios e da indústria da “desinformação”. Contudo, além de lucrar com os ataques às liberdades individuais relacionadas ao direito à comunicação e à privacidade, os novos monopólios da comunicação colaboram

---

7 Analisaremos esse tema com mais detalhes no artigo *O “combate à desinformação” na desagregação do regime político atual: monopólio capitalista, educação e “jornalismo profissional”*.

com os países imperialistas<sup>8</sup> que se autoproclamam combatentes da “insegurança” e do “terrorismo” no mundo. Com essa parceria, a vigilância e o controle estatais se aperfeiçoaram em termos de armazenamento centralizado e de abrangência mundial. Os *big data* são valiosas ferramentas policiais para, a partir da produção de perfis de comportamentos “perigosos”, prevenir e gerir as reações populares (“riscos sociais”) que se levantam contra os ataques às condições de vida da maior parte da população (MATTELART; VITALIS, 2015).

Em 2013, Edward Joseph Snowden<sup>9</sup> revelou detalhes sobre o sistema de espionagem e vigilância global da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA. Essa denúncia levou para o debate público o suporte que os monopólios da comunicação na internet dão às táticas imperialistas estadunidenses contra as riquezas e a soberania de outros povos<sup>10</sup>. Em um momento em que a hegemonia internacional dos EUA está sendo cada vez mais contestada, esse controle policial ainda lhe dá certo fôlego. As evidências indicam que esse país não está disposto a renunciá-lo.

A regulação da proteção dos dados pessoais da UE é uma normativa que influencia os especialistas de outros países pois esclarece sobre o que se considera consentimento, exige que o tratamento dos dados tenha transparência e estabelece as condições em que esses dados podem ser partilhados com outras entidades

---

8 A articulação entre guerra, intercâmbio comercial e meios de comunicação foi muito bem descrita por Armand Mattelart (1999).

9 Desde 2013, Snowden está exilado na Rússia e é constantemente ameaçado de morte. Em 2015, o filme *Citizenfour*, que conta sua história, foi o ganhador do Oscar na categoria de melhor documentário.

10 Em 2013, a WikiLeaks denunciou que a NSA estava espionando autoridades de vários países, entre eles a presidente Dilma Rousseff e sua equipe. Foram mais de 20 linhas telefônicas monitoradas. O escândalo foi abafado e Dilma minimizou o episódio em benefício de “boas” relações diplomáticas com os EUA.

("tratamento posterior") (UE, 2016). A questão que surge é óbvia: quem vai fiscalizar o cumprimento desses deveres se os dados pessoais dos usuários são peças-chaves na concorrência entre os monopólios capitalistas da comunicação e na disputa geopolítica entre Estados e blocos de poder internacionais? Essa indagação – a quem será concedido o controle – atravessa o conjunto das medidas sugeridas para o "combate à desinformação". Vamos abordar as propostas de transparência e responsabilização das plataformas no item a seguir.

## **4 Transparência, confiabilidade e responsabilidade nas plataformas digitais**

Para essa sessão das "estratégias europeias" de "combate à desinformação", a UE (2018a) elenca quatro recomendações gerais. A primeira delas parte da verificação do "papel central" das plataformas digitais na distribuição das oportunidades de fala e visibilidade na internet e nas redes sociais. Por isso a UE exige delas maior transparência com relação às fontes de propaganda política, aos conteúdos patrocinados, à atividade dos robôs digitais, às técnicas de divulgação dos conteúdos (os algoritmos), às contas falsas entre outros. Por fim, esse tópico prevê a elaboração de um código de conduta ética com a participação das plataformas digitais e da indústria da publicidade<sup>11</sup>.

---

11 O Código de Conduta contra a Desinformação foi divulgado em outubro de 2018. Nele são detalhadas as responsabilidades das plataformas digitais e da indústria da publicidade para "combater a desinformação". Entre essas medidas está a produção de relatórios periódicos à Comissão Europeia sobre as ações que veem adotando. Muitos especialistas afirmam que as plataformas avançaram em termos de transparência, contudo haveria muito mais a ser feito. Nesse sentido, hoje se discute sobre a necessidade de juntar a autorregulação com a previsão de responsabilidade civil em leis específicas para o setor.

Em razão da extraordinária quantidade de dados e da velocidade de seus compartilhamentos, é impossível que o Poder Judiciário ou qualquer outra organização estatal substitua as plataformas digitais no exercício de polícia digital. E elas efetivamente têm interesse econômico – além de político – em praticar esse poder discricionário. Para vender as mercadorias dos anunciantes, é preciso ter um ambiente digital confiável e respeitável, afinal pornografia infantil, por exemplo, afasta um grande número de usuários. A propósito, o horror que a maior parte das pessoas sente com a publicização<sup>12</sup> da exploração sexual de crianças é utilizado como uma das principais justificativas para o uso do poder de polícia por parte dos monopólios. Ocorre que esse tipo de conteúdo é um dos que comportam baixo grau de subjetividade<sup>13</sup>, enquanto que a caracterização da ofensa, da injúria e da mentira depende dos valores que orientam a atividade do censor. Por isso são inúmeros os relatos de cerceamento de posições políticas com exclusão de conteúdos e até mesmo de perfis de usuários, entre eles partidos políticos e organizações populares, sem sequer haver explicações prévias (SILVEIRA, 2015).

O “Código de Conduta contra a Desinformação” da UE foi divulgado em outubro de 2018. Nele estão detalhadas as responsabilidades das plataformas digitais e da indústria da publicidade para “combater a desinformação”. Entre essas medidas está a produção de relatórios

---

12 Resta saber se, por parte dos monopólios da comunicação, há a mesma indignação na ineficácia do combate à própria exploração sexual de crianças. Ou se o horror se reserva à “mera” exposição pública dessa exploração que comprometem seus lucros.

13 O Facebook já censurou fotos da escultura Vênus de Willendorf, considerada obra-prima da era paleolítica; da tela “A Liberdade guiando o povo”, obra-prima do século XIX; o obelisco do Parque Ibiapuera, em São Paulo e até mesmo o Ministério da Cultura do Brasil que postou foto, feita em 1940 por Walter Garbe, de dois índios botocudos.

periódicos à Comissão Europeia sobre as ações que veem sendo adotadas pelas plataformas (UE, 2018b). Muitos especialistas afirmam que houve avanço em termos de transparência, contudo, haveria muito mais a ser feito. Nesse sentido, hoje se discute sobre a necessidade de associar a autorregulação a normas jurídicas que estabeleçam o "devido processo legal" para a censura na internet bem como a responsabilização civil das plataformas em leis específicas para o setor. A experiência com as décadas de funcionamento dos monopólios na radiodifusão, contudo, indicam a ineficácia até mesmo das determinações judiciais em combater as diversas formas de censura.

A segunda recomendação geral da "estratégia europeia" de "combate à desinformação" trata do "reforço à verificação de fatos" para promover a credibilidade dos conteúdos que circulam nas plataformas digitais. Para isso recomenda a criação de uma rede europeia independente de verificadores de fatos, da qual participem organizações civis e as universidades.

Com a quantidade de informação circulando na internet que são selecionadas e apresentadas pelas mais diversas fontes, tornou-se uma necessidade premente confirmar a veracidade dos fatos em que elas se baseiam. Sabemos, pelo contato diário com o monopólio da radiodifusão, os efeitos políticos que o engodo traz para o debate público. Além disso, em tempos de pandemia do coronavírus, em que a guerra de informações coloca em risco a vida das pessoas, as tentações em criar um "ministério da verdade", como afirma Renata Mielli (2018) são muito grandes. A atuação de organizações especializadas na verificação das informações pode dificultar a disseminação de notícias falsas, mas não resolve o problema. A necessidade de checar as agências de *fact-checking* permanece, bem como a dificuldade de romper com as barreiras do monopólio da comunicação para fazer com que as informações verificadas cheguem ao grande público.

No Brasil, os monopólios da radiodifusão e da imprensa escrita não realizam ampla campanha de denúncia das notícias falsas sobre a pandemia. Sequer a população é esclarecida com seriedade – sem sensacionalismos – sobre os ricos da exposição à doença. Além disso, esses órgãos de comunicação apoiam a flexibilização das normas de distanciamento social sem que a pandemia esteja controlada<sup>14</sup>. Aqui os grupos monopolistas da comunicação criaram suas próprias agências de checagem ou terceirizaram essa atividade para outras organizações. Em geral, essas agências se baseiam no modelo de financiamento de empresas como a inglesa Reuters, a Agence France-Presse (AFP), a EFE, cujo principal acionista é o Estado Espanhol e a estadunidense Bloomberg, um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro. A agência Lupa, por exemplo, primeira a ser criada no país, é financiada pela venda de checagens para Folha de São Paulo, rádio CBN, GloboNews, Veja, Google, Facebook entre outros. Isso já seria o bastante para lançar dúvidas sobre a confiabilidade dessa empresa<sup>15</sup>. Se formos checar a história do envolvimento daquelas agências internacionais de notícias com as invasões e as guerras imperialistas (MATTELART, 1989 e 1999), seremos convencidos da necessidade que as organizações populares, as instituições da classe trabalhadora e seus aliados têm de desenvolver seus mecanismos autofinanciados para a checagem das notícias falsas.

---

14 No dia 29 de julho de 2020, o Ministério da Saúde registrou 88.539 mortes. Mesmo assim a maior parte das cidades e estados brasileiros decidiram abrir estabelecimentos comerciais, como shoppings, bares, restaurantes, academias entre outros. Ainda restam fechadas apenas as escolas e as universidades.

15 Em junho de 2018, um assessor do Vaticano, Juan Grabois, tentou visitar Lula na prisão para lhe entregar um rosário enviado e abençoado pelo Papa Francisco. A Lupa classificou a notícia de “fake news”. Em seguida, constatou-se que a informação era verdadeira, mas, mesmo assim, a agência não se retratou completamente.

A terceira sugestão da Comunicação trata da responsabilização da fonte da desinformação por meio de sua rastreabilidade "com base nas mais elevadas normas de segurança e privacidade, incluindo a possível utilização de pseudônimos verificados" (UE, 2018a, p. 11). Para isso ela recomenda o aprimoramento do registro de identificação eletrônica pelo endereço do protocolo internet (IP), que permite a atribuição de um único usuário por endereço, e do sistema de nomes de domínio na internet. Nesse tema, além dos dados dos internautas, a ameaça é dirigida aos jornalistas investigativos e independentes. Nesse momento, segundo a UNESCO (2019), a morte desses profissionais aumentou em todo mundo, mesmo nos países fora das zonas de conflitos armados. O Brasil tem figurado entre os dez primeiros lugares do *ranking* dos países mais perigosos para os jornalistas.

O Conselho Nacional do Ministério Público e a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (2018) apuraram que desde 1995 foram assassinados no Brasil 64 jornalistas no exercício da profissão. A impunidade no país para esse tipo de delito também é um grande problema. Os resultados das pesquisas da organização não governamental ARTICLE 19 (2016) mostram que entre os comunicadores vítimas de homicídio estão jornalistas, radialistas, blogueiros e proprietários de jornais de circulação restrita. Eles morreram por denunciar publicamente os suspeitos de serem autores de crimes que detém poder político, econômico ou militar na sua região.

Os assassinatos de jornalistas é a forma ostensiva de censura no Brasil, mas há inúmeras outras que se camuflam sob a fachada da legalidade. O sigilo da fonte, por exemplo, é uma garantia constitucional em permanente ameaça. Basta lembrar que em 2017, no âmbito das investigações da operação "Lava Jato", o então juiz Sérgio Moro determinou a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Magalhães para apreender seu laptop e descobrir suas fontes. Em realidade, o

Poder Judiciário se transformou em uma das armas de intimidação usadas contra jornalistas. Boa parte dos mais conhecidos blogueiros independentes do país já foi julgada por calúnia, injúria ou difamação e obrigados a pagar vultosas indenizações em processos judiciais movidos por Ali Kamel, diretor de jornalismo das Organizações Globo (NONATO, 2015). Os juízes também são conhecidos por terem baixa tolerância a críticas. Os inúmeros processos em que o ministro do STF, Gilmar Mendes, teve êxito contra jornalistas ilustra a dificuldade que nosso sistema de justiça tem em conviver com a liberdade de expressão.

A quarta proposta da “estratégia europeia” para o “combate à desinformação” consiste no “aproveitamento das novas tecnologias” (UE, 2018a). Elas poderiam ajudar a verificar os conteúdos falsos por meio de experiências mais personalizáveis e interativas entre os usuários; pela cifragem progressiva (*blockchain*) de mensagens que permitiriam maior transparência e rastreabilidade e pela elaboração de algoritmos que possam processar informações de forma contextualizada, com exatidão e qualidade das fontes (UE, 2018a, p. 12).

Como a UE pretende fazer com que as “causas” da “desinformação” – apontadas por ela mesma – se transformem em seu contrário com os monopólios capitalistas da comunicação é um verdadeiro mistério. Todo desenvolvimento tecnológico é dirigido para que a internet seja um espaço lucrativo. Pela dinâmica do mercado competitivo, isso possibilita o aparecimento de monopólios e seu reforço mediante a aquisição de empresas que encontram novos nichos de mercado seja pela inovação tecnológica seja por novos usos das tecnologias existentes. Abaixo duas tabelas com informações sobre algumas das maiores aquisições de empresas com inovações tecnológicas feitas pelo Google e pelo Facebook:

GOOGLE <sup>16</sup>		
Ano	Nome	Atividade
2007	DoubleClick	Cria, vende e administra anúncios digitais
2007	Postini	Segurança para todo tipo de comunicação via web
2009	Youtube	Streaming de vídeo
2010	Android	Sistema operacional para smartphones
2010	Jambool	Plataforma de transações monetárias virtuais
2011	Nest	Desenvolve e produz aparelhos para "casas inteligentes" que são controladas por smartphones
2014	Skybox Imaging	Produção de imagens de satélite em altíssima qualidade

FACEBOOK		
Ano	Nome	Atividade
2012	Face.com	Tecnologia de reconhecimento facial
2013	Instagram	Rede social de fotos
2014	WhatsApp	Aplicativo de mensagens
2014	Oculus	Equipamento de realidade virtual para jogos eletrônicos
2014	LiveRail	Tecnologia para publicidade e monetização

Ambas as tabelas são de autoria da autora.

Promete-se que o desenvolvimento das tecnologias de Inteligência Artificial (IA) seja capaz de criar sistemas que, sob supervisão humana, lidem melhor com a seletividade das informações realizadas pelos algoritmos. Teríamos perdido a capacidade de escolher como

16 Desde 2015, a Google faz parte do grupo de empresas Alphabet. Essa mudança societária tinha por objetivo a separar os serviços de internet dos outros negócios de propriedade do Google, como o projeto que desenvolve os drones de entrega e os carros autônomos. Em janeiro de 2020, a revista Forbes anunciou que esse grupo empresarial está prestes a valer um trilhão de dólares.

queremos viver e como será nosso futuro? Há muito as máquinas substituem os postos de trabalho de milhares de pessoas, resta saber se poderão um dia substituir os homens.

## 5 Conclusão

A tecnologia não é a causa da produção e distribuição de informações falsas em escala industrial. Tampouco é o remédio para esse problema. A solução, ao contrário, é política e seu caminho passa pelo enfrentamento e eliminação dos monopólios da comunicação. Por isso, nessa proposta da "estratégia europeia" transparece de forma ainda mais evidente que o "combate à desinformação" é, na verdade, uma aposta no controle do debate público exercido pelos monopólios capitalistas como uma das vias de resolução da crise de hegemonia do regime político.

## Referências

ARTICLE 19. **O ciclo do silêncio**: impunidade em homicídios de comunicadores no Brasil. 2016. Disponível em: <<https://artigo19.org/centro/wp-content/uploads/2018/02/O-Ciclo-do-Silencio-%E2%80%93-a-impunidade-em-homicidios-de-comunicadores-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 30/07/2020.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório Violência contra comunicadores no Brasil**: um retrato da apuração nos últimos 20 anos. 2018. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/Violencia-contra-comunicadores-no-Brasil-VERSAO-FINAL-.pdf>> Acesso em: 30/07/2020.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (FEM). **Perspectivas da Agenda Global 2014**. 2014. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/outlook-14/>> Acesso em: 30/07/2020.

HAYE, Yves. **Dissonances**. Critique de la communication. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1984.

LUKÁCS, Györg. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**. Georg Lukács Werke, vol. 14, Luchterhand Verlag, Frankfurt, 1986.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTELART, Armand. **La internacional publicitaria**. Madri: FUNDESCO, 1989.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo**. História das ideias e das estratégias. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MATTELART, Armand; VITALLIS, André. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

MIELLI, Renata. **Fake News: a apologia da verdade como instrumento de censura**. Mídia Ninja, 2018. Disponível em: <<https://midianinja.org/renatamielli/fake-news-a-apologia-da-verdade-como-instrumento-de-censura/>> Acesso em: 30/07/2020.

NONATO, Cláudia. Jornalistas e a busca por independência e liberdade de expressão nos blogs. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0528-1.pdf>> Acesso em: 30/07/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Punir o crime, não a verdade: destaques do relatório de 2018 da diretora-geral da UNESCO sobre**

segurança dos jornalistas e o perigo da impunidade. 2019. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266151\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266151_por)> Acesso em: 30/07/2020.

ROLIM, Renata. **Direito à comunicação:** possibilidades, limites e contradições para a lógica dos movimentos sociais. Recife: 8 de Março, 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos. vol. 22 supl. Rio de Janeiro dez. 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702015001001637&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702015001001637&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 30/07/2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 27 de abril de 2016. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32016R0679>> Acesso em: 30/07/2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho Combater a desinformação em linha:** uma estratégia europeia, 2018a. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236>> Acesso em: 30/07/2020.

UNIÃO EUROPEIA (UE). **Código de Conduta contra a Desinformação**, 2018b. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/code-practice-disinformation>> Acesso em: 30/07/2020.



## CAPÍTULO 6

# O “COMBATE À DESINFORMAÇÃO” NA DESAGREGAÇÃO DO REGIME POLÍTICO ATUAL: monopólio capitalista, educação e “jornalismo profissional”

*Renata Ribeiro Rolim*

### 1 Introdução

Os órgãos do monopólio de comunicação no Brasil são as vozes das frações mais fortes da burguesia interna e talvez por isso sejam o setor mais diretamente comprometido com o imperialismo, em especial estadunidense. Desde 2013, essas forças políticas se alinharam para promover o retorno de uma política neoliberal mais agressiva no país como resposta ao avanço da crise econômica mundial. Para isso seria necessário por fim ao tímido projeto nacional desenvolvimentista que o Partido dos Trabalhadores (PT) vinha implementando há mais de uma década. No ano de 2016 essa ofensiva logrou retirar Dilma Roussef da presidência da República enquanto, por meio da operação “Lava Jato”, preparava a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, maior liderança popular do país.

A população foi ilegalmente impedida de votar em Lula nas eleições presidenciais de 2018. No entanto, logo ao término do processo eleitoral que definiu Jair Bolsonaro para a Presidência da República, mediante o apoio do monopólio das comunicações e dos principais partidos conservadores do país, setores progressistas atribuíram essa

vitória à “desinformação” que circulava nas redes sociais. Em setembro de 2019 foi instalada uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) para apurar, entre outras questões, a atuação de perfis falsos e ataques cibernéticos para influenciar as eleições de 2018, bem como a prática de *cyberbullying* contra autoridades. Demais disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou um inquérito judicial – em uma manobra claramente ilegal – para investigar as ameaças que seus ministros vinham sofrendo do “gabinete do ódio”<sup>1</sup> bolsonarista. Até hoje muitas pessoas foram presas e perfis de redes sociais extintos por crimes relativos à palavra pública. Esse foi talvez um dos momentos de maior tensão do embate entre a extrema direita e as forças conservadoras do país que apoiaram Bolsonaro na eleição e que hoje tentam dirigi-lo. O presidente da República, contudo, continua a usar a “desinformação” como uma das táticas de governo e de mobilização de sua base política.

Levantou-se assim novamente uma antiga questão que acompanha a história do complexo da comunicação social: em que extensão, intensidade e circunstâncias os meios de comunicação influenciam com sucesso as decisões do público? Longe de pretendemos responder a essa pergunta, neste texto temos por objetivo discutir a concepção política que sustenta a ideia de “combate à desinformação” nos processos eleitorais e no que se convencionou chamar de “ameaças híbridas”.

Mas antes devemos abordar o complexo da comunicação social no atual contexto de crise de hegemonia do regime político. Sem essa discussão prévia, não seríamos capazes de compreender o fenômeno da “desinformação” e tampouco decidir que tipo de ação adotar frente a ele.

---

1 “Gabinete do ódio” é um grupo formado pelos filhos de Bolsonaro e pessoas ligadas a ele, cujo objetivo seria produzir e distribuir “desinformação” em escala industrial.

## 2 Crise de hegemonia do regime político

Pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, a economia capitalista vem se sustentando em um regime político que tem como um dos eixos o monopólio da radiodifusão e os grandes jornais impressos. Por meio da concessão pública de rádio e TV, o Estado tanto fomentou o poder econômico de grandes empresas monopolistas da comunicação como nele se apoiou. Qualquer grupo ou organização que quisesse disputar um projeto político deveria, portanto, compactuar com esses monopólios, cujo acesso ao grande público lhes permite formar amplas maiorias eleitorais em um contexto de relativa estabilidade econômica.

A partir da década de 1990 a Internet começou a se popularizar e permitiu que indivíduos e novas forças políticas também pudessem se dirigir a audiências muito mais numerosas. Como é característico de uma socialidade capitalista, em pouco tempo essa arena foi apropriada por novos monopólios e submetida à vigilância estatal. Contudo, em comparação com a radiodifusão e a imprensa escrita, a internet ainda é o espaço de comunicação mais democrático que temos pois não exige grande investimento de capital nem autorização estatal para dela participar. Contra esses monopólios, ao contrário, só há o direito de resposta individual que, por ser pontual e depender de reconhecimento judicial<sup>2</sup>, não possibilita que uma verdadeira divergência de opiniões e projetos políticos chegue ao grande público.

---

2 Em 15 de março de 1994, o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, obteve na justiça o direito de resposta contra a Rede Globo. O âncora do Jornal Nacional foi obrigado a ler uma carta de Brizola que se defendia de vários anos de calúnias e difamações promovidas pela maior empresa de comunicação do país. Esse fato se tornou emblemático pois desde então ninguém mais obteve direito igual e essa empresa continua a perseguir os que resistem a seus interesses.

Nas últimas décadas, o avanço da crise capitalista teve como consequência a desagregação das forças que formavam o consenso político que vinha se equilibrando desde o pós-guerra. O centro político do regime e as organizações da esquerda que se comprometeram com a administração dessa crise pela via da retirada de direitos econômicos e sociais não puderam evitar a reprovação e a reação populares. Em muitos países e sob as mais variadas lutas e circunstâncias concretas, a extrema direita soube agrupar e dirigir parte dessa insatisfação e, mediante financiamento de grandes capitalistas, pouco a pouco foi ampliando sua presença política nos meios de comunicação, nas escolas, nas universidades, nos institutos de pesquisa, nas igrejas, no parlamento, na política, no judiciário, no executivo entre outros.

Como é típico da extrema direita ter por base os segmentos sociais mais atrasados, ressentidos e desorientados do ponto de vista político, suas ações e discursos não se encaixam nos protocolos da política "civilizada". Mas essas forças precisam encobrir seu projeto político reacionário sob promessas de melhoria da vida da população. Por isso, o método característico da extrema direita – Hitler e Mussolini talvez sejam os exemplos mais ilustrativos – são o embuste, o populismo, a mentira risível e o apelo aos sentimentos mais difíceis de serem elaborados racionalmente, como o medo e a raiva. O pertencimento e a identificação dos indivíduos a essas forças são construídos a partir desses elementos e, por isso, elegem como inimigo grupos sociais mais vulneráveis que, em geral, já são alvo de preconceitos arraigados.

Em 2014, o Fórum Econômico Mundial já havia publicado o relatório "Perspectivas da Agenda Global 2014", realizado pela "principal rede de inteligência global" que se organiza na Rede de Conselhos da Agenda Global. Esse relatório elencou os dez problemas mais importantes – as "tendências" – a serem enfrentados pelas

forças políticas. Entre essas “tendências” os peritos identificaram a decomposição do regime político-democrático, chamado de “falta de valores na liderança”: “Há uma crise de legitimidade nas instituições do capitalismo industrial. Em todos os lugares, velhos modelos institucionais estão paralisados ou falham e a liderança para a transformação não está avançando” (FEM, 2014).

Em realidade, era desnecessário ser especialista para constatar a crescente onda de insatisfação popular em todo o mundo, cujo ápice parece ter ocorrido em 2013, quando houve protestos em mais de 30 países, entre eles Turquia e Brasil<sup>3</sup>. Os pesquisadores também reconheceram que a diminuição da confiança nas políticas econômicas, o aumento da desigualdade de renda e o desemprego estrutural persistente precisavam de acompanhamento cuidadoso. Essas “tendências” estão diretamente ligadas à crise econômica que implodiu em 2008. Contudo, no relatório foi introduzido um problema novo: a propagação da desinformação pelas redes sociais (FEM, 2014).

A mobilização popular implodiu os canais e instituições da democracia representativa – imprensa, radiodifusão, parlamento entre outros – por onde o consenso político era elaborado. Em muitos países esse descontentamento, como dissemos acima, foi capturado pela extrema direita. Abriu-se portanto um período de intensa luta entre os setores mais poderosos da burguesia internacional.

Em 2016 a extrema direita alcançou duas posições políticas importantes: a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) mediante referendo popular e a surpreendente eleição do candidato à Presidência dos Estados Unidos (EUA), pelo Partido Republicano, Donald Trump.

---

3 Protestos contra o aumento da passagem dos transportes na cidade de São Paulo, então governada pelo PT, levou milhares de pessoas às ruas. Grupos de esquerda, de viés anarquista, iniciaram as manifestações, que depois foram tomadas por forças da extrema direita com o apoio dos monopólios da comunicação. Até hoje especula-se sobre a atuação do imperialismo nesse episódio.

No campo da comunicação pública, a extrema direita centrou suas atenções na internet. As campanhas publicitárias no Brexit e nas eleições presidenciais dos EUA – usadas posteriormente nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 – foram elaboradas a partir do acesso e do tratamento ilegais de dados de usuários armazenados nas redes sociais, em especial no Facebook. Com esses dados, foi possível produzir e distribuir em escala industrial mensagens que favoreceram a escolha da agenda política conservadora. O temor das forças políticas tradicionais de perder o controle da produção do consenso fez com que o “combate à desinformação” alçasse a um dos principais temas do debate público mundial.

### **3 “Desinformação” nos processos eleitorais e nas ameaças híbridas contra a União Europeia (UE)**

Com as eleições para o Parlamento Europeu em 2019 à vista, a *Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia* (2018a) reservou atenção especial ao “combate à desinformação” nesse período. A UE baseou seus temores no relatório de 2017 da Freedom House<sup>4</sup>, que contabilizou um declínio geral da liberdade na Internet no mundo pelo sétimo ano consecutivo e apontou a existência de táticas de “desinformação” em eleições de pelo menos 18 países (UE, 2018a, p. 13). De acordo com esse relatório,

Após oito anos como presidente, Barack Obama deixou o cargo com a presença global dos EUA reduzida e seu

---

4 Segundo está publicado em seu sítio na Internet, a Freedom House é “a organização americana mais antiga dedicada ao apoio e defesa da democracia em todo o mundo. Foi formalmente estabelecida em Nova York em 1941 para promover o envolvimento americano na Segunda Guerra Mundial e a luta contra o fascismo”.

papel de farol da liberdade mundial menos certo. As posições de Trump durante 2016 levantaram temores de uma política externa divorciada dos compromissos estratégicos tradicionais da América com democracia, direitos humanos e a ordem internacional baseada em regras que ajudou a construir a partir de 1945 (FREEDOM HOUSE, 2017, p. 5-6).

Da mesma forma, a estabilidade do regime político-democrático na União Europeia vem sendo testada pelo menos desde a vitória da extrema direita na Polônia em 2014. O papel das forças de centro e centro-esquerda do espectro político na condução da crise econômica, do aumento do desemprego e da migração levaram parte dos eleitores europeus – e mesmo funcionários dos governos – ao descrédito nas instituições democráticas. Nas eleições no Reino Unido, na França e na Alemanha, as forças de extrema direita ascendem mediante discurso político que foca na xenofobia, na intolerância religiosa e no ataque às minorias. Como a Internet e as redes sociais são o principal canal de comunicação utilizado, essas forças também se autodenominam democráticas por se sustentarem em um suposto mecanismo de participação política direta.

Além disso, a Rússia vem adotando uma política econômica nacional desenvolvimentista como estratégia para deixar de ser refém de bancos internacionais e do fluxo do capital especulativo. Para elevar sua produção industrial, fortalecer o rublo, investir em saúde e educação, o país teve que, inevitavelmente, se chocar com os Estados-Membros da UE, em especial na disputa por matérias-primas, como o gás natural. Desde 2014, a UE adota medidas econômicas retaliativas contra a Rússia e começou a acusá-la de tentar interferir em seus processos eleitorais mediante campanhas de “desinformação” e financiamento de forças da extrema direita. Em 2015, por recomendação

do Conselho Europeu, foi criada a força tarefa *East StratCom*, que tem como objetivo dar respostas às campanhas de “desinformação” realizadas pela Rússia.

A UE incluiu as campanhas de “desinformação” nas táticas das chamadas “ameaças híbridas”. Segundo a Comunicação “Quadro comum em matéria de luta contra as ameaças híbridas: uma resposta da União Europeia” (UE, 2016), essas ameaças podem ser realizadas por países ou grupos que, para atingir seus objetivos específicos, se valem de atividades muito variadas, como ações diplomáticas, militares, econômicas e tecnológicas. No entanto, ao mesmo tempo são ataques que se mantêm abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada e por isso são difíceis de serem detectados. É comum às “ameaças híbridas” explorar as vulnerabilidades do seu alvo e criar um clima confuso e ambíguo para dificultar o processo de tomada de decisões coletivas. Além disso, de acordo com a Comunicação, as “ameaças híbridas têm por um dos vetores” grandes campanhas de desinformação, recorrendo aos meios de comunicação social, para controlar o discurso político ou para radicalizar, recrutar e dirigir intervenientes por interposição” (UE, 2016, p. 2).

Por isso a estratégia europeia de “combate à desinformação” durante os processos eleitorais aposta em uma “comunicação estratégica” defensiva e ofensiva contra as “ameaças híbridas” e nas medidas recomendadas pela Comunicação “Garantir Eleições Europeias Livres e Justas” (UE, 2018c). Esse documento sugere que as atividades em linha devem se subordinar às regras aplicáveis às comunicações políticas durante os períodos eleitorais, em especial a transparência e os limites das despesas eleitorais, o respeito pelos períodos de silêncio e a igualdade de tratamento dos candidatos (UE, 2018c, p. 2). Assim, a cooperação dos monopólios digitais no sentido de ampliar a transparência e a credibilidade das informações que nelas circulam é

um ponto central para a proteção dos processos eleitorais da UE e de seus Estados-Membros. Apesar de alguns avanços, essas plataformas têm ainda muito a fazer. No entanto, se levarmos em consideração o relatório final da “Auditoria de direitos civis do Facebook” realizada nos EUA, temos razões suficientes para suspeitar que as plataformas digitais continuarão sendo uma arena de combates políticos controlada pelos interesses dos monopólios capitalistas da comunicação.

Esse relatório é produto de dois anos de intenso trabalho realizado junto a mais de 100 organizações de direitos humanos, centenas de advogados e vários membros do Congresso dos EUA. A auditoria contou também com a cooperação do Facebook, que facilitou o acesso aos dados capazes de identificar as violações a direitos civis. Os tópicos nos quais os auditores se concentraram foram: supressão de eleitores; informações sobre eleitores; responsabilidade civil; moderação de conteúdo; segmentação e práticas de publicidade; diversidade e inclusão; justiça nos algoritmos e as implicações dos direitos civis sobre as práticas de privacidade; a COVID-19 e o censo populacional de 2020.

O relatório apontou alguns avanços feitos pelo Facebook com relação à transparência, à moderação de conteúdo e à publicidade. Contudo, em maio de 2020, Trump começou a repetir as práticas de supressão de eleitores – informações falsas sobre métodos de votação, “discurso do ódio” etc. – utilizadas em 2016 naquela plataforma (FACEBOOK’S CIVIL RIGHTS AUDIT, 2020, p. 9). Nos EUA o voto é facultativo, por isso nos processos eleitorais é comum o uso das mais variadas ações que desencorajam, ou mesmo impedem fisicamente, as minorias de votarem. Como os estados têm competência para legislar sobre matéria eleitoral, essas práticas foram consolidadas em leis que impunham requisitos restritivos para dificultar o voto das minorias, como a exigência de teste de alfabetização, identificação minuciosa do

eleitor e formas de registro discriminatórias. A partir de 1965, com a Lei dos Direitos de Votos, os governos estaduais e locais foram proibidos de impor qualquer lei de voto que resulte em discriminação contra minorias raciais ou linguísticas. No processo eleitoral de 2016, porém, vários estados voltaram a adotar leis restritivas, o que demandou intensa atividade jurisdicional para suprimi-las.

Em resposta aos protestos das organizações de direito contra as postagens de Trump, o Facebook afirmou que continuaria com sua política de isentar políticos do seu programa de verificação de fatos e de moderação de conteúdo. Os auditores criticaram a aplicação seletiva das regras relativas à "desinformação" por criar hierarquias entre os usuários da plataforma (FACEBOOK'S CIVIL RIGHTS AUDIT, 2020, p. 10). Porém, continuam a apostar na capacidade desse monopólio capitalista de limitar a liberdade de expressão em benefício dos valores democráticos<sup>5</sup>.

No Brasil, o tema das "ameaças híbridas" não poderia estar presente nas discussões da "lei das fake news" no Congresso Nacional e nos órgãos do monopólio da comunicação. Esses atores políticos participaram e ajudaram a organizar o golpe de 2016, a operação "Lava Jato" e a eleição presidencial de 2018. Em todos esses eventos, contudo, a ingerência dos EUA é amplamente denunciada – e com provas consistentes – pela imprensa progressista e independente<sup>6</sup>. Os órgãos do monopólio da comunicação se interessam por recuperar o controle do fluxo de informações nas redes sociais e na Internet, especialmente no período eleitoral. Nesse momento as oportunidades

---

5 Essas organizações convenceram grandes empresas anunciantes – como Coca Cola, Unilever, Honda – a deixar de anunciar no Facebook para obrigá-lo a agir contra discurso de ódio.

6 Há denúncias consistentes de que houve colaboração ilegal do Departamento de Justiça dos EUA com a Lava Jato.

da fala pública são estritamente reguladas pelo Estado, por meio da polícia e da Justiça Eleitoral<sup>7</sup>, e por isso é mais urgente restringir as vias de comunicação mais livres, como a internet.

#### **4 Educação e jornalismo profissional contra a “desinformação” e a polarização política**

A “estratégia europeia” considera que a propagação da “desinformação” é um sintoma de um conjunto mais vasto de fenômenos sociais, como a insegurança econômica, o aumento do “extremismo” e as mudanças culturais. Esse ambiente social seria um terreno fértil para o fomento de tensões sociais, polarização política e desconfiança nas instituições democráticas. Mas o impacto da disseminação industrial de “desinformação” seria diferente entre as sociedades, pois dependeria dos níveis de educação, de cultura democrática, do papel do poder econômico nos processos políticos e das desigualdades sociais e econômicas (UE, 2018a, p. 4/5).

Nesses termos, a UE recomenda a seus Estados-Membros a investirem recursos e a integrarem em suas políticas educacionais componentes curriculares que promovam as competências digitais, o pensamento crítico no ambiente digital, a inclusão social e os valores comuns. Esses esforços tornariam os cidadãos, em especial os jovens, mais aptos a identificar as táticas de “desinformação” (UE, 2018a, p. 13-15). Ao constatar a desigualdade entre os Estados-Membros em relação à infraestrutura, equipamentos e competências digitais, o “Plano de Ação para a Educação Digital (2018/2020)” (UE, 2018d) detalha os setores prioritários em que o poder público deve agir:

---

7 A cada eleições novas leis são criadas para restringir o direito de votar. São normas que limitam a criação de partidos, que dificultam a campanha eleitoral, em especial para os candidatos com menos recursos, entre outras.

1) melhorar a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem; 2) desenvolver competências e aptidões digitais e 3) melhorar o ensino por meio de uma maior capacidade de análise de dados e de previsão.

A UE também reserva um importante papel no “combate à desinformação” aos órgãos da comunicação social – jornais impressos, rádio e TV – e ao “jornalismo de qualidade”. Ao garantirem um ambiente midiático pluralista e diversificado, eles ajudariam a revelar a “desinformação” e a diluir seu impacto social. Por isso a “estratégia europeia” recomenda o reequilíbrio da relação entre meios de comunicação social e plataformas digitais mediante auxílio financeiro estatal àqueles órgãos e à formação de jornalistas, bem como o reforço legal aos direitos de autor, pois esses direitos permitiriam remunerar melhor os conteúdos produzidos pelas empresas de comunicação social e pelos jornalistas (UE, 2018a, p. 15-17).

Duas perguntas se impõem nesse debate: 1) com que finalidade se atribui à educação, ao “jornalismo de qualidade” e aos monopólios tradicionais da comunicação, a tarefa de atuar no “combate à desinformação” e 2) quais as possibilidades dessa medida ser eficaz na superação da atual crise do regime político burguês?

A educação tem como função principal influenciar os homens com a finalidade de fazer com que reajam de modo socialmente desejado a um contexto social em contínua mudança. É uma consequência necessária do processo de trabalho humano a descoberta e a realização de novos objetos, de novas necessidades, de novos caminhos para satisfazê-las. Por isso, tanto a educação em sentido amplo – conhecimentos, habilidades, comportamentos, sensibilidades etc. – como em sentido estrito – conteúdos, métodos, duração etc. – se dirigem a manter a continuidade na transformação da reprodução social (LUKÁCS, p. 1986). Em uma socialidade como a capitalista, em

que as mudanças se dão de forma cada vez mais rápida, a educação é um complexo social tão importante quanto contraditório. É preciso que os indivíduos desenvolvam suas capacidades, adquirindo mais conhecimentos, habilidades etc., ao tempo em que devem manter os compromissos ideológicos com a reprodução das classes sociais. Além disso, esses traços essenciais do complexo da educação se concretizam nas especificidades da organização e das relações de cada sociedade.

Entre os países mais industrializados do continente europeu, a educação tornou-se gratuita e obrigatória no início do século XIX, pois era necessário formar um contingente de trabalhadores que pudesse lidar com meios de produção e uma organização do trabalho mais complexos. No Brasil, o trabalho de escravizados e sua estrutura econômica agrária retardaram a obrigatoriedade do ensino. Em razão das pressões imperialistas que impedem que o país desenvolva sua potencialidade industrial, até hoje a educação se mantém em níveis muito baixos para a maior parte da população e, por isso, também não é o principal setor de formação do consenso social. Diante de um mercado de trabalho restrito, entre nós é muito mais por meio da violência policial que o Estado organiza a continuidade da reprodução de nossa estrutura social.

A "desinformação" e a polarização política são expressões da atual crise que atinge todos os complexos sociais da socialidade capitalista. Quando a "estratégia europeia" propõe a readequação da educação – em termos tecnológicos e ideológicos – não enfrenta a raiz do problema que é o estreitamento das vias de solução das crises dentro do capitalismo. Demais disso, a chamada "polarização política" em si mesma não é um fenômeno negativo. Ao contrário, para as organizações populares e de trabalhadores é justamente a ruptura dos compromissos de classe que abre as oportunidades para um movimento coletivo capaz de superar esse decadente modo de

produção. Dado o grande deficit educacional e tecnológico brasileiro, a ampliação da educação é de absoluta necessidade. No entanto, para que essa proposta não seja mero subterfúgio, é preciso levá-la adiante atrelada ao rompimento com o imperialismo que impede o desenvolvimento de nossas forças produtivas.

O jornalismo, por sua vez, é a escola dos adultos. Quando os estudos formais são concluídos – e sua duração é produto do desenvolvimento industrial e principalmente da luta de classe – a maior parte da população se informa e se educa pelos monopólios capitalistas da comunicação. Nesses termos, podemos repetir as mesmas considerações mais gerais que fizemos acima sobre o complexo da educação. Mas aqui temos algumas especificidades.

A "estratégia europeia" prefere o termo "desinformação" à "fake news", pois nas redes sociais não circularia notícias – estas só poderiam ser produzidas pelo jornalismo profissional, de preferência o que é praticado nos monopólios da radiodifusão e da grande imprensa – mas "narrativas" falsas. A justificativa para essa distinção se vale da constatação de que boa parte do que é enquadrado como "fake news" apresenta algum fato mas inverte de maneira caricatural, como é típico da extrema direita<sup>8</sup>, as técnicas do jornalismo para dar aparência de veracidade ao discurso. Contudo, é evidente que circunscrever a circulação de mentiras factuais às redes sociais é ignorar toda a história e a prática atual do monopólio capitalista da radiodifusão e da imprensa escrita.

O discurso dito imparcial, supostamente apolítico, utilizado pelos monopólios precisa ser constantemente aperfeiçoado à medida

---

8 Setores da esquerda parecem querer combater a extrema direita usando as mesmas armas. Mas isso se volta contra esses setores porque a mobilização e organização das forças progressistas só podem avançar com base no esclarecimento e no convencimento capaz de resistir às táticas de manipulação dos monopólios da comunicação.

que o público vai adquirindo experiência com as diversas formas de manipulação<sup>9</sup> e que a diversidade das fontes de informação tornam os engodos mais fáceis de serem descobertos. Em nome da credibilidade desses monopólios – portanto dos seus lucros e de sua influência política – as técnicas de produção de notícias tornaram-se mais sofisticadas, mas nunca poderão superar os interesses econômicos e políticos concretos de seus proprietários.

Dessa maneira, estabelecer o jornalismo profissional como critério do que pode ser dito significa uma ameaça em potencial à comunicação das organizações populares e de trabalhadores. Essa comunicação se caracteriza por defender abertamente interesses específicos e por isso, em uma sociedade de classes, precisa adotar uma linha editorial polêmica e combativa. É assim que esse tipo de imprensa atinge seus objetivos: a informação, a educação, a mobilização e a ampliação de sua base política.

## 5 Conclusão

Na socialidade capitalista, por meio da comunicação social, se materializam a contínua transformação nas relações sociais pelas quais se definem os mercados, as classes sociais, as nações, os impérios. É um complexo social que atravessa a produção e a distribuição de mercadorias, a circulação financeira, a divisão cidade/campo, a segurança pública, a guerra, a produção das subjetividades. Além disso suas diferentes formas de organização e funções sociais são concretizadas e modificadas ao impulso fundamental das necessidades e das possibilidades postas pelo desenvolvimento econômico em seu

---

9 A manipulação feita pelos monopólios da comunicação foi registrada artisticamente no filme de Orson Welles, "Cidadão Kane", de 1941. Mas essa história começa muito antes, com o próprio uso da imprensa.

conjunto. É impossível, portanto, reduzi-la a um de seus aspectos sem deturpar sua dinâmica e complexidade.

Ao isolar a função do complexo da comunicação social à sua contribuição para o debate público e o avanço da consciência crítica dos indivíduos, atribui-se a esse momento da reprodução social um caráter absoluto, reificado e fetichizado. Em outros termos, a comunicação social transforma-se numa abstração destituída de relações com o mundo humano, que transcende aos seus limites, mas que ao mesmo tempo é capaz de modificá-lo. Com isso o poder do homem de fazer sua própria história é cancelado. É essa concepção que está na base do que em geral se chama "combate à desinformação".

Como vimos, a "estratégia europeia" de "combate à desinformação" – que tanta influência exerce no debate público atual sobre o tema – trata os monopólios dos meios de comunicação como fenômeno "natural" desse complexo e em seguida lhe atribui o poder de distribuir e censurar a fala pública. Dessa forma, a responsabilização civil, o "jornalismo de qualidade" e a educação dos cidadãos estão a serviço dessa cruzada moral pela "verdade" em que a manutenção dos monopólios da comunicação é inquestionável.

A legalização da censura que esses monopólios fazem ao selecionar o que pode ou não ser dito implica o cerceamento à liberdade de expressão, pois monopólio significa exatamente ter o privilégio do controle exclusivo. A censura, mesmo aquela que é exercida com a melhor das intenções – como a proteção às minorias contra o "discurso do ódio" e "desinformação" na pandemia – transfere para o poder econômico e para o poder político uma tarefa que só poderia ser exercida pelo público.

Por isso, o controle democrático da palavra pública só pode ser realizado por aqueles que se comprometem com a mais irrestrita liberdade de expressão. O confronto de opiniões, ideias e valores – em

especial os que sejam profundamente contrário aos nossos – é a única maneira de educar politicamente os indivíduos, grupos e classe acerca de seus próprios interesses.

## Referências

FACEBOOK'S CIVIL RIGHTS AUDIT. Final Report. 2020. Disponível em: <<https://about.fb.com/wp-content/uploads/2020/07/Civil-Rights-Audit-Final-Report.pdf>> Acesso em: 30/07/2020.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (FEM). **Perspectivas da Agenda Global 2014**. 2014. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/outlook-14/>> Acesso em: 30/07/2020.

FREEDOM HOUSE. Populists and autocrats: the dual threat to global democracy. Freedom in the world 2017. Disponível em: <[https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH\\_FIW\\_2017\\_Report\\_Final.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FIW_2017_Report_Final.pdf)> Acesso em: 30/07/2020.

LUKÁCS, Györg. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Georg Lukács Werke, vol. 14, Luchterhand Verlag, Frankfurt, 1986.

UNIÃO EUROPEIA. COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO. Quadro comum em matéria de luta contra as ameaças híbridas uma resposta da União. 2016. Disponível em: <[Europeiahttps://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016JC0018&from=pt](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016JC0018&from=pt)> Acesso em: 30/07/2020.

UNIÃO EUROPEIA. Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia, 2018a. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236>> Acesso em: 30/07/2020.

UNIÃO EUROPEIA (UE). Código de Conduta contra a Desinformação, 2018b. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/code-practice-disinformation>> Acesso em: 30/07/2020.

UNIÃO EUROPEIA. Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho garantir eleições livres e justas. 2018c. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018DC0637&from=DE>> Acesso em: 30/07/2020.

UNIÃO EUROPEIA. "Plano de Ação para a Educação Digital (2018/2020)". 2018d. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2018:22:FIN>> Acesso em: 30/07/2020.

## Sobre as autoras e autores

### **Andreza Ferreira Lima Paiva**

Graduada em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba (2011) e Técnica em Guia de Turismo Regional e Excursão Nacional pelo SENAC-PB (2011). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Defesa do Patrimônio Cultural de Cabedelo-PB (NUPPACC). Integrante do Núcleo de Resgate Cultural dos ancestrais paraibanos.

### **George Glauber Félix Severo**

Tem experiência na área de Artes, com ênfase em etnomusicologia, performance musical e produção e gestão cultural. É bacharel em música com habilitação em percussão pela Universidade Federal da Paraíba (2009); especialista em Metodologia do Ensino da Música pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (2011); e Mestre em Música (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Música da UFPB (PPGM), na área de etnomusicologia, linha de Música, Cultura e Performance (2013), defendendo o trabalho "Música Experimental na Performance do Grupo Paraibano Jaguaribe Carne". É Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), na área de Artes-Música (Bateria), onde atualmente está como Diretor de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC-IFPB). É membro do Núcleo de Arte, Cultura e Educação (IFPB) e do Observatório de Políticas Culturais (UFPB/CNPq). Em 2018 lançou o livro *Jaguaribe Carne: experimentalismo na música paraibana*.

### **Jacilba Freire Marinho**

Pós-graduada em Alta Gastronomia pela Faculdade Internacional da Paraíba – FPB (2016). Possui graduação no Ciclo Formativo em

Confeitaria e Panificação pelo Instituto de Formación Profesional Maria de Zayas y Sotomayor – Espanha; com estágio realizado na Confeitaria do Hotel Palace de Madri, Espanha (2009). Também é graduada em Turismo pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (2004). Seus interesses de pesquisa incluem gastronomia e desenvolvimento turístico regional e local. Tem experiência no ensino de Inglês e Espanhol como língua estrangeira em escolas de idiomas. Atualmente, ministra aulas nas áreas de gastronomia na Uninassau (João Pessoa) e Turismo no Instituto Federal da Paraíba.

### **Jessyca Barbosa Marins**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestre em Antropologia Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPB). Desenvolve pesquisas e ações socioeducativas na área do Patrimônio Cultural em regiões com altos índices de vulnerabilidade social, com o intuito de sensibilizar seus atores para o potencial artístico-cultural e para a valorização dos diversos patrimônios culturais de suas comunidades. Neste campo, atuou de 2012 a 2016 no PAMIN (Patrimônio, Memória e Interatividade), projeto de pesquisa e extensão universitária, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Luciana de Oliveira Chianca. Atualmente, é pesquisadora do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult/UFPB). Estuda e atua na área da Antropologia e Sociologia Urbana, Teoria antropológica, Antropologia da Festa, Performance, Identidade, Cultura Popular, Inclusão Social e Políticas de Patrimônio.

### **Keitiana de Souza Silva**

Licenciada (UEPB) e mestra (UFPB) em Filosofia. Doutoranda em Literatura e Interculturalidade na Universidade Estadual da Paraíba. Professora e Diretora do Campus Avançado Cabedelo Centro do IFPB.

Foi coordenadora de pesquisa e extensão do IFPB campus Cabedelo (2012-2013) e coordenadora adjunta do Pronatec.

### **Laís Alves Luna**

Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Tem interesse nas áreas de Ciência Política e Antropologia. Participou como bolsista do Inventário Cultural de Conde e atualmente é bolsista do Projeto de Extensão Circuito de Debates ObservaCult Ano II, promovido pelo Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult), também é membro do grupo de estudos ObservaCult. Foi voluntária da Casa da Pastoral dos Migrantes de 2017 a 2018, participando do acolhimento e atividades de integração com os imigrantes venezuelanos. Em 2018, participou como membro da Comissão Organizadora do I Colóquio Internacional sobre Museu, Patrimônio e Informação.

### **Lucas Neiva Peregrino**

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, na linha de pesquisa Cultura e Identidades (2018). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2015) e graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (2011). Atua como pesquisador do Observatório de Políticas Culturais da UFPB (ObservaCult) desde 2018. Atualmente é Coordenador de Pesquisa do Inventário Cultural de Conde – PB.

### **Maria Clara Miranda Ferreira da Silva**

Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista em antropologia pelo projeto "Inventário Cultural de Conde". Discente representante do bacharelado na "Comissão Emergencial de Apoio Pedagógico" do curso de Ciências Sociais. Membro do grupo de pesquisa em antropologia Observatório de

Políticas Culturais (ObservaCult/UFPB). Membro de grupo de pesquisa em sociologia pela linha de pesquisa "Classes sociais, desigualdade, modernização periférica, autoritarismo, neoliberalismo, em especial a relação entre classes e autoritarismo no Brasil".

### **Ninno Amorim**

Possui Bacharelado em Ciências Sociais (2005) e Mestrado em Sociologia (2008), pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutorado em Antropologia (2019), pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Professor do Magistério Superior na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. É vice-líder do Observatório das Políticas Culturais (ObservaCult), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: etnografia, filme etnográfico, cultura brasileira, políticas culturais, patrimônio cultural, produção e consumo de bebidas alcoólicas, cultura popular, lazer, sociabilidades e movimentos sociais. E-mail: [amorimnarede@gmail.com](mailto:amorimnarede@gmail.com)

### **Pamella Bezerra Guedes**

Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista na área de Antropologia. Atualmente exerce atividades como bolsista no projeto Inventário Cultural de Conde. Participa do grupo de pesquisa Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult). Iniciou a graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba no ano 2014, se desvinculando no ano de 2017. Concluiu estágios supervisionados no Hospital Universitário Lauro Wanderley, na área de Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem, no setor da Clínica Médica. Atuou na área de Saúde Coletiva na Unidade de Saúde da Família Timbó II, realizando mapeamento territorial da comunidade, acompanhamentos de rotina e visitas domiciliares. Realizou atividades

de promoção e educação em saúde, através do Programa de Saúde na Escola, na creche do bairro Timbó II, em João Pessoa. Atuou na área de Saúde Ambiental com visitas técnicas à Central de Água e Esgoto da Paraíba, e atividades dentro do campus universitário, com iniciativa de educação de descarte de lixo e conscientização em saúde.

### **Raynara da Costa Silva**

Estudante do curso técnico em Serviços Jurídicos integrado ao ensino médio no Campus Avançado Cabedelo Centro – IFPB. Bolsista de extensão e pesquisa do projeto Inventário Cultural de Conde – PB e Voluntária do projeto SEAD – Agricultura Familiar na FUNETEC – PB em parceria com o IFPB Campus Avançado Cabedelo Centro.

### **Renata Ribeiro Rolim**

Professora de Sociologia Geral e Jurídica do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha. Coordenadora da linha de pesquisa "Direitos e Cidadania Culturais", Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult) da UFPB. Email: [renata.r.rolim@gmail.com](mailto:renata.r.rolim@gmail.com)

### **Thayani Macegossa Rodrigues**

Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Participante do grupo de pesquisa e extensão Observatório de Políticas Culturais da Universidade Federal da Paraíba (ObservaCult/UFPB). Contribuiu como bolsista para construção do Inventário Cultural de Conde. Participante do Grêmio Estudantil nos anos de 2012 a 2017, na área de comunicação e mais tarde como coordenadora geral. Foi estagiária no programa de IST/AIDS do município de Itanhaém – SP, realizando palestras de prevenção em IST/AIDS, diversidade sexual, identidade de gênero, prevenção à violência e cidadania, trabalho que já realizava desde 2014 voluntariamente

junto ao programa Pares Positivos, que estimula jovens lideranças a se empoderarem de conhecimentos diversos e a realizarem rodas de conversa e bate papos com jovens da mesma idade, sempre com suporte técnico e profissional. Membro fundadora do Coletivo UTOPUS, selecionado no ProAC 2018, onde desempenhou papel fundamental na criação de seus alicerces em 2014, tendo participado ativamente de feiras de artes, cursos, eventos e saraus culturais.



Este livro foi diagramado  
pela Editora UFPB em 2021,  
utilizando a fonte D-DIN.



ISBN 978-65-5942-147-3



9 786559 421473